



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

MÁRCIO DOS REIS SANTOS

LABIRINTOS DO CAPITAL:
MOBILIDADE DO TRABALHO E DESCENTRALIZAÇÃO
DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM SERGIPE

São Cristóvão - SE
2015

MÁRCIO DOS REIS SANTOS

**LABIRINTOS DO CAPITAL: MOBILIDADE DO TRABALHO E
DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição.

**São Cristóvão - SE
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237l Santos, Márcio dos Reis
Labirintos do capital : mobilidade do trabalho e descentralização da indústria de calçados em Sergipe / Márcio dos Reis Santos ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2015.
136 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Geografia econômica – Sergipe. 2. Capital (Economia). 3. Força de trabalho. 4. Espaço em economia. 5. Mobilidade ocupacional. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.7)

MARCIO DOS REIS SANTOS

**LABIRINTOS DO CAPITAL: MOBILIDADE DO TRABALHO E
DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe,
como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^ª. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes (Interno ao Programa)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dra. Nacelice Barbosa Freitas (Externo à instituição)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

São Cristóvão - SE
2015

AGRADECIMENTO

Realizar a pesquisa de mestrado foi um processo repleto de aprendizados. Aprendi e cresci bastante, pois a pesquisa em si possibilitou o avançar de ideias, com toda a leitura realizada, com as orientações, com as discussões entre amigos, com a vivência experimentada nos trabalhos de campo, nos diálogos com os trabalhadores da indústria, nas investigações e reflexões próprias do processo de pesquisa. Com tudo o que aconteceu durante esse percurso tenho plena certeza do quanto é necessário continuar estudando a nossa geografia e ir para além dela, buscando sempre compreender a complexidade de coisas que nos envolvem cotidianamente.

Percebo que o crescimento também foi além dessa dimensão. A importância de desfrutar de momentos com os amigos e com a família ganhou novo significado. É preciso serenar, olhar as coisas com mais tranquilidade. Saber contemplar. Aprender a cada dia.

Enfim, após percorrer esse caminho de aprendizado e crescimento chegamos ao objetivo, cuja concretude não existiria sem que houvesse a força, o carinho, a compreensão, os conselhos a amizade e o amor de pessoas especiais. Sem vocês nada disso teria se concretizado. É preciso agradecer. E é de coração que agradeço:

Agradeço a **Alexandrina** que me conduziu por este caminho. Segurando minha mão foi além de minha Orientadora uma amiga, como sempre foi. Agradeço-te pela oportunidade de compartilhar dos seus ensinamentos e da sua amizade. Dedico a você essa conquista e toda minha gratidão. Obrigado pelos anos de amizade e companheirismo e obrigado, também, por sua dedicação à geografia, ao pensamento crítico, por seu compromisso com os movimentos sociais e com a luta contra toda forma de exploração. Pelo seu exemplo de vida, de coragem e de amor ao ser humano. Muito obrigado e conte sempre comigo!

Agradeço à minha família, minha Mãe **Ana**, minhas irmãs **Márcia** e **Mônica**. Obrigado pela paciência e pela compreensão em relação às minhas ausências nos últimos tempos em função da dedicação que direcionei a esta pesquisa. Obrigado também pelo incentivo e ânimo que demonstraram nos momentos em que abaixei a cabeça. Obrigado, principalmente, pela nossa história e pelas conquistas que conseguimos ao enfrentar tantos desafios que se colocaram para nós. Agradeço também ao meu irmão **Maurício**, meu sobrinho **Eduardo** e

minha cunhada **Gardênia**. A vocês, meu imenso carinho. Assim como aos nossos familiares: Avós, tios, tias, primos e primas.

É impossível esquecer meu saudoso pai **Manoel**. Certamente estaria emocionado como era de seu costume ao ver cada um dos seus filhos traçando novos caminhos, conquistando objetivos. Agradeço pela dedicação que teve com a gente, preocupado sempre em garantir as melhores condições possíveis para nosso avanço.

Uma pessoa especial veio a mim durante a reta final do processo de produção desta dissertação. Inesperadamente você veio e pôs calma onde tempestava, e vice-versa. Agradeço-te, **Suellen**, minha namorada, por se fazer presente, me apoiar em todos os instantes, e por me transmitir força, carinho, paz e ternura. Você tem feito muita coisa ficar diferente. Você tem parte importante no alcance desse meu objetivo. Muito obrigado! E agradeço também à linda **Manuela**, que junto a você me faz sorrir e abrandar o coração com sua inocência e ternura.

Agradeço aos mocinhos **Danilo** e **Marcelo** pela parceria de anos que se fez também nesse momento. Obrigado pelo apoio, preocupação e dedicação para ajudar-me. A presença de vocês foi fundamental. Agradeço também a **Shauane**, **Vanessa**, **Jordana**, **Chris**, **Sara** e **Denise** pela amizade e companheirismo. É sempre bom olhar para o lado em tê-las sempre dispostas a ajudar. Obrigado ao **Guinho** que me deu uma grande força nos trabalhos de campo.

Um agradecimento especial aos membros do **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamento Territorial – GPECT**. Obrigado pelo apoio, pelos momentos de leitura e experiências trocadas, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigado **Eliany**, **Guto**, **Michelle**, **Maria José**, **Ricardo**, **Lucas Lira**, **Leandro** e a todo(as) os demais amigos.

Obrigado ao meu amigo **Ginaldo**, pelo incentivo e ajuda durante a pesquisa, Agradeço também aos meus amigos desde a graduação: **Luiz**, **Rônisson**, **Fábio**, **Camila**, **Lucielma**, **Ana Carla**.

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia** pela oportunidade e pela dedicação e compromisso do seu corpo docente e do seu quadro de funcionários. Neste sentido, agradeço também à **Universidade Federal de Sergipe**.

Agradeço às professoras da Banca Examinadora por terem aceitado o compromisso de participar deste processo e por suas contribuições. Muito obrigado professoras **Sônia Mendonça** e **Nacelice Barbosa**.

Agradeço à Seplag por ter possibilitado esta minha realização, em especial aos chefes que passaram pela Superintendência de Estudos e Pesquisas enquanto estive realizando a pesquisa: **Flávia Dantas**, **Francisco Marcel** e **Ciro Brasil**. Sem o apoio e compreensão de vocês seria impossível realizar a pesquisa como realizei. Agradeço aos amigos de trabalho que sempre me ajudaram e incentivaram: **Alan**, **Fernanda**, **Rodrigo** e **Simone**.

Agradeço à coordenação da **Escola Municipal de Ensino Fundamental Carvalho Neto**, pela oportunidade concedida para entrevistar estudantes que trabalham na empresa Dakota. Agradeço principalmente ao professor **Alisson de Jesus**, parceiro que intermediou o contato com a coordenação da escola e com os estudantes.

Agradeço ao **Jai** ao **Roberto**, moradores do município de Simão Dias que me ajudaram nos trabalhos de campo, nas entrevistas, nas visitas aos povoados. Vocês e suas famílias me acolheram de tal modo que fiquei muito feliz por encontrar pessoas solícitas

Enfim, agradeço a todos (as) que de algum modo colaboraram para a realização desta pesquisa, principalmente aos trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram e participaram de modo fundamental. Foram eles os responsáveis pelo desenrolar da pesquisa. Eles que estão diariamente na labuta da indústria, expostos aos diversos tipos de precarização do trabalho. A eles agradeço e dedico este trabalho.

RESUMO

O processo de reestruturação produtiva com o aumento de indústrias em Sergipe é marcado pela cumplicidade entre Estado e Capital, representada pelos subsídios e isenções fiscais dispostos ao capital para que este possa explorar de modo cada vez mais flexível o excedente da força de trabalho. O município de Simão Dias (SE) ao sediar a instalação da indústria de calçados Dakota no ano de 2005 abriu caminho para que milhares de trabalhadores, muitos de origem camponesa fossem contratados e sujeitados ao assalariamento, ao trabalho exaustivo e precarizado. Nesse contexto, esta dissertação teve o objetivo de refletir sobre a relação capital-trabalho no processo de apropriação da força de trabalho via a industrialização, analisando as alterações nas relações de produção a partir da descentralização espacial das indústrias em Sergipe, a mobilidade do trabalho e a acumulação flexível capitalista na especificidade da indústria calçadista no município de Simão Dias. Discutimos a espacialização das indústrias e do capital, a partir do entendimento dos conceitos: capital, trabalho, espaço geográfico e mobilidade do trabalho. Nossa análise está pautada no método do materialismo histórico dialético, que conduz à experiência, à abstração e ao real concreto, observando a totalidade dos processos estudados e a realidade cotidiana dos trabalhadores da indústria. Nossa pesquisa permitiu concluir que, a mobilidade do trabalho em função da indústria de calçados é intensa, como também o processo de exploração da força de trabalho. Os trabalhadores são submetidos a longos e exaustivos turnos de trabalho flexível sob condições rígidas de controle do tempo e de produtividade. O processo de descentralização da indústria em Sergipe é articulado ao processo geral de acumulação flexível, onde o capital se move em busca de maiores taxas de lucro. Se no discurso este processo tem significado o aumento do número de empregos, na realidade revela que este tem acelerado e intensificado o processo de mobilidade do trabalho e do capital no espaço geográfico. Esta mobilidade indica que o capital intensifica suas relações de expropriação sem se importar com os resultados de sua objetivação, sustentando-se no discurso falacioso da garantia de melhoria de vida pelo assalariamento.

Palavras-Chaves: capital; trabalho; mobilidade do trabalho; acumulação flexível.

ABSTRACT

The restructuring process with the increase of industries in Sergipe is labeled by the complicity between the State and Capital. They are represented by subsidies and taxes exemptions willing to the capital so, it can increasingly explore in a flexible way the surplus workforce. The municipality of Simão Dias (SE) host the facility Dakota footwear industry in 2005 opened a door for thousands of workers. Many of peasant origin were hired with a minimum wage and precarious work. About this context, this research aimed to reflect the capital relationship and labor in the process of appropriation of the workforce by industrialization, analyzing the changes in production relations from the spatial decentralization of industries in Sergipe, labor mobility and capitalist accumulation on flexible specificity of the footwear industry in the Simão Dias city. We discussed the spatial distribution of industries and capital, based on the understanding of the concepts: capital, labor, space and geographical mobility of labor. It has the analysis guided by the method of dialectical historical materialism, which leads to experience, to abstraction and the real concrete, observing all the processes studied and the everyday reality of industrial workers. its research figured out that the mobility of labor due to the shoe industry is intense, but also the process of exploitation of the workforce. Workers are kept into long shifts under extensive and strict control conditions of time and productivity. The industry's decentralization process in Sergipe is articulated to the general process of flexible accumulation, where capital moves in search of higher profits. If the speech this process has meant increasing the number of jobs actually reveals that this has accelerated and intensified the process of mobility of labor and capital in the geographic space. This mobility indicates that the capital intensifies its expropriation relations regardless of the results of its objectification, it is holding up the fallacious discourse of ensuring better living by wage.

Keywords: capital; work; mobility of labor; flexible accumulation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização do município de Simão Dias, Sergipe – 2015	20
FIGURA 02 – Distribuição espacial dos aglomerados industriais em Sergipe - 2012	76
FIGURA 03 – Localização das indústrias de calçados em Sergipe - 1985	78
FIGURA 04 – Localização das indústrias de calçados em Sergipe - 1900	79
FIGURA 05 – Localização das indústrias de calçados em Sergipe - 2000	80
FIGURA 06 – Localização das indústrias de calçados em Sergipe - 2010	81
FIGURA 07 – Localização das indústrias de calçados em Sergipe - 2014	82
FIGURA 08 – Localização das indústrias Dakota no Brasil – 2015	90
FIGURA 09 – Visita governador de Sergipe, Marcelo Déda, à fábrica de calçados da Dakota após primeira ampliação, Simão Dias/SE – 2007	91
FIGURA 10 – Ampliação da fábrica da Dakota em Simão Dias/SE com subsídios do estado – 2010	92
FIGURA 11 – Trabalhadores ao final da jornada de trabalho, Simão Dias/SE – 2015	93
FIGURA 12 – Carteira de trabalho: valor da hora de trabalho na Dakota - 2007	102
FIGURA 13 – Carteira de trabalho: valor da hora de trabalho na Dakota – 2012/2015	102
FIGURA 14 – Trabalhadores: retornando a pé para os povoados onde residem, Simão Dias/SE – 2015	106
FIGURA 15 – Rotas de ônibus: percursos diários dos trabalhadores para a indústria – 2015	108
FIGURA 16 – Ônibus que conduzem os trabalhadores para a Dakota, Simão Dias/SE – 2015	109

FIGURA 17– Trabalhadores no caminho até a indústria: locomoção a pé, moto e ônibus, Simão Dias/SE – 2015	109
FIGURA 18 – Mobilidade do trabalho para Simão Dias/SE – 2015	111
FIGURA 19 – Linha de produção da Dakota, Simão Dias/SE – 2015	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Número de indústrias, Sergipe – 1985/2013	72
GRÁFICO 02 – Número de empregos na indústria, Sergipe – 1985 a 2013	73
GRÁFICO 03 – Número de indústrias: relação Aracaju-Interior – 1985/2013	74
GRÁFICO 04 – Número de empregos na indústria em Sergipe: relação Aracaju-Interior - 1985/2013	75
GRÁFICO 05 – Trabalhadores: empregos anteriores à indústria de calçados - 2015	100
GRÁFICO 06 – Trabalhadores: motivos para trabalhar na Dakota – 2015	103
GRÁFICO 07 – Movimentação de trabalhadores admitidos e demitidos na Dakota em Simão Dias/SE – 2005/2015	117
GRÁFICO 08 – Trabalhadores: anos de trabalho na Dakota - 2013	118
GRÁFICO 09 – Trabalhadores: rendimento nominal médio Dakota – 2015	120
GRÁFICO 10 – Trabalhadores: horas diárias de trabalho na Dakota - 2015	121
GRÁFICO 11 – Trabalhadores: dias de trabalho na Dakota – 2015	122
GRÁFICO 12 – Trabalhadores: tempo de descanso diário durante a jornada de trabalho na Dakota – 2015	123
GRÁFICO 13 – Trabalhadores: problemas de saúde em função da atividade exercida na Dakota – 2015	124
GRÁFICO 14 – Trabalhadores: função exercida na Dakota – 2015	125
GRÁFICO 15 – Trabalhadores: relação entre homens e mulheres na Dakota – 2013	125

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – Rotas de ônibus dos povoados até a Dakota, Simão Dias/SE - 2015	105
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Emprego formal por subsetores da atividade econômica, Brasil - 1990/2000	65
TABELA 02 – Emprego formal por subsetores da atividade econômica, Brasil - 2002/2013	67
TABELA 03 – Total de indústrias de calçados e trabalhadores - Sergipe - 1985/2013	88
TABELA 04 – Número de trabalhadores na indústria calçadista - Sergipe, 1985/2013	89
TABELA 05 – Movimentação de trabalhadores admitidos e demitidos pela Dakota, Simão Dias/SE – 2005/2015	116

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PPGEO	Programa de Pós- Graduação em Geografia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
S/A	Sociedade Anônima
SE	Estado de Sergipe
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
 INTRODUÇÃO	 17
 CAPÍTULO 1: A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR NO ESPAÇO-TEMPO DO CAPITAL	 27
1.1 - O ESPAÇO GEOGRÁFICO: PRODUTO HISTÓRICO E SOCIAL DAS RELAÇÕES	28
1.2 - ESPAÇO GEOGRÁFICO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	32
1.3 - OS DESDOBRAMENTOS DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	37
1.4 - O PROCESSO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA E A EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR NO ESPAÇO-TEMPO DO CAPITAL	40
 CAPÍTULO 2: LABIRINTOS DO CAPITAL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO FRENTE AO AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS	 54
2.1 - OS LABIRINTOS DO CAPITAL EM TEMPOS DE CRISE	55
2.2 - A REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA NO TEMPO E ESPAÇO DA ACUMULAÇÃO	59
2.2.1 – UM BREVE HISTÓRICO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS NO BRASIL	61
2.3 POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL E EM SERGIPE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DESCENTRALIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO	63

CAPÍTULO 3: QUEM SÃO OS SUJEITOS NO LABIRINTO? MOBILIDADE DO TRABALHO E A GARANTIA DA EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR	86
3.1 - A INDÚSTRIA CALÇADISTA EM SERGIPE E SUA INSERÇÃO NO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS: OU QUANDO O DIABO SE INSERE NA PERIFERIA	87
3.2 - MOBILIDADE DO TRABALHO E A EXPLORAÇÃO DOS “SUJEITOS SUPÉRFLUOS”	94
3.2.1 - A INDÚSTRIA DE CALÇADOS COMO MOTRIZ DA MOBILIDADE DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS	99
3.2.2 – OS SUJEITOS SUPÉRFLUOS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO LABIRINTO DAS RELAÇÕES FABRIS	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento capitalista carrega em si o desejo incessante pela obtenção do lucro mediante subordinação do trabalho. Uma das expressões mais características desse processo está refletida na produção industrial. A indústria tem sido historicamente uma das mais claras e intensas formas com as quais o capital exerce sua força destrutiva sobre os trabalhadores, subjugando-os e expondo-os a condições máximas de trabalho exaustivo e degradante.

O capital se expande, tendo como expressão a indústria, buscando ocupar e se apropriar de espaços onde possa extrair maiores lucros e, assim, consiga se reproduzir e continuar seu processo de dominação da classe trabalhadora.

Para Smith, a descentralização do capital em busca de novos espaços “[...] encontra a mais perfeita expressão geográfica no desenvolvimento do urbano. Através da centralização do capital, o espaço urbano é capitalizado como espaço absoluto de produção.” (SMITH, 1984, p. 197). De acordo com Harvey (2010), “a produção do ‘urbano’, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir de uma outra.” (HARVEY, 2010, p. 122).

O processo de ampliação do capital ganhou tanta voracidade que extrapola os limites do espaço urbano e invade o campo com, por exemplo, a criação de complexos industriais. Este processo segue conectado ao projeto global de expansão capitalista, representado em uma nova lógica de acumulação do modelo flexível de produção. A inserção da indústria no campo acarreta mudanças nas relações de trabalho, ampliando o trabalho assalariado e contribuindo para a drástica redução da pequena produção de base familiar, característica do campesinato.

A reestruturação produtiva calcada no modelo flexível fez com que surgissem novas formas de relações sociais e de produção, principalmente ligadas às relações de trabalho. Buscando novas formas de se reproduzir, o capital cria, tanto para o campo como para a cidade, novos mecanismos com o objetivo de intensificar a acumulação, sobretudo da diversificação de formas de precarização das relações de trabalho.

Durante o desenvolvimento da dissertação, buscamos compreender o processo de expansão do capital, no contexto da sua crise estrutural, e os rebatimentos desse processo na

alteração das relações de produção e de trabalho a partir do modelo da acumulação flexível, com o qual o capital potencializa sua capacidade de mobilizar no espaço uma massa de trabalhadores cada vez maior.

Ao mobilizar essa massa crescente de trabalhadores, o capital também cria um exército de reserva, composto por trabalhadores desempregados que possuem apenas sua própria força de trabalho “livre”, sua mercadoria, para colocar à disposição do capital em busca da sua sobrevivência. Nessa direção, esta pesquisa de Mestrado buscou, a partir da análise do processo da reestruturação produtiva, compreender as alterações sofridas pelo trabalho e como o capital, no âmbito de sua crise estrutural, se instala, modifica e reproduz os espaços e, ao fazê-lo, mobiliza e precariza o trabalho, transformando os trabalhadores em sujeitos supérfluos.

Observamos como este processo de reprodução ampliada do capital tem se estabelecido no estado de Sergipe e verificamos que, nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1970, tem sido difundido o discurso que fala sobre a necessidade de promover uma descentralização da produção industrial no país e no estado. Esse discurso se propaga e faz ecoar a afirmativa de que é preciso promover o desenvolvimento em todos os municípios do estado de Sergipe por intermédio da criação de empregos e da geração de renda para os trabalhadores, dos quais grande parte foi forçada a deixar o trabalho no campo para sujeitar sua força de trabalho ao assalariamento nas indústrias.

A expropriação dos meios de produção no campo, provocada muitas vezes pelo endividamento, decorrente de empréstimos intermediados por políticas públicas junto às instituições financeiras, aliena o camponês da condição basilar à reprodução de sua vida e o expõe às investidas cada vez mais agressivas do sistema do capital. Uma vez despojado, o camponês engrossa as fileiras do exército de reserva do desemprego estrutural, restando-lhes como possibilidade de sobrevivência, conforme Conceição (2007), enveredar por outras terras, como andarilhos nos caminhos do mundo do trabalho intensivo e precarizado das indústrias. O capital, representado pelas indústrias, avança e se desloca sobre o espaço, tendo como garantias os subsídios estatais no rasteio da força de trabalho barata.

O capital precisa ocupar espaços de produção e de consumo, e na sua lógica de mercado não deve haver barreiras. Segundo Harvey (2005), o espaço de produção e consumo é aquele:

[...] em que o capital pode circular sem limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário, sendo exercido pelo custo e tempo do movimento [...] o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente (o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária - com a extensão de substituição definida pelo custo e tempo do movimento do trabalho diário) (HARVEY, 2005, p. 146).

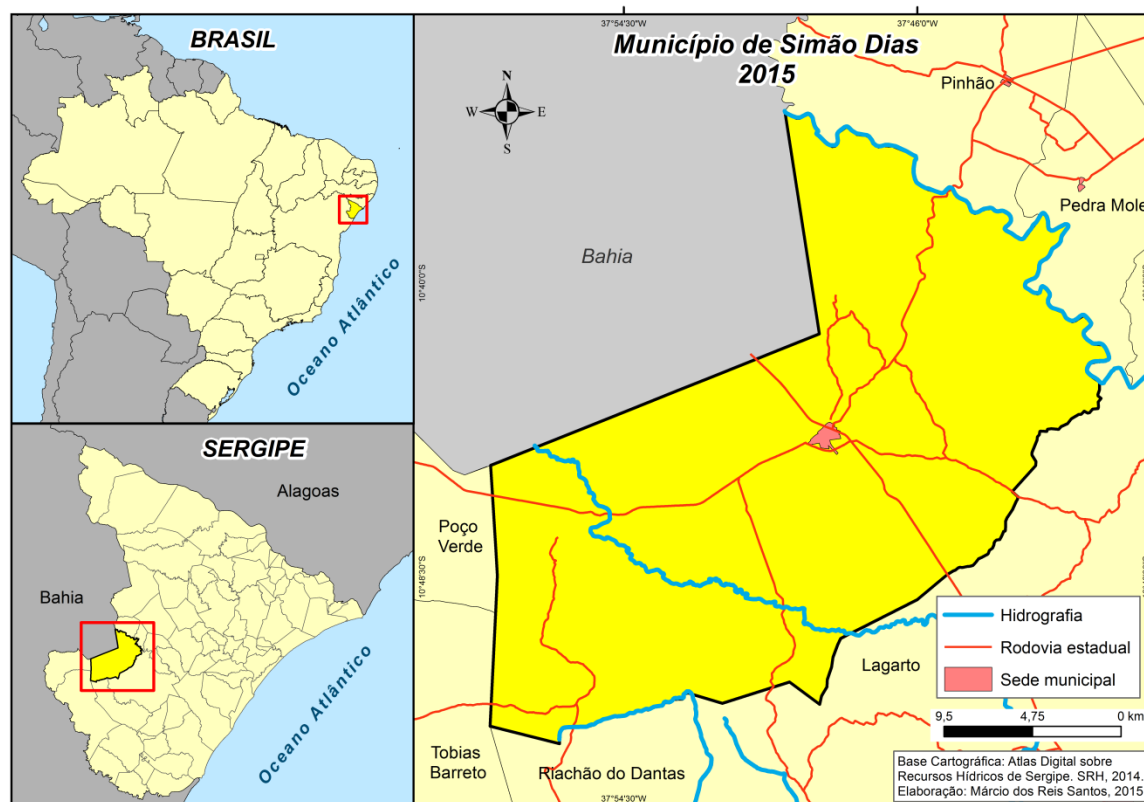
O processo de expansão das indústrias em Sergipe tem sido marcado pela cumplicidade do Estado, e ocorre com mais intensidade desde a década de 2000. Os subsídios, isenções fiscais, cessões de imóveis estatais e uma série de aparatos do Estado são colocados à disposição do capital, de modo irrestrito, para que este possa explorar o excedente da força de trabalho, o mais-valor¹. O capitalismo tem sua base calcada na extração do mais-valor. Para Marx (2013), “a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (p. 76).

O modelo de desenvolvimento (do capital) baseado na modernização da produção ganha corpo com a inserção da indústria no campo, os subsídios estatais e as recentes instalações dos diversos tipos de indústrias no estado de Sergipe, e em especial a indústria de calçados. Estes são exemplos concretos de uma política de desenvolvimento voltada aos interesses do capital; política na qual os trabalhadores são reconhecidos como mercadoria e como reserva e fonte de extração do mais-valor.

O município de Simão Dias (Figura 01) se insere na lógica de reprodução ampliada e flexível do capital, ao receber a instalação de uma fábrica de calçados da marca Dakota Calçados. Considerado como município em Sergipe, segundo os dados do IBGE (2013), que possui o Índice de Desenvolvimento Humano baixo no que se refere à dimensão da renda dos habitantes (IDH-Renda: 0,579), o município de Simão Dias tem sido alvo de ações, como a instalação de indústrias, que visam desconcentrar as atividades produtivas no estado, com o objetivo de inserir os municípios economicamente “pobres” nos rumos do desenvolvimento.

¹ Cabe fazer uma ressalva sobre a opção pela utilização do conceito de “mais-valor” para nos referirmos à “mais-valia”, tendo em vista que utilizamos com maior proximidade para o desenvolvimento desta pesquisa, a tradução d’O Capital publicada pela editora Boitempo no ano de 2013: esta tradução traz grande novidade em relação a todas as outras e mesmo em toda a literatura marxista existente no Brasil. O conceito central na obra de Marx, que sempre o conhecemos por “Mais-Valia”, veio a edição citada traduzida por “Mais-Valor”. Para nós, essa tradução tem muito mais sentido porque o centro do pensamento econômico de Marx, que vai explicar como o capital cresce a partir do trabalho produtivo, só tem sentido com a exploração do trabalho e da parcela de **valor** agregado pelos proletários e trabalhadores produtivos que vão trazer a riqueza para os capitalistas e a classe burguesa. É muito mais fácil de compreender, palatável a tradução para mais-valor.

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE – 2015.



Fonte: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe. SRH/SEMARH, 2015.

Elaborado por: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

A partir da instalação da indústria de calçados Dakota, milhares de trabalhadores foram contratados e sujeitados ao assalariamento como pagamento por horas a fio de trabalho exaustivo e precarizado. Este contexto nos permite refletir sobre a relação Estado-Capital no processo de apropriação da força de trabalho do campo por meio da industrialização, especificamente pela instalação de indústrias calçadistas no município de Simão Dias, como componente do processo de descentralização da produção industrial e expansão do capital no campo. Nessa direção, é fundamental o exercício da reflexão sobre as formas de trabalho as quais estão submetidos os trabalhadores, analisando também o processo de mobilidade do trabalho a partir da instalação de indústrias calçadistas.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a mobilidade do trabalho enquanto processo de produção e reprodução do espaço geográfico, tendo como signifiante a expansão das indústrias em Sergipe e a acumulação flexível, na especificidade da indústria calçadista no município de Simão Dias em Sergipe.

A partir desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os tipos de instalações industriais no campo sergipano;
- b) Localizar espacialmente as indústrias de calçados em Sergipe, observando o período de instalação;
- d) Refletir sobre o processo de mobilidade do trabalho no/para o município de Simão Dias, a partir do período de instalação da indústria de calçados;
- f) Elaborar perfil social e de trabalho dos sujeitos empregados na indústria de calçados, mediante realização de entrevistas e aplicação de questionário;
- h) Identificar as formas e a organização de trabalho nas indústrias, observando os níveis de precarização do trabalho;
- i) Construir banco de dados atualizado sobre as indústrias de calçados nos municípios sergipanos, bem como sobre o perfil dos trabalhadores.

A necessidade de discutir a problemática proposta exigiu, sobremaneira, uma abordagem voltada ao entendimento do processo de produção e reprodução do espaço geográfico a partir da espacialização do capital. Para isso, buscamos o aprofundamento teórico nas seguintes categorias analíticas: capital, trabalho, mobilidade do trabalho e acumulação flexível.

Buscamos desenvolver, ainda, a análise acerca da mobilidade do trabalho e da expansão das indústrias em Sergipe no contexto da acumulação flexível capitalista, a partir do estudo teórico e empírico da produção e reprodução do espaço, no movimento das contradições das relações capitalistas de produção. Fez-se necessário, portanto, o aprofundamento epistemológico da categoria espaço. O espaço geográfico entendido como fruto de uma produção e reprodução social e do capital, a partir das relações sociais e ações dos diferentes sujeitos: “*O espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico*” (HARVEY, 2005, p. 145). Espaço entendido não como uma base física ou referência de localização na superfície, mas como resultado da totalidade dos processos e sua complexidade na constituição das estruturas sociais.

A nossa análise está pautada no método do materialismo histórico dialético, enquanto método de interpretação da realidade. Segundo Moraes e Costa (1984), o caminhar no método conduz à experiência, à abstração e ao concreto, não em uma concepção de

linearidade, mas observando a totalidade dos processos estudados em uma interpretação do real (p. 47).

De acordo com Marx (2011),

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 77-78).

Nesse sentido, também no método de análise, os sujeitos, a sociedade, precisam estar continuamente presentes como pressupostos da representação (Idem, p. 79).

Segundo Gomes (2014),

Marx e Engels aprofundaram a reflexão dialética a partir do materialismo histórico, entendendo a história em seu movimento concreto e contraditório. Para eles, esse método torna-se profundamente histórico e toda abstração deve partir de homens de carne e osso, da prática social, através de pressupostos reais e não daquilo que se pode imaginar ser o homem, representado e pensado fora da história (GOMES, 2014, p. 24).

Em consonância com Moraes e Costa (1984), é importante ter o cuidado ao distinguir o método de interpretação do método de pesquisa. O método de interpretação diz respeito à concepção de mundo, a forma de raciocínio do pesquisador, e ao modo de condução do estudo de determinadas concepções baseadas em um sistema filosófico, isto é, um método de análise. Já o método de pesquisa está relacionado ao conjunto dos procedimentos técnicos e operacionais de determinada investigação.

Os pressupostos do método materialista histórico dialético possibilitaram observar as múltiplas possibilidades e determinações da relação contraditória capital-trabalho na realidade em estudo. Em nossa concepção, a contradição pode ser revelada a partir do próprio movimento da realidade, por relações historicamente incorporadas ao sistema sociometabólico do capital.

De acordo com Accioly (2008), a escolha deste método nos permite apreender as contradições existentes no espaço e as transformações sociais. Nesse sentido, a dialética

trabalha a explicação do real através de mediações que opõem a ideia de domínio de conhecimento absoluto (Moraes e Costa, 1984).

Durante o processo de pesquisa foi desenvolvida a análise qualitativa e quantitativa da relação capital - trabalho com a instalação de indústrias no campo sergipano. A abordagem quantitativa desvendou dados, indicadores e tendências, enquanto a qualitativa aprofundou os fenômenos e fatos em sua complexidade.

No contexto em que Sergipe se insere, foi fundamental identificar a presença das instalações industriais no estado como etapa para subsidiar a formulação de análises acerca das alterações da reprodução do espaço, observando as formas de mobilidade do trabalho a partir da industrialização.

Nossa pesquisa foi desenvolvida, portanto, a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Pesquisa documental, através de: levantamento bibliográfico, leitura de artigos, dissertações e teses sobre as temáticas debatidas. Nosso percurso analítico foi fundamentado na teoria crítica, tendo como leituras básicas sobre o espaço geográfico, sustentamos nossa análise nos autores Carlos (1994; 1988; 2005), Harvey (2005; 2011), Lefebvre (2001) e Smith (1988). Sobre a precarização do trabalho e o sistema metabólico do capital, utilizamos os autores Marx (1971; 2004; 2013), Antunes (2002; 2005; 2008; 2008'; 2009; 2009'), Conceição (2001, 2005; 2007), Meszáros (2003), Thomaz Júnior (2004). Além desses, consultamos referências sobre a política industrial no Brasil e em Sergipe, no Dieese (2005), Sergipe (2011; 2012) e Mattoso (2000), bem como considerações sobre a indústria calçadista no Brasil em Costa e Fligenspan (1997), Reis (1994) e Zingano (2012). Para refletirmos sobre a mobilidade do trabalho e a expansão do capital, recorremos à leitura e análise das obras de Gaudemar (1977), Gomes (2009), Heidemann (2004), Luxemburgo (1969), Conceição (2007), Perpetua (2013), Pochmann (2008), Lima (2012), Martins (1981), Oliveira (2007), Marx (2013) e Souza (2011). E, por fim, acerca dos sujeitos supérfluos, utilizamos como base os textos de Marx (2013), Menezes (2007) e Antunes (2009). Foram realizadas consultas aos Relatórios de Pesquisa e Institucionais, levantamento estatístico em bancos de dados.

- 2) Levantamento empírico: as técnicas adotadas objetivam o tratamento estatístico e cartográfico dos dados coletados, associados à análise focal e de conteúdo discursivo. Confeções de mapas, tabelas e gráficos; visitas em campo, com realização de entrevistas a 100 trabalhadores da Dakota Calçados, com o preenchimento de questionário. As entrevistas e o preenchimento dos questionários foram realizados mediante visita à sede municipal e a povoados de Simão Dias, onde residem trabalhadores e trabalhadoras que são ou que foram empregados da Dakota Calçados. Além disso, foram realizadas entrevistas com perguntas abertas junto a moradores da sede municipal e de povoados do município. Foram realizadas visitas aos órgãos públicos envolvidos em programas e projetos implementados no município pesquisado e utilizados documentos para subsidiar a análise proposta. Tais documentos foram fornecidos pelos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe (SRH/SE); Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC); Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (SEPLAG); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²; Prefeitura do Municipal de Simão Dias; entre outros.
- 3) Descrição e análise: quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos. Estabelecimento das correlações entre os resultados, considerando o nosso objetivo geral. Após a análise quantitativa e qualitativa, os resultados foram analisados e apresentados na forma final de Dissertação de Mestrado, distribuídos nesta Introdução, Considerações Finais e três Capítulos expostos a seguir:

No capítulo primeiro, **A Reprodução do Espaço e a Extração do Mais-Valor no Espaço-Tempo Do Capital**, discutimos o processo de reprodução do espaço, entendendo-o

² O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) disponibiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Nessa plataforma estão disponíveis dados sobre indústrias e trabalhadores, a partir do ano de 1985 até 2013. <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Os dados do MTE ganharão evidência em toda nossa pesquisa. Eles subsidiaram o rastreamento e mapeamento das empresas de calçados no estado de Sergipe, ao longo das últimas décadas. Foram eles, também, subsídios para a análise acerca dos trabalhadores da indústria calçadista em Sergipe (número e municípios onde se encontram) e, fundamentalmente, na Dakota Calçados do município de Simão Dias (número de trabalhadores; idade; sexo; jornada de trabalho; remuneração salarial média; admissões e demissões; e tempo de permanência no emprego, em anos).

como produto histórico e social das relações a partir da importância do homem e de sua racionalidade representada pelo trabalho enquanto meio/ação de transformação da natureza. Neste sentido, destacamos os desdobramentos das relações capitalistas no espaço geográfico, onde este é reproduzido à imagem e semelhança do capital, de modo a aprofundar cada vez mais a divisão social e territorial do trabalho, principalmente na relação campo-cidade. Destacamos como o trabalhador da indústria é explorado, a partir do entendimento de Marx sobre a organização do processo de trabalho na indústria e a extração do mais-valor no espaço-tempo do capital. Analisamos como essa exploração ganha novos contornos à medida que a crise estrutural do capital se agrava.

No capítulo segundo, **Labirintos do Capital: o processo de acumulação e exploração do trabalho frente o avanço das relações capitalistas**, apresentamos o debate sobre o processo de acumulação capitalista que altera suas formas de exploração do trabalho sempre que ocorrem agravamentos da crise intrínseca ao capital, considerando o avanço das relações capitalistas pelo espaço. Nessa perspectiva, a crise estrutural do capital o faz buscar novos caminhos para a obtenção potencializada do lucro e erguer labirintos que envolvem a classe trabalhadora entre os muros da alienação e da precarização do trabalho. O capital cria novas formas de organização capazes de extrair sempre mais lucro. O trabalho torna-se flexível e cada vez mais degradante. Explicamos como a indústria se torna parte integrante e essencial do processo de edificação dos labirintos do capital, principalmente após o início do processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970 e a descentralização espacial da produção. Neste capítulo apresentamos como ocorreu a inserção do estado de Sergipe, via políticas públicas para o desenvolvimento industrial, na lógica da acumulação flexível a partir da expansão da indústria de calçados para os municípios do interior do estado.

No capítulo terceiro, intitulado **Quem são os Sujeitos no Labirinto? Mobilidade do trabalho e a garantia da extração do mais-valor**, mostramos “*como o Diabo se insere na periferia*” ao apresentar como referência a indústria calçadista e sua fixação no município de Simão Dias. A indústria Dakota Calçados representa concretamente a expansão do capital à procura da força de trabalho barata, no intuito de garantir sua reprodução mediante extração maximizada do lucro. Aprofundamos o debate acerca da mobilidade do trabalho, revelando como ela assume grande importância e centralidade na sociedade e no modo de produção capitalista, pois é nessa sociedade em que o trabalhador se vê “livre” e cada vez mais móvel para vender sua força de trabalho ao capital. Mostramos como a mobilidade do trabalho no

município de Simão Dias se expressa como reflexo do processo de expansão do capital por intermédio da industrialização e da sua capacidade de mobilizar e sujeitar trabalhadores ao assalariamento. Analisamos neste capítulo uma série de dados sobre os trabalhadores da Dakota, obtidos no MTE e com entrevistas realizadas em campo. Em nossa análise apresentamos o perfil desses trabalhadores, revelando como o capital se apropria de suas vidas, tornando-os sujeitos supérfluos à medida que produz e mantém um gigantesco exército de reserva composto por trabalhadores desempregados à espera de vagas nas fileiras dos postos de trabalho. Revelamos como, no interior da fábrica, o trabalhador supérfluo é submetido a elevados níveis de exploração, sujeito ao trabalho excessivo, degradante, tendo sua saúde roubada pelo capital em nome da necessidade de intensificar a produtividade.

Em nossas considerações finais, concluímos que a expansão da indústria calçadista segue a lógica do capital mundializado, que busca ocupar e dominar todos os espaços com o objetivo de ampliar sua taxa de lucro. A mobilidade do trabalho vem atender essa lógica fazendo dos trabalhadores sujeitos necessariamente móveis para circular “livremente” pelos diferentes pontos do espaço à procura de trabalho (rígido e precarizado) e, ao mesmo tempo, sujeitos supérfluos e “descartáveis” diante do crescente exército de reserva da força de trabalho, fundamental para a manutenção do sistema sociometabólico do capital, principalmente em tempos de acentuação da sua crise estrutural e do processo de acumulação flexível.

CAPÍTULO 1

A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR NO ESPAÇO-TEMPO DO CAPITAL

La primera condición para cambiar la realidad consiste en conocerla.
Eduardo Galeano - Las venas abiertas de América Latina, 1971.

CAPÍTULO 01 – A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR NO ESPAÇO-TEMPO DO CAPITAL.

1.1 - O espaço geográfico: produto histórico e social das relações.

A análise da produção do espaço há muito vem se mostrando como um caminho importante dentro da Geografia, capaz de fornecer explicações do que se apresenta enquanto verdade aparente e o que, de fato, é real dentro das relações que constituem a sociedade. A compreensão sobre produção do espaço exige o entendimento da totalidade do espaço geográfico. Considerando o processo de discussão epistemológica na fundamentação da teoria crítica, cabe ressaltar a importância do debate introduzido, basicamente a partir da década de 1970, acerca de outras formas de se debruçar sobre o espaço; formas que foram de encontro às concepções sobre este objeto de estudo. Nesse período, o conceito de espaço geográfico passou a ser analisado a partir da investigação das contradições geradas no modo capitalista de produção. (Carlos, 1994).

As transformações ocorridas nas relações da sociedade têm seus rebatimentos espaciais enquanto reflexos desta mesma sociedade, ou seja, a cada momento histórico, cada modo de produção implica diferentes formas de organização da sociedade, para que haja a manutenção dos processos aos quais ela é submetida, de maneira que o desenrolar desse processo necessita, indispensavelmente, da interação com o espaço (chamado meio físico ou natural). As diferentes formas de ocupação, apropriação e utilização da terra – dadas pelos sujeitos da produção – são responsáveis pela dinâmica espacial e pelas suas múltiplas “fisionomias”. (Carlos, 1994).

A noção de espaço geográfico – enquanto um produto do trabalho da sociedade – se contrapõe radicalmente à mera ideia do espaço definido como a localização absoluta de onde os fatos ocorrem. Essa forma de interpretação do senso comum tem sido historicamente recorrente entre geógrafos. Segundo Smith (1984),

A localização absoluta é simplesmente um caso especial de localização relativa, em que fazemos abstração dos determinantes sociais da distância. O espaço geográfico como um todo é também diferente. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. (SMITH, 1988, p. 130)

David Harvey é um dos autores que chama atenção sobre essa questão e traz, ao âmbito da geografia, o debate acerca da produção do espaço sob a ótica marxista. A partir das obras de Karl Marx, Harvey discute o espaço e sua produção, tendo como elementos fundamentais as relações capitalistas de produção, o que lhe possibilitou elaborar uma importante contribuição teórica para a ciência geográfica.

Harvey (2005) entende que Marx priorizou o tempo em relação ao espaço nas suas abordagens sobre o capital, visto que a análise de Marx sobre o processo de circulação do capital está pautada na compreensão de como funciona o controle do tempo de trabalho excedente, e de como este é transformado em lucro. Harvey afirma que, em primeira instância, e do ponto de vista da circulação do capital, o espaço surge na obra de Marx como uma inconveniência, uma barreira a ser suplantada (p. 145). Vejamos o que Marx diz a respeito:

Na produção orientada imediatamente ao uso e que só troca o excedente, os custos de circulação aparecem exclusivamente para o excedente, não para o produto principal. Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devem uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo³. Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esferas de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo – pelo qual é repostado mais do que o trabalho necessário –, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, *em consequência*, é criada por ele. (MARX, 2011, p. 699).

De fato, a partir desse ponto de vista, conforme apontou Harvey, o capitalismo para Marx é caracterizado pela busca permanente da superação de todas as barreiras espaciais e pela “*anulação do espaço pelo tempo*”, via produção de configurações espaciais fixas e móveis (sistemas de comunicação e de transporte, por exemplo). Harvey considera que, dessa forma, nos deparamos com a seguinte contradição: “*a organização espacial é necessária para superar o espaço*” (HARVEY, 2005, p. 145). Para ele, a compreensão do

³ Grifo nosso.

espaço no contexto do capitalismo consiste em compreender de que maneira essa contradição se manifesta através das transformações histórico-geográficas. (Harvey, 2005)

Para Smith,

Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos, daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço. A forma espacial da cidade capitalista, por exemplo, é completamente diferente da forma da cidade feudal (SMITH, 1988, p. 122).

Harvey afirma que *“a história do capitalismo ficou marcada por reduções drásticas no custo ou no tempo de movimento, além de melhorias na continuidade do fluxo. As relações espaciais estão, desse modo, sujeitas à transformação contínua”*. (HARVEY, 2005, p. 146). Muitas mudanças no desenvolvimento das forças produtivas acabaram liberando o processo de produção da dependência em relação às eventuais “potencialidades”, localizadas de força de trabalho e matérias-primas, por exemplo. Essas mudanças, aliadas às múltiplas possibilidades em substituir elementos do processo produtivo, acabaram permitindo que os capitalistas pudessem cada vez mais suplantiar limites geográficos. Neste sentido, Harvey considera que:

[...] o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção. A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições de conexão interindústrias, na divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais. Os capitalistas individuais, em virtude de suas decisões localizacionais específicas, moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas. (HARVEY, 2005, p. 146)

Os resultados disso implicam no que Harvey chamou de *“coerência estruturada”*, que está relacionada à produção e ao consumo de um determinado espaço. Essa coerência compreende as novas formas e tecnologias de produção (como, por exemplo, as novas formas de organização da produção, de controle de tempo e de produtividade); as quantidades e qualidades do consumo, tanto da burguesia quanto dos trabalhadores; os padrões de demanda e oferta de força de trabalho; e as infraestruturas físicas e sociais. O espaço do capital, portanto, é aquele no qual essa coerência estruturada se manifesta de tal

maneira que o capital pode circular sem ponderar os limites do lucro, ou, como o próprio Harvey o define, o espaço do capital é aquele

[...] em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente, o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária – com a extensão da substituição definida pelo custo e tempo do movimento do trabalho diário – é um princípio de desagregação espacial muito importante sob o capitalismo (HARVEY, 2005, p. 146).

Seguindo a linha de pensamento crítico, Carlos (1988) afirma que o espaço geográfico deve ser compreendido como *“um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante”* (p. 15). Essas relações são relações de trabalho que se estabelecem dentro do processo produtivo geral da sociedade. Assim, *“o espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz, tomando o objeto sobre o qual recai o trabalho em algo que lhe é próprio.”* (p. 15).

Para Carlos (1988), o processo de trabalho concretiza-se enquanto mediação entre sociedade e espaço. Logo, no centro do debate sobre o conceito de espaço geográfico como produto social, deve haver a discussão sobre o trabalho enquanto mediação da relação sociedade-espaço. Para ela, *“o processo de trabalho não só determina a natureza social do espaço geográfico, como a sua forma de apropriação.”* (p. 16).

Carlos chama atenção aos seguintes pontos sobre a análise do processo espacial, tendo como categoria central, o trabalho:

a) O espaço geográfico visto como produto da história das relações que o homem mantém com a natureza, através do trabalho [...], é fruto de uma produção geral da sociedade como um todo; b) o trabalho como atividade do ser humano visa satisfazer necessidades, e na medida em que estas são históricas e que a atividade que as satisfaz cria novas, a criação de um espaço diferenciado dá-se em função das condições materiais do processo de produção e do estágio do desenvolvimento das forças produtivas; c) o trabalho, sendo sempre um processo de apropriação pelo ser humano, permite discutir as formas como esta apropriação se realiza, colocando em discussão, hoje, o espaço como um produto social apropriado individualmente e, portanto, alienado. (CARLOS, 1988, p. 16-17).

Para essa autora, a natureza dual do espaço carrega em si a condição para a reprodução do capital e da vida humana, ao mesmo tempo em que é produto da imbricação desses processos. Destarte:

Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o espaço significa também pensar a dimensão do humano. (CARLOS, 1994, p. 24).

1.2 - Espaço geográfico: o processo de produção e reprodução social do trabalho.

O fenômeno da produção do espaço é o resultado de processos que convergem para um movimento dinâmico de mutação, a partir da importância do homem e de sua racionalidade, representada pelo trabalho enquanto meio/ação de transformação da natureza.

Isto coloca o homem como elemento central na discussão da produção do espaço, o homem em condições e situações sociais e históricas específicas, como o ser cuja humanidade foi produzida ao longo da história, e que se realiza no processo de reprodução da vida. (CARLOS, 1994, p. 21).

Nessa perspectiva, conforme aborda a autora:

[...] o homem coloca-se como criador do mundo e produtor da sociedade; sua vida individual é a vida genérica, que se produz na práxis humana compreendida como processo de transformação de si próprio. No cerne desse processo está a relação com o mundo e consigo mesmo, a partir do trabalho, como processo consciente, na medida em que é ele que transforma a realidade objetiva (entendida como natural ou social), na construção da própria realidade humana. (CARLOS, 1994, p. 21).

Essa sequência deixa claro o papel fundamental da participação incisiva do homem nas transformações do espaço geográfico, ressaltando dois aspectos unos e essenciais, irremediavelmente necessários, quando se trata da relação homem-natureza, da produção e reprodução do espaço. O primeiro deles é a intencionalidade da ação transformadora embutida na racionalidade, na consciência objetiva direcionada à prática de determinada atividade. O segundo diz respeito ao trabalho exercido pelo homem, fator mediador entre este e a natureza que resulta em um dado produto. O trabalho é um processo acumulativo que, de acordo com os estágios históricos de desenvolvimento das forças sociais e produtivas, vai gerar especificidades da produção do espaço, remetidas, principalmente, a dadas exigências da sociedade em seu tempo. Se o modo de produção do espaço é desigual,

supõe-se, então, que seja este um espelho da produção social. No caso do modo de produção capitalista, essa desigualdade na produção espacial e social encontra seu reflexo na divisão social do trabalho. (CARLOS, 1994).

Num contexto geral, em que o espaço geográfico está em constante processo de transformação, identificamos dois processos sobrepostos e articulados, que concorrem para essa mutabilidade: *produção* e *reprodução*. Em relação à noção de *produção*, Lefebvre (2001) destaca a sua abrangência enquanto ação irrestrita à fabricação de peças e utensílios ou qualquer outro tipo de “objetos”, quer seja para uso ou venda. Segundo este autor:

[...] a produção não se limita à atividade que fabrica coisas para trocá-las. Existem as obras e os produtos. A produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção das idéias, das representações, da linguagem. [...] a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano. O mental, o intelectual, o que passa pelo “espírito” e o que a filosofia toma como seu domínio próprio, são “produtos” como o resto. [...] Há produção da própria consciência. (LEFEBVRE, 2001, p. 44 e 45).

A produção é compreendida aqui como algo que transcende o material, mas que não deixa de ser concreto em existência e finalidade. Já a noção de *reprodução*, contém explicitamente a perspectiva da produção a partir do que já foi produzido, de algo que já sofreu interferência de mãos, mente, ferramentas e máquinas do homem, mas também está relacionada ao voltar à produção, abarcando, por sua vez, o processo de acumulação do capital em meio à segmentação da divisão do trabalho, assim como afirma Carlos (1994):

[...] a perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto, a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que cria e se reproduz). (CARLOS, 1994, p 34).

Qualquer processo de produção está invariavelmente inserido no processo de reprodução da sociedade, pois surge como demanda, seja tanto do modo de produção vigente, quanto das necessidades mais básicas do ser humano, conduzindo, de uma forma ou de outra, ao estabelecimento de processos conjugados que se desenvolvem em diferentes

graus e escalas. Paralelo a esse processo de reprodução do ser humano, ocorre, inteiramente relacionada, a reprodução do espaço geográfico.

[...] o espaço geográfico não é a base da história mundial, mas o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre homens e natureza. É um processo de produção e também um processo de reprodução, fundamentado de um lado na acumulação técnico-cultural, e, de outro, na relação dialética entre o velho (espaço como meio de reprodução) e do novo (o processo de produção atual em si), implicando a idéia de continuidade – do processo de desenvolvimento da própria sociedade. (CARLOS, 1994, p 33 e 34).

O espaço geográfico é produzido historicamente a partir do desenvolvimento das atividades e das relações sociais. É reproduzido cotidianamente, alimentando-se mediante o processo de materialização das realizações contraditórias implícitas na sociedade, cadenciada pelo seu modo de produção e por sua intrínseca divisão social do trabalho. Dessa forma,

Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência de um determinado modo, este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e, conseqüentemente influenciará e direcionará o processo de produção espacial. (CARLOS, 1994, p. 33).

Portanto:

[...] o espaço geográfico aparece como movimento historicamente determinado da produção social. Assim, cada transformação ocorrida ao longo do processo civilizatório implicará espaços diferenciados, com conteúdos diversos. Nesse sentido, o espaço geográfico é um produto das relações concretas que o homem cria na sociedade, e através dela, ao longo de seu processo de hominização; processo este que se cria como atividade prática dos homens (em suas relações materiais) que produz o processo de desenvolvimento da humanidade. (CARLOS, 1994, p. 35).

As modificações que a sociedade imprime no espaço geográfico são reflexos de como esta mesma sociedade se modifica. Atingimos, assim, o entendimento de que o espaço geográfico não pode ser outro se não o produto constantemente reproduzido, diverso e mutante, obra conseqüente da inseparável relação entre o homem e a natureza. E é essa compreensão que nos permite conceber a dimensão da produção e reprodução enquanto possibilidade de reprodução de variadas feições do espaço geográfico.

Do mesmo modo, o espaço deve ser analisado pelas relações que o produziram, ou seja, pelas relações de produção, logo, relações de trabalho. A partir disso, Carlos (1988) afirma que a análise sobre o espaço deve ser pautada em um *determinado trabalho*, o trabalho assalariado, seu processo de valorização e de apropriação. Ou seja, a análise não deve incidir sobre um espaço qualquer, um espaço genérico, abstrato, mas um espaço concreto, possuidor de especificidade histórica real. Este espaço possui uma gênese, bem como traz em si um processo de reprodução que só pode ser analisado a partir de suas condicionantes históricas. Nesse sentido, Carlos (1988) entende que a “*reprodução do espaço aparece como resultado do processo de produção e reprodução do capital, que se realiza como capital adicional e que tem, como condição de existência, a apropriação do trabalho alheio.*” (p. 18).

O modo de produção capitalista se desenvolve sobre condições materiais que, ao mesmo tempo, são representações de determinadas relações sociais impostas aos sujeitos durante o processo de reprodução de suas vidas. Tais relações são premissas, e também resultados, produzidos e reproduzidos de acordo com os objetivos do modo de produção capitalista (Carlos, 1988, p. 18).

O que se produz no processo não são só as condições objetivas do trabalho, mas sua existência sob a forma de valores autônomos pertencentes a outro (no caso o capitalista) e opostas à força de trabalho. Isso decorre do fato de que o trabalho do operário se objetiva em um produto que não lhe é próprio. (CARLOS, 1988, p. 18).

A unidade espaço-sociedade possui implicitamente uma desigualdade oriunda da divisão social e técnica do trabalho, desigualdade que vai resultar numa divisão espacial do trabalho entre as diferentes parcelas do espaço. Essa desigualdade à qual nos referimos tem suas bases mantidas pelas relações de dominação-subordinação, presentes no modo de produção capitalista que se baseia na acumulação e centralização do capital – e do poder – nas mãos de poucos; e na existência da propriedade privada.

Para Carlos,

Isso quer dizer que a sociedade como um todo se articula, através do processo de produção geral, na criação do espaço, mas como o modo de produção está assentado em relações de poder conferidas pela propriedade privada, toma extremamente diferenciada a apropriação do produto de trabalho. (CARLOS, 1988, p. 19).

A partir do momento em que a análise do processo de produção do espaço esteja baseada em relações de trabalho entre sociedade e meio circundante, é possível compreendê-lo como uma relação que, necessariamente, deve ser apreendida em suas múltiplas determinações, quais sejam: econômicas, sociais, políticas, filosóficas, culturais e jurídicas. A introdução da análise marxista no âmbito da geografia possibilita, portanto, a compreensão do espaço como um “*produto das relações sociais*”, sendo visto em função de uma dada formação econômica, neste caso a capitalista, originada na relação homem-natureza. (Carlos, 1988).

A análise do produto tende a desvendar seu processo de produção. O espaço geográfico, prenhe de dinamismo, tem características peculiares que o diferenciam dos outros produtos do trabalho social, mas também tem pontos comuns, fruto das determinações gerais da sociedade em questão. (CARLOS, 1988, p. 19).

O encadeamento e a articulação das categorias analíticas – no caso específico: trabalho e espaço – possibilitam a separação entre as determinações gerais e específicas de cada acontecimento, e permitem a apreensão de sua transitoriedade. Nessa perspectiva, surge a importância do método de análise, já que este aparece como uma “*possibilidade de desvendamento e como percepção e apreensão dessa transitoriedade*”, sem a qual os acontecimentos não podem ser explicados (Carlos, 1988). Como afirma Carlos:

Na perspectiva aberta pelo materialismo histórico, a construção da noção de espaço geográfico transcende aquela de produto. O espaço, além de *produto* da existência humana, é também, *condição e meio* do processo de reprodução geral da sociedade. (CARLOS, 1988. p. 19).

Sob essa ótica, o materialismo histórico é o método de análise que nos permite compreender o espaço geográfico em sua totalidade, não apenas como um produto, mas condição e meio de existência e reprodução da sociedade e do espaço geográfico.

1.3 - Os desdobramentos das relações capitalistas no espaço geográfico.

O espaço geográfico é produto das relações sociais e é produzido de acordo com o modo de produção hegemônico, a cada tempo histórico. No capitalismo o espaço é produzido e (re) produzido à imagem e semelhança do capital, aprofundando cada vez mais a divisão social e territorial do trabalho, principalmente na relação campo/cidade (LIMA: 2012).

De acordo com o que Marx anunciara “*a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese*”. (MARX, 2013, p. 530).

Para este autor é na cidade onde se concretizam as decisões políticas econômicas e culturais. A cidade é o centro, o lócus, o espaço de onde o capital exerce seu comando, enquanto o campo mantém a população da cidade por intermédio da produção camponesa. A separação entre a cidade e o campo traz em si a separação dos trabalhadores do campo dos seus meios de produção. Na medida em que os trabalhadores foram sendo expropriados de suas terras, perdendo seus meios de subsistência, foram também se transformando em sujeitos “livres” para o capital. A cidade surge para o capital como o “*ambiente da valorização do valor e da acumulação*” (LIMA, 2012, p. 91).

Ao passar dos anos, o avanço das relações capitalistas começou a interferir de forma mais incisiva nos espaços do campo, com o aumento das forças produtivas e do uso do maquinário capitalista na agricultura, de modo a promover a intensificação da jornada de trabalho e ampliar a extração do lucro. Essa necessidade do capital em ocupar “todos os espaços” tende a diminuir as diferenças espaciais entre o campo e a cidade.

Segundo Lima:

A urbanização do campo através da industrialização da agricultura ocorre redefinindo a unidade dialética cidade/campo e destruindo o fundamento de sua própria história econômica. De um lado, concentra em grandes centros da produção capitalista a força motriz histórica da sociedade, pelo outro lado, mina o metabolismo entre o homem e a condição natural de fertilidade da terra. (LIMA, 2012, p. 91)

Marx colabora, ainda, ao adentrar no espaço do campo, ratificando que a grande indústria revolucionou a agricultura, aniquilando sem piedade os camponeses e foi substituindo-os pelo trabalho assalariado. As relações foram sendo transformadas, e isso

causou uma verdadeira revolução no modo de produção do campo, assemelhando essas paridades às relações circunscritas na cidade. No lugar da produção do campo, que Marx chamou de “rotineira e irracional”, surgiu uma produção mais “consciente” e tecnológica. (MARX, 2013, p. 572)

Assim sendo, *“campo e cidade apresentam-se como formas espaciais, onde se dá o conteúdo da reprodução do capital, no espaço das relações econômicas”* (CONCEIÇÃO, 1991, p. 10), de modo que *“o espaço dividido da produção no urbano e no rural, perde as características da totalidade no processo da produção, distribuição e organização na reprodução ampliada do capital”* (Idem).

Do ponto de vista de Oliveira (2007), o contato de jovens com a vida citadina, juntamente com a melhoria dos meios de comunicação propiciada pela sociedade capitalista, acelerou o processo de dependência dos camponeses com a cidade. Para Oliveira, o grau de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade depende dos níveis de desenvolvimento das relações de produção. Dessa forma, *“as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência.”* (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Para este mesmo autor, no modo de produção capitalista, as relações de produção são baseadas na busca incessante pela separação dos trabalhadores dos meios de produção, para que estes apareçam livres no mercado, despossuídos de qualquer propriedade, exceto sua própria força de trabalho, a qual deverá submeter ao patrão. A partir do conceito de “liberdade” difundido pela ideologia capitalista, é que se estabelece o processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores.

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Intrinsecamente, a relação social capitalista pressupõe que, na relação de compra e venda, um vende sua força de trabalho e o outro compra essa força, mediante pagamento do

salário. A partir do estabelecimento da relação de troca, surgem os agentes específicos da relação capitalista: o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Agentes que são sociais, antes de serem individuais. (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Martins,

[...] no capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo, para entrar em relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros, ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro. (MARTINS, 1981, p. 153).

Ao capitalista lhe agrada bastante esse tipo de compra. Ele está adquirindo uma “mercadoria especial”, única, capaz de criar outras mercadorias, de criar mais valor, além do que o contido nela própria. No nosso campo de pesquisa, por exemplo, pudemos constatar que os trabalhadores da Dakota Calçados produzem valor muito além do valor da sua força de trabalho, representada na forma de salário mínimo.

É importante salientar que “[...] esse salário não é produto de um acordo individual e sim social, e a sua mediação é dada pela taxa de lucro média dos capitalistas em geral.” (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Ao planejar sua produção, o capitalista calcula meticulosamente e destina seu capital à compra de força de trabalho e dos meios de produção necessários para obter maior parcela lucro possível. Nesse caso, a força de trabalho é submetida às ordens do capitalista e torna-se, então, propriedade econômica deste. A força de trabalho não pertence mais, portanto, ao trabalhador, mas sim ao capital. (OLIVEIRA, 2007).

Sabe-se que o trabalho é o criador do valor, e que a sua medida é dada pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção das mercadorias. No entanto, o valor da força de trabalho — que deveria ser o produto do trabalho do trabalhador, expresso, pois, naquilo que ele criou ou possibilitou criar — não o é. E isso se deve ao fato de que nem o trabalhador, nem, portanto, a sua força de trabalho são produtos do trabalho; não são, pois, produzidos por outrem. (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Considerando que o trabalhador é capaz de produzir além do que necessita para garantir sua existência, o capitalista “devolve” a ele apenas uma parte do valor produzido

convertida agora em dinheiro, neste caso em forma de salário. Uma vez de posse do seu salário, o trabalhador pode ir ao mercado para adquirir aquilo de que necessita para reproduzir-se como trabalhador e nada além. Mantendo-se como trabalhador, ele continuará vendendo sua força de trabalho ao patão capitalista.

Assim, a relação que, de início, no plano jurídico era de igualdade, revela sua verdadeira face, tornando-se, no plano econômico, uma relação de desigualdade: o capitalista ganha e o trabalhador perde. O que o capitalista ganha nessa relação é a fração de valor criado que não é revertida para o trabalhador (mais-valia) e sim apropriada pelo capitalista sob a forma de lucro do capital, ou seja, como sendo propriedade do capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

1.4 - O processo de trabalho na indústria e a extração do mais valor no espaço-tempo do capital.

O capitalista se apropria do trabalho do trabalhador num processo que Marx denominou de extração do mais valor. Essa extração se dá dentro do processo de trabalho e de valorização, e pode se dar de forma absoluta, como também relativa.

Sobre o processo de trabalho, Marx afirma que o trabalhador somente se torna força de trabalho quando o seu comprador a consome, fazendo-o trabalhar. Assim, o trabalhador deixa de ser força de trabalho “potencial” para se tornar “actu” [em ato/de fato]. Portanto, “*a força de trabalho é o próprio trabalho*” (MARX, 2013, p. 255). Conforme defende este autor, o processo de trabalho, independentemente de qualquer forma social determinada,

é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos. (MARX, 2013, p.255)

Isso quer dizer que o homem, imbuído de vontade e da necessidade de sobrevivência, age sobre a natureza externa de modo a modificá-la. E ao modificar a natureza externa, a

partir do processo de trabalho, o homem modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza. *“Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças ao seu próprio domínio”* (Idem, p. 255).

Marx pressupõe o trabalho de uma forma tal que diz respeito unicamente ao homem. Para ele, o trabalho realizado pelo homem difere das operações executadas pelos animais, justamente pelo fato de o homem executar suas ações de modo consciente, tendo em mente o resultado final destas ações. Ao final do seu trabalho, o resultado já existia idealmente, já estava presente na representação do trabalhador antes e durante o processo de trabalho.

Essa vontade orientada para um fim, acompanhada do esforço dos órgãos que trabalham, manifesta-se na atenção do homem durante realização da tarefa, ou seja, ela determina a criação do objeto, tal qual vontade do trabalhador. Portanto, *“os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada para um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.”* (Idem, p. 256).

No contexto geral do processo de trabalho, entendemos que a terra é o objeto universal do trabalho humano, e o que dela é separado pelo trabalhador, tal como árvores, minérios e peixes, por exemplo, é considerado como objeto de trabalho preexistente. O objeto de trabalho que já foi filtrado por um trabalho anterior é considerado, por conseguinte, como uma matéria-prima. Ou seja, *“o objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu modificação mediada pelo trabalho”*. (Idem, p. 256).

O meio de trabalho é o próprio elemento natural convertido em órgão do trabalhador para a realização da sua atividade de trabalho: *“o meio de trabalho é uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho, e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto.”* (Idem, p. 256).

Neste sentido, a própria terra pode ser entendida como um meio de trabalho, porém, o desenvolvimento desse processo requer meios previamente elaborados. A criação e o uso de meios de trabalho são características específicas do processo de trabalho humano. Os meios de trabalho antigos, por exemplo, podem ajudar na compreensão das formações econômicas extintas, pois a diferença entre épocas econômicas da humanidade não está no “o quê” é produzido, mas no “como” e “com o quê” é produzido:

Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou pode apenas de modo incompleto. (Idem, p. 258).

Isso nos leva a concluir que durante o processo de trabalho a atividade do homem, tendo auxílio dos meios de trabalho, promove uma transformação em dado objeto para o qual é direcionado este trabalho, de acordo com a finalidade concebida desde o início do processo. Neste sentido, o procedimento finda no produto, que é, deste modo, um valor de uso, *“um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou ao seu objeto”*. (Idem, p. 258).

Sobre o processo de trabalho na indústria, Marx entende que, em quase todos os ramos – exceto na indústria extrativa –, existe a manipulação de um objeto, sendo este matéria-prima, isto é, *“um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura.”* (Idem, p. 259). Neste caso, um valor de uso poderá aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final, a depender de sua função determinada dentro do processo de trabalho e da posição que ocupa dentro do processo.

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim - a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (Idem, p. 261).

O capitalista busca adquirir no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto os seus fatores objetivos (meios de produção) quanto o seu fator pessoal – a força de trabalho. De posse dos meios de produção e da força de trabalho, o capitalista põe-se a consumir esta força, que é justamente a mercadoria por ele comprada, ou seja, ele faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, utilize-se dos meios de produção mediante o seu próprio trabalho. O processo, enquanto processo de consumo da força, pelo capitalista, revela duas características.

A primeira delas é que o trabalhador sempre irá trabalhar sob o controle do capitalista, uma vez que a este pertence seu trabalho. O capitalista promoverá formas de

fiscalização para que o trabalho seja realizado adequadamente, bem como para que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e que o meio de trabalho mantido pelo capitalista seja conservado.

A segunda característica do processo de trabalho, apontada por Marx, é que o produto deste processo não é propriedade do produtor direto, não pertence ao trabalhador. O produto pertence ao capitalista que pagou pela força de trabalho por um dia, por exemplo. Portanto, a utilização dessa força equivale ao uso de qualquer outra mercadoria. Ao capitalista (comprador) pertence o uso de tal mercadoria, e o trabalhador (vendedor da força de trabalho), ao vender seu trabalho ao capitalista, cede apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que o trabalhador entra na indústria do capitalista, o valor de uso da sua força de trabalho não lhe pertence mais. Seu trabalho pertence agora ao capitalista.

Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. (Idem, p. 262).

O produto gerado no processo de trabalho, sendo propriedade do capitalista, é um valor de uso. Porém, o capitalista não o fabricou por si mesmo. O produto é para ele, em primeiro lugar, um valor de uso que possui um valor de troca, é uma mercadoria. Em segundo lugar, o produto é para o capitalista uma mercadoria cujo valor de troca seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, ou seja, os meios de produção e a força de trabalho, cuja compra o capitalista já adiantou dinheiro no mercado. E neste sentido, Marx entende que o capitalista busca *“produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só um valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.”* (Idem, p. 263).

Com isso, o próprio processo de produção capitalista traz em si o processo de formação de valor. O processo de produção é, conseqüentemente, processo de formação de valor. E o valor da mercadoria vai ser determinado de acordo com a quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso e pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

Sobre o cálculo do trabalho objetivado no produto, encontramos alguns exemplos citados por Marx, e entre eles apreendemos o seguinte para ilustração: considerando o valor diário da força de trabalho igual a 3 xelins⁴, sendo que nela está objetivada meia jornada de trabalho. Isto significa que os meios de subsistência necessários para a garantia diária da produção da força de trabalho custam meia jornada trabalhada. Porém, o trabalho anterior incorporado à força de trabalho e o trabalho vivo, em potencial, que ele pode oferecer ao capitalista, são considerados, por Marx, como duas grandezas completamente distintas: O trabalho anterior incorporado à força de trabalho determina o seu valor de troca, enquanto que o trabalho vivo cedido pelo trabalhador, ao capitalista, constitui seu valor de uso.

Desta maneira,

O fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas, de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio e botas, é apenas uma *conditio sine qua nom* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. (Idem, p. 270).

Isso significa que a conjuntura dada é uma grande vantagem para o capitalista que compra a força de trabalho, pois a manutenção diária da força custa apenas meia jornada de trabalho. Ou seja, considerando que esta força de trabalho exerce atividades laborais por uma jornada inteira, por conseguinte, o valor que ela cria durante uma jornada acaba sendo igual ao dobro do seu próprio valor diário. Marx afirma que o capitalista “[...] previu esse estado das coisas, e o faz rir⁵. O trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas.” (Idem, p. 270). Neste caso, se, por exemplo, 10 libras⁶ de algodão absorvem 6 horas de trabalho e se transformam em 10 libras de fio, logo, 12 horas de trabalho serão absorvidas para 20 libras de algodão e transformadas em 20 libras de fio. Torna-se evidente que “no final das contas, o truque deu certo” e o dinheiro investido pelo capitalista converteu-se em capital. (Idem, p. 271).

⁴ Na equivalência de moedas 1 xelim equivale a 1,02 marco alemão.

⁵ Marx utiliza-se de uma paráfrase das palavras de Fausto: “*Der Kasus macht mich lachen*” [“o caso me faz rir”], J.W. Goethe, “Quarto de Estudos”, em Fausto. (N.T.).

⁶ Medida de peso: uma libra equivale a 16 onças, ou 453,592 gramas.

Com isso entendemos que o capitalista foi ao mercado e pagou o devido valor por mercadorias, a saber: algodão, fusos e força de trabalho. Em seguida consumiu estas mercadorias, como faz todo comprador, isto é, consumiu o valor de uso dessas mercadorias. Do processo de consumo da força de trabalho, que é ao mesmo tempo processo de produção de uma nova mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio. Após isso, o capitalista retorna ao mercado, não mais para executar uma compra, mas a venda da sua nova mercadoria. Ao vendê-la, obtém um valor a mais do que a quantia em dinheiro que havia investido. Eis aí o “segredo” da transformação do dinheiro em capital.

Portanto, Marx evidencia que:

Esse ciclo inteiro, a transformação do seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção. (Idem, p. 271).

O que se passa é justamente que o capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias que servem para a criação de novos produtos, ou que servem como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, transforma valor – *“trabalho passado, objetivado, morto”* – em valor que se autovaloriza, ou seja, se transforma em capital, cujo próprio Marx chama de “[...] *monstro vivo que se põe a ‘trabalhar’ como se seu corpo estivesse possuído de amor*”. (Idem, p. 271).

De acordo com o que expusemos, o processo de valorização é um processo de formação de valor que se estende além de certo ponto:

Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse valor, ele se torna processo de valorização. (Idem, p. 271).

Já o processo de trabalho consiste em trabalho útil, produtor de valores de uso, que vai se apresentar no processo de formação de valor apenas sob seu aspecto quantitativo, em que “[...] *o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil*.” (Idem, p. 271). Não importa se o trabalho está contido nos meios de produção ou se adicionado pela força de trabalho, o que importa é sua medida temporal, em horas, dias, etc. No entanto, “[...] o

trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário, o que implica diversos fatores. A força de trabalho deve funcionar sob condições normais.” (p. 271).

Marx ressalta o caráter de “*normalidade*” que deve possuir a força de trabalho no ramo da produção, precisando:

[...] possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade. [...] Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado. (Idem, p. 271).

Em síntese, compreendemos que o processo de produção entendido como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é um processo de formação de mercadorias. Porém, ao observamos o processo de produção como unidade dos processos de trabalho e de valorização, podemos compreendê-lo como um processo de produção capitalista, uma forma capitalista de produção de mercadorias. Neste caso, o mais valor resulta somente do excedente quantitativo de trabalho, ou seja, da duração prolongada do processo de trabalho. (Idem, p. 273-274).

Segundo Marx, a taxa de mais-valor e a duração da jornada de trabalho dependiam da grandeza do prolongamento das horas de trabalhadas, além daquelas dedicadas a se produzir apenas um equivalente do valor da força de trabalho. Sendo o tempo de trabalho necessário para se produzir este valor equivalente a uma constante, a jornada de trabalho, todavia, seria variável. Este é o princípio da produção do mais-valor absoluto.

Todavia, Marx vai além desse esforço teórico para compreender a extração do mais-valor absoluto e enxerga que também existe uma extração do mais-valor relativo no processo de produção capitalista. Para demonstrar a produção do mais-valor relativo, considerando que uma jornada de trabalho é dividida entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, este autor supôs, em mais um exemplo, uma jornada de trabalho de 12 horas dividida entre 10 horas (de trabalho necessário) e 2 horas (de mais-trabalho). Como poderia a produção do mais-valor aumentar sem que houvesse o prolongamento da jornada de trabalho? A resposta reside na redução do tempo do trabalho necessário e no prolongamento das horas de mais-trabalho. Assim, se o tempo de trabalho necessário para que um trabalhador produza o suficiente para a manutenção de sua vida pudesse ser reduzido de 10

para 6 horas, por exemplo, logo, as horas de mais-trabalho seriam prolongadas, passando agora de 2 horas de mais-trabalho para 6 horas de mais-trabalho.

Conforme o próprio Marx explica:

Ao prolongamento do mais-trabalho corresponderia o encurtamento do trabalho necessário, ou, em outras palavras, a parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora utilizava para si mesmo é convertida em tempo de trabalho para o capitalista. A mudança estaria não na redução da jornada de trabalho, mas em sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho. (Idem, p. 387).

O valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho requerido para sua produção. Este valor determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução do seu valor:

Se 1 hora de trabalho se representa numa quantidade de ouro de $\frac{1}{2}$ xelim ou 6 *pence*, e se o valor diário da força de trabalho é de 5 xelins, o trabalhador tende trabalhar 10 horas diárias para repor o valor diário que o capital lhe pagou por sua força de trabalho ou para produzir um equivalente do valor dos meios de subsistência que lhe são diariamente necessários. (Idem, p. 388).

Neste caso, com o valor dos seus meios de subsistência está dado o valor da sua força de trabalho, melhor explicando, é a partir desse valor que é determinado o salário que o trabalhador terá a receber. E é também o valor dos seus meios de subsistência que irá determinar a grandeza do seu tempo de trabalho.

Marx (2013) chama a atenção para a duração do mais-trabalho: esta duração é obtida quando o tempo de trabalho necessário é subtraído da jornada total. Ou seja, em seu exemplo, Marx retoma uma dada jornada de trabalho igual a 12 horas. Subtraindo 10 horas (trabalho necessário) da jornada de trabalho, restam 2 horas de mais-trabalho. E nesse caso, diante de uma dada impossibilidade de se prolongar a jornada de trabalho total, o capitalista poderia reduzir o valor pago pelo trabalho necessário – de 5 para 4 xelins, por exemplo –, o que lhe daria um cenário em que o trabalhador somente necessitaria trabalhar 9 horas para produzir o valor de sua subsistência, restando ao capitalista 3 horas de mais-trabalho.

Dada a duração da jornada de trabalho, o prolongamento do mais-trabalho tem de resultar da redução do tempo de trabalho necessário, em vez de, ao

contrário, a redução do tempo de trabalho necessário resultar do prolongamento do mais-trabalho. (Idem, p. 389)

Tomando como base o exemplo anterior que Marx nos apresentou, considerar-se-ia preciso que o valor da força de trabalho caísse efetivamente em um décimo a fim de que o tempo de trabalho necessário também fosse reduzido em um décimo. Somente de tal modo o tempo trabalho necessário cairia de 10 para 9 horas, possibilitando uma ampliação do mais-trabalho de 2 para 3 horas.

Ao seguir esse raciocínio, notamos que uma queda do valor da força de trabalho igual a um décimo exigiria uma queda proporcional, ou seja, também de um décimo, da massa de meios de subsistência que antes era produzida em 10 horas, passando esta massa a ser produzida, deste modo, em 9 horas. Essa fórmula apresentada é impossível, a não ser que ocorra uma elevação da força produtiva do trabalho. Para Marx,

É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, assim, no próprio processo de trabalho. Por elevação da força produtiva do trabalho, entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso. (Idem, p. 389).

Com isso Marx entende que, para a produção de mais valor a partir da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, é “[...] *absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como ele foi historicamente herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração.*” (idem, p. 389).

Para que o capital possa aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por intermédio da elevação da força produtiva e, por conseguinte, encurtar uma parcela da jornada de trabalho necessária para a produção desse valor, ele – o capital – tem que revolucionar as condições técnicas e sociais inerentes ao processo de trabalho, ou seja, o capital precisa revolucionar o próprio modo de produção.

Em síntese, o entendimento acerca da produção do mais-valor absoluto e do mais-valor relativo pode ser representado da seguinte maneira:

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do

tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (Idem, p. 390).

Destarte, para que o valor da força de trabalho seja reduzido, é necessário que o aumento da força produtiva seja tal que chegue a afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, ou seja, os ramos que fazem parte do círculo dos meios de subsistência habituais ou os ramos que podem substituí-los por outros meios. Entretanto, o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe confere uma forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. Desta forma,

O valor de uma bota, por exemplo, não é determinado apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do piche, do cordão etc. Portanto, a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência. (Idem, p. 390).

Consideramos que se a mercadoria ficar mais barata haverá a diminuição do valor da força de trabalho apenas o tanto quanto for possível, ou seja, haverá uma diminuição na proporção em que essa mercadoria participa na reprodução da força de trabalho.

Observamos, pois, que Marx é enfático no que se refere à produção aumentada do mais-valor, ou melhor, do mais-valor relativo. Seus vários exemplos demonstram que a produção do mais-valor relativo é decorrente da redução do tempo de trabalho necessário e do correspondente prolongamento do mais-trabalho, considerando também as mudanças na organização da produção em busca do aumento da produtividade – maior produção em menos tempo.

Ou seja, “[...] o trabalho excepcionalmente produtivo atua como trabalho potenciado ou cria, no mesmo tempo, valores maiores do que o trabalho social médio do mesmo tipo.” (Idem, p. 393).

Na produção do mais-valor relativo, o capitalista que emprega um novo modo de produção, agora aperfeiçoado, torna-se capaz de apropriar-se de uma parcela maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho - mesmo considerando que não haja um aumento de

fato da jornada de trabalho -, realizando, assim, individualmente, algo que o capital realiza em escala ampliada.

Marx chama a atenção para o fato de que:

[...] o processo inteiro só afeta a taxa geral do mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos da produção e, portanto, baratear as mercadorias que integram o círculo dos meios básicos de subsistência e, por isso, constituem elementos do valor da força de trabalho. (Idem, p. 393).

Além disso, Marx considera que o valor das mercadorias é inversamente proporcional à força produtiva do trabalho, bem como ocorre com o valor da força trabalhada, porquanto este é determinado pelos valores das mercadorias. Já no caso do mais-valor relativo, Marx considera que este é diretamente proporcional à força produtiva do trabalho: “[...] *ele cresce com o aumento e decresce com a queda da força produtiva.*” (Idem, p. 393).

Marx reforça a tese de que é próprio ao capital a busca constante pelo aumento da força produtiva, para baratear a mercadoria e, dessa forma, baratear a própria força de trabalho. Isso ocorre porque o capitalista não está diretamente interessado no valor absoluto da mercadoria produzida, o que mais interessa é o mais-valor a ela incorporado e que pode ser realizado na venda. Com a venda, o mais-valor é realizado e o valor adiantado é prontamente reposto ao capitalista. Assim,

[...] como o mais-valor relativo aumenta na proporção direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao passo que o valor das mercadorias cai na proporção inversa desse mesmo desenvolvimento, e como, portanto, o mesmo processo barateia as mercadorias e aumenta o mais-valor nelas contido, temos a solução do enigma de por que o capitalista, cuja única preocupação é a produção do valor de troca, esforça-se continuamente para diminuir o valor de troca das mercadorias [...]. (Idem, p. 394).

Em resumo, Marx explica que, no âmbito da produção capitalista, a economia do trabalho proporcionada pelo desenvolvimento de sua força produtiva não tem, em hipótese alguma, o objetivo de reduzir a jornada de trabalho. Seu objetivo é reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (Idem, p. 395).

No cenário global foram essas mudanças na organização da produção em busca do aumento da produtividade, descritas por Marx, que tiveram imenso impacto nas formas de reprodução social e do espaço geográfico, pois sob as bases de tais formas de exploração do trabalho, o capitalismo se expandiu pelo mundo.

Uma das maiores e intensas manifestações dessas mudanças no processo produtivo do capital é representada pelo modelo fordista de produção. Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o fordismo foi implantado na indústria automobilística em meados da década de 1910, com introdução da linha de montagem automatizada no processo produtivo.

Era uma época de “tempos modernos”⁷ e o fordismo surgiu como uma espécie de aperfeiçoamento do padrão de organização de Frederik Taylor, o Taylorismo, com a utilização de técnicas avançadas para a época, tendo como objetivo a produção para um mercado de massa (Antunes, 2008). O rígido controle da força de trabalho e da produção impulsionou o capital a alcançar novos patamares de acumulação, já que, além de garantir o mais valor absoluto, ampliou o processo, garantindo taxas de lucro mais elevadas com extração do mais valor relativo.

A produção do mais-valor absoluto consiste na extensão da jornada de trabalho para além do ponto em que o trabalhador necessitaria para ter produzido um equivalente do valor da sua força de trabalho, e na apropriação pelo capital desse mais-trabalho. Marx (2013)

⁷ Fazemos referência ao filme “Tempos modernos” (“*Modern times*”), de Charles Chaplin lançado em 1936. O filme mostra com maestria os efeitos que o desenvolvimento capitalista e seu processo de industrialização trouxeram à classe trabalhadora. O texto de introdução do filme diz que “*‘Tempos modernos’ é uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a humanidade em busca da felicidade*”. No filme, o vagabundo Carlitos, ironicamente, encontra-se na condição de operário. É o auge do predomínio do padrão de acumulação taylorista-fordista, em que os trabalhadores têm suas habilidades substituídas por um trabalho rotineiro e alienado. É o predomínio da esteira rolante de Ford, do cronômetro de Taylor, do operário-massa. A inadequação de Carlitos com o trabalho alienado perpassa o tempo todo do filme. Na condição de operário ele tenta se adaptar, se esforça para inserir-se naquele novo mundo de produção em massa, máquinas gigantescas, exploração do trabalho. Como operário da fábrica, Carlitos se depara com a esteira de produção fordista que aumenta o ritmo de produção a todo instante, tornando a relação homem-máquina extremamente conflituosa, até o ponto em que o próprio Carlitos é engolido pela máquina, saindo de lá em uma condição de insanidade, momento em que ele abandona a condição de quase um autômato (repetindo um gesto mecânico mesmo quando não está trabalhando, fruto da alienação do trabalho) para uma situação de confronto direto em que ele sabotagem a produção, insurge-se contra o patrão e é internado como louco. A contradição capital-trabalho está presente de forma clara no filme.

afirma que a produção do mais-valor absoluto é a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. E explica:

Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalhador e os agrupamentos sociais.⁸ (MARX, 2013, p. 578).

A produção do mais-valor relativo supõe um modo de produção especificamente capitalista, que surge e se desenvolve sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital, por seus próprios métodos, meios e condições. (Idem, p. 578)

A junção entre taylorismo e fordismo propiciou ao capital maior amplitude para intensificar a exploração da classe trabalhadora, com a adoção de novas relações de trabalho e de produção. A união entre taylorismo e fordismo se consolidou ao longo do século XX, conforme Antunes afirma:

[...] a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se. (ANTUNES, 2008, p. 8-9).

O binômio taylorismo/fordismo foi a expressão dominante do sistema produtivo capitalista e de seu processo de trabalho, que vigorou na grande indústria durante boa parte do século XX. Esse sistema tinha o objetivo de produzir mercadorias em massa, a partir da produção homogeneizada e verticalizada, em que, em primeira instância, as grandes indústrias automobilísticas pouco recorriam ao fornecimento externo de materiais e peças, por exemplo, durante o processo produtivo; e onde havia a busca contínua por racionalizar ao máximo as atividades realizadas pelos trabalhadores, para combater o “desperdício” na produção. Uma ordem geral também era promover a redução do tempo e aumentar o ritmo de trabalho, de modo a intensificar as formas de sua exploração. (Antunes: 2009)

Em consonância com Antunes, sobre o taylorismo/fordismo:

⁸ Grifo nosso.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades, cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do *labor* operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se *de modo prevalecente* a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. (ANTUNES, 2009, p. 39).

Durante o transcurso da acumulação de capitais, no momento em que o taylorismo/fordismo ganhou robustez, por volta do início da década de 1970, também foi o momento em que o capitalismo apresentou sinais de seu quadro crítico.

CAPÍTULO 2

LABIRINTOS DO CAPITAL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO FRENTE AO AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS

*Seu suor
Vira sofá
Cadeira
Mesa de centro
Ou não vira nada
Vale nada, Vira vento.*

Karina Buhr - Vira pó.
Eu menti pra você, 2010.

CAPÍTULO 2 - LABIRINTOS DO CAPITAL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO FRENTE AO AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS.

2.1 - Os labirintos do capital em tempos de crise.

A reprodução do espaço de acordo com o modo de produção capitalista ganhou novas configurações a partir da acumulação flexível do capital que se deu, conforme afirma Antunes (2002), a partir da crise no padrão de acumulação taylorista/fordista que se apresentou ao mundo entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970.

Para Smith (1984),

Os períodos de crise são também períodos de dramática reestruturação. O capitalismo está sempre transformando o espaço à sua própria imagem, mas em períodos de expansão isto significa a substituição de padrões mais ou menos estabelecidos num período anterior. Precisamente durante as crises é que os novos padrões se estabelecem, numa reestruturação (SMITH, 1984, p. 223).

Para Antunes (2009, p. 31-32), entre os principais elementos responsáveis por essa crise e seu quadro crítico, estão:

- A redução dos níveis de produtividade do capital e consequente tendência decrescente da taxa de lucro, devido ao aumento do preço da força de trabalho e pela intensificação das lutas sociais em busca do controle social da produção na década de 1960;
- O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela redução do consumo ocasionado pelo início do desemprego estrutural;
- O crescimento exagerado da esfera financeira em seus sinais de relativa autonomia frente aos capitais produtivos (mais um reflexo da crise estrutural do capital);
- As grandes concentrações de capitais que ocorreram devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- A crise do “*Estado de bem estar social*”, seguido da crise fiscal do Estado capitalista, retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

- As privatizações, com desregulamentações generalizadas e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e do trabalho.

Neste sentido, a crise taylorista/fordista foi

[...] a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, a *crise estrutural do capital*, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Era também a manifestação [...], tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação”, que vigorou durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa (ANTUNES, 2009, p. 33).

Em termos gerais, a crise taylorista/fordista do início da década de 1970 nada mais foi do que a manifestação de uma crise estrutural do capital que permanece até os dias atuais. Dentre suas muitas consequências, a crise acelerou o processo de implementação pelo capital de um amplo processo de reestruturação produtiva, visando à recomposição do seu ciclo reprodutivo e do seu projeto de dominação societal, estremecido pelo confronto e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (Antunes, 2002).

Antunes analisa que, a partir da crise:

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, através da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o "toyotismo" ou o modelo japonês (ANTUNES, 2002, p. 1-2).

Com efeito, essas transformações se sucederam em consequência da própria concorrência intercapitalista frente ao momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas. Além disso, era premente a necessidade de controlar as lutas sociais procedentes do trabalho. Esses motivos findaram por provocar uma resposta do capital à sua crise estrutural, que iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, buscando reorganizar, em termos capitalistas, o processo produtivo.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p. 33).

Além disso, o capital pôs em prática um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade, por exemplo, no plano ideológico, por meio da propagação do subjetivismo e do “*ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social*” (Antunes, 2002, p. 02).

Antunes entende que este momento, o qual a crise se apresentou, tratava-se

[...] da fase onde as transformações econômicas, as mudanças na produção e nos mercados, as mudanças culturais, geralmente associadas ao termo pós-modernismo, estariam, em verdade, conformando um momento de maturação e universalização do capitalismo, muito mais do que um trânsito da "modernidade" para a "pós-modernidade" (ANTUNES, 2002, p. 02).

As mutações no modo de produção capitalista, iniciadas nos anos 1990 e, em grande medida ainda em curso, são expressões da reorganização do capital diante da sua necessidade de reassumir um patamar de acumulação e desenvolver seu projeto global de dominação. Neste sentido, o processo de acumulação flexível apresenta influência direta na organização da sociedade e no modo como esta reproduz sua existência.

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – *part-time* – terceirizado, precarizado, dos trabalhadores hifenizados [...], da *classe-que-vive-do-trabalho* [...] e que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2005, p. 27).

O padrão de acumulação flexível de capital se distingue, segundo Antunes (2002), do padrão taylorista/fordista de acumulação, justamente por apresentar, de modo articulado, um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade*. Esse conjunto está fundamentado num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, fruto da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho oriundas da fase informacional, bem

como da introdução ampliada de máquinas e computadores no processo produtivo e de serviços. Com isso, esse modelo de acumulação consegue desenvolver-se numa estrutura produtiva mais flexível, e recorre com frequência à desconcentração produtiva.

De modo geral, o processo de acumulação flexível

Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semi-autônomos", além de requerer, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O "trabalho polivalente", "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 2002, p. 6).

Neste sentido, entendemos que a acumulação flexível é um processo de organização da produção, do trabalho e, conseqüentemente, processo definidor da reprodução do espaço geográfico, cujo objetivo principal é intensificar as condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ao máximo o trabalho considerado "improdutivo", aquele que não cria valor. No âmbito da produção, este processo tende a se manifestar, principalmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Tem como uma de suas premissas fundamentais o planejamento sistemático para eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade e aplicação dos princípios de qualidade total no interior, no ideário e na prática, da "fábrica moderna" (Antunes, 2002).

Antunes afirma que,

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da "empresa enxuta", merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que, apesar disso tem maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2002, p. 7).

2.2 - A reprodução do capital e a inserção da indústria no tempo e espaço da acumulação.

A acumulação flexível alterou as formas de exploração do trabalho pelo capital, o que efetivamente culminou em novas formas de apropriação do espaço pelo capital. O processo da acumulação flexível introduzido na produção industrial repercutiu no modo de produção da sociedade.

Durante muito tempo, convencionou-se afirmar que a atividade industrial carregava em seu cerne a característica de ser uma atividade própria dos grandes centros urbanizados, concentrada em determinados pontos do espaço. Porém, as concentrações industriais, mesmo nessa perspectiva de análise, já eram compreendidas como possuidoras de capacidade para articular e integrar diferentes parcelas do espaço em todo o mundo, por intermédio do mercado e da divisão espacial e internacional do trabalho. Para Carlos (1988), as teorias que se propunham abordar a localização industrial delegava a aptidão da articulação espacial da indústria, contudo, a autora salienta que as mudanças ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas puseram em xeque determinadas afirmativas sobre a localização das indústrias, como a mencionada anteriormente - “atividades industriais são próprias dos grandes centros urbanizados”.

As mudanças das forças produtivas a partir da acumulação flexível tenderam a torná-la cada vez mais difundida no espaço, espalhada, capaz de estar em toda a parte, de modo geral, universal.

Portanto,

A localização industrial entendida como o lugar ocupado pela indústria no espaço significa um entendimento mais amplo do que a simples pontuação ou endereço das indústrias no mapa. A localização da indústria insere-se no processo da industrialização que determina, historicamente, o lugar a ser ocupado por cada indústria, esse lugar resulta da divisão espacial e internacional do trabalho num dado momento histórico (CARLOS, 1988, p. 20).

Do ponto de vista histórico de implantação da indústria, Carlos (1988) considera que sua localização inicial no mundo foi na Inglaterra, onde sucederam as condições necessárias que favoreceram o seu surgimento, a exemplo do avançado grau de desenvolvimento técnico para a época (final do século XVIII) e das condições de acumulação de capital dadas,

especificamente, naquele país. Nesse contexto, lembramos que as indústrias surgiram dentro das cidades inglesas, perto de onde havia mercado e força de trabalho “disponível”. Segundo Carlos (1988), a partir do século XIX, indústrias inglesas passaram a se localizar também nas proximidades de bacias de hulha, carvão de origem mineral, com o propósito de extrair este mineral combustível e destiná-lo à produção de energia. A produção petrolífera e a introdução da energia elétrica no processo da produção também possibilitaram, aos capitalistas ingleses, uma amplitude de novas opções de escolha, além da expansão dos centros urbanos, em relação à localização das indústrias.

Em contrapartida, nesse período, as colônias inglesas não puderam se industrializar, pelo menos não num ritmo equivalente, pois a Inglaterra tinha interesses assentados na política de livre comércio, o que as tornavam áreas de economia complementar à metrópole, ou seja, “*uma economia extrovertida e reflexiva*” (Idem, p. 21).

Esses exemplos possibilitam uma abordagem acerca da localização das indústrias sob uma perspectiva histórica em função do desenvolvimento das forças produtivas e também da articulação dos espaços nacionais na formação econômica e social. Isso permite compreender a indústria como unidade produtiva que precisa se alinhar ao modo pelo qual a sociedade produz sua existência, em um determinado tempo histórico.

O desenvolvimento das forças produtivas, decorrente da evolução da ciência e da tecnologia, do emprego maciço de maquinaria, das formas de divisão e articulação do trabalho, da especialidade etc., provoca um aumento do capital constante – aquele gasto em meios de produção, matéria-prima e instalações – da produtividade e, com isso, uma transformação na composição orgânica do capital. Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas aumenta a produção e a concentração de capital necessário para tocar o processo produtivo (CARLOS, 1988. p. 21).

No caso específico da indústria de calçados, objeto de nossa pesquisa, cabe tecermos um breve histórico sobre este ramo industrial, com a intenção de situá-lo no contexto da produção industrial brasileira e de sua eficaz adaptação às mudanças no sistema produtivo do capital a partir da universalização da acumulação flexível do capital.

2.2.1 - Um breve histórico das indústrias de calçados no Brasil.

A atividade de produção de calçados é considerada como uma das mais tradicionais no âmbito da economia brasileira, e uma das fundadoras da indústria no país, ao lado da indústria têxtil e da indústria de algodão (REIS, 1994). Costa e Fligensplan (1997) consideram que a história da indústria de calçados no Brasil é dividida entre dois períodos:

O primeiro período estendeu de sua formação até a década de 1960, e constituiu-se num período em que a indústria de calçados manteve-se sustentada pelo consumo do mercado interno (COSTA e FLIGENSPLAN, 1997). Conforme Reis (1994) e Correa (2001), a origem da indústria de calçados no Brasil teve início no século XIX, por volta da década de 1820, no estado do Rio Grande do Sul, como resultado dos costumes instalados pelos imigrantes alemães e italianos que chegaram naquele estado, e foi inicialmente realizada nos moldes artesanais. De acordo com Zingano, *“o uso de sapatos não era comum no Brasil durante o período colonial, visto que 5/6 da população andava descalça. Isso era surpreendente para o imigrante europeu, que já tinha o costume de utilizar calçados”* (ZINGANO, 2012, p. 22).

Conforme Reis (1994), houve certo dinamismo tecnológico da indústria calçadista no Brasil entre 1860 e 1920, com a introdução de avanços técnicos no país, transformando o sistema artesanal de produção de calçados em um sistema efetivamente de atividade fabril. Na sequência, entre as décadas de 1920 e 1960, houve uma acentuada regionalização da produção, mas houve também uma desaceleração na absorção de novas técnicas e na incorporação de novos maquinários (REIS, 1994, p. 43).

Ao longo desse período, a indústria de calçados espalhou-se pelo país, entretanto não de forma tão significativa. Além do Rio Grande do Sul, a Indústria concentrou-se também no estado de São Paulo. Ambos vieram a se tornar os principais centros calçadistas do Brasil.

A confecção de calçados no Brasil, portanto, em sua origem não se tratava de uma atividade especializada. Era acompanhada da produção de selas e arreios. O desenvolvimento de um setor especializado em calçados é decorrente de uma ampliação do mercado, proporcionada pela formação de núcleos comerciais, com o consequente adensamento da população. Além disto, foi acelerado pela maior facilidade de comunicação no espaço geográfico, com a instalação de ferrovias em São Paulo e no Rio Grande do Sul (ZINGANO, 2012, p. 22).

O segundo período definido por Costa e Fligensplan (1997) segue a partir do final da década de 1960 até os dias atuais, e é caracterizado pelo crescimento da produção e transposição das fronteiras do comércio internacional com o crescimento das exportações brasileiras (COSTA E FLIGENSPLAN, 1997).

Até meados da década de 1960, a produção de calçados destinava-se exclusivamente ao mercado interno, com qualidade considerada inferior ao similar importado, principalmente da indústria calçadista norte americana. A partir da década de 1970, o Brasil passou a exportar a produção de calçados, e construiu uma posição de destaque dentro do cenário hegemônico da produção calçadista mundial, “desafiando”, inclusive, outros centros mundiais de produção de calçados.

A região Nordeste, especialmente na Bahia e em Pernambuco, a região Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e a região do Sul, no Rio Grande do Sul e Paraná, foram regiões onde houve concentração de indústrias nesse período, com um grande número de trabalhadores e de máquinas movidas à energia. Essa produção desses centros era destinada à exportação. Os calçados produzidos em outras áreas do país, além das citadas, basicamente eram comercializados internamente (REIS, 1994, p. 45-46).

Dentro do processo de mudanças que surgiram com a introdução de nova maquinaria, São Paulo e Rio Grande Sul se tornaram os maiores centros produtores de calçados, muito em decorrência de três fatores que contribuíram para essa consolidação: acesso fácil à matéria-prima; disponibilidade força de trabalho mais barata; e garantia de mercado interno para consumo de calçados. Já em meados da década de 1970, a concentração regional da produção da indústria gaúcha passa à frente da paulista, assumindo a posição de maior produtor nacional. Houve também um desdobramento da produção em dois seguimentos distintos: a produção de calçados de couro, destinando a maioria dos seus produtos ao mercado externo; e a de calçados alternativos, quase exclusivamente para o consumo interno.

Diante de sua crise estrutural, que se apresentou de modo mais acentuado a partir da década de 1970, o capital encontrou no Brasil e, especificamente na indústria, as condições favoráveis à extração do lucro, pois aqui foram encontradas facilidades de crédito; grande mercado consumidor – interno e externo no cenário mundial –; instalação de capitais fixos (rodovias, ferrovias, distritos industriais, etc.) com participação direta do Estado; além da grande massa de força de trabalho disponível que compunha a base do emprego estrutural.

É importante chamar a atenção de que não foi coincidência observarmos que vários autores consideraram a década de 1970 como um marco positivo para a indústria calçadista brasileira. Como apresentamos anteriormente, foi nesse período que se deu início ao processo de reestruturação produtiva em decorrência da crise estrutural do capital. A indústria de calçados brasileira foi um dos ramos da produção que teve elevado grau de adesão aos princípios e diretrizes do capital em sua nova investida, representada pelo novo modelo de acumulação, a acumulação flexível. Da mesma forma, a indústria calçadista – e a indústria, de modo geral – passou por mudanças em seu sistema produtivo, ou seja, ela também apresentou mudanças em relação ao seu comportamento frente ao espaço geográfico.

2.3 - Políticas de desenvolvimento industrial no Brasil e em Sergipe: reestruturação produtiva e a descentralização espacial da produção.

As políticas de desenvolvimento no Brasil emergem historicamente no âmbito das propostas de desenvolvimento regional, e seguem acompanhadas por ações correlatas na área de comércio exterior e tecnologia, tendo em vista o direcionamento para a abertura do mercado nacional aos capitais internacionais. No discurso do Estado, essa abertura é frequentemente justificada por uma “necessidade” de maior participação da economia brasileira no comércio internacional.

Ao longo da recente história do Brasil, no bojo das propostas de desenvolvimento regional, foram adotadas ações de incentivo estatal à indústria, ou seja, ações que caracterizam a adoção de políticas industriais de Estado, e que compuseram os diversos planos estratégicos de desenvolvimento, como, por exemplo, os Planos de Metas da segunda metade da década de 1950 e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), principalmente o II PND, na década de 1970 (DIEESE, 2005).

De acordo com Mattoso (1999), os planos supracitados tiveram como ponto central o setor industrial e foram decisivos para o desenvolvimento e integração da indústria brasileira. Para este autor, a década de 1980 foi marcada pelos planos de estabilização, quando, segundo ele, o principal objetivo do Estado era combater a inflação e estabilizar a

economia. Segundo Mattoso (1999), nos anos de 1980, as estruturas industrial e produtiva, alavancadas até então, foram preservadas e, como consequência, o desemprego e a precarização do trabalho acabaram sendo relativamente baixos. Tanto o desemprego quanto a precarização do trabalho eram observados com maior evidência, sobretudo, quando se faziam mais agudas as oscilações do ciclo econômico nessa década, e também com a pulsação do processo inflacionário:

O desemprego e a precarização cresciam com a retração das atividades produtivas (como em 1981-83, por exemplo) e voltavam a baixar quando a economia voltava a crescer (como em 1984-86) ou se estabilizava como durante a estagnação ocorrida entre 1987-89. Ao final da década, o desemprego era baixo e pouco acentuada a deterioração das condições de trabalho (MATTOSO, 1999. p 11).

A abertura comercial com a redução das alíquotas do imposto de importação, e o processo de privatização, iniciados principalmente pelo Plano Collor no início dos anos de 1990, não se configuraram como resultados de estratégias estatais que compusessem efetivamente uma política industrial. Neste período, contudo, foram criadas câmaras setoriais para a indústria que promoveram medidas de renúncia fiscal, com a redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A contrapartida do setor industrial a esta ação estatal seria garantir a manutenção do nível de emprego, justamente num momento em que o setor industrial sofria baixas significativas. E de fato, a manutenção do nível de emprego no Brasil não ocorreu na década de 1990. De acordo com dados do Ministério do Trabalho (Tabela 01), os subsetores da indústria tiveram, nessa década, impactos significativos quanto à redução do emprego industrial⁹.

De acordo com os dados da tabela 01, todos os quinze subsetores da economia listados sofreram grandes variações nos números de trabalhadores empregados, sendo que onze deles terminaram a década com número empregados inferior ao do início da década. Os subsetores que, apesar das oscilações, terminaram a década de 1990 com um número maior que o início foram os subsetores da madeira e do mobiliário, de calçados, de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e o da construção civil.

⁹ Os dados do MTE correspondem ao número de empregados com vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano de referência.

TABELA 01 - EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA, BRASIL - 1990/2000

Subsetores da Indústria	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Extrativa mineral	130.875	115.447	131.315	117.148	104.956	109.608
De produtos minerais não metálicos	310.772	262.703	242.930	242.181	261.376	273.819
Metalúrgica	569.350	475.210	557.356	491.064	460.610	481.943
Mecânica	368.573	290.805	317.254	280.129	251.172	278.480
Do material elétrico e de comunicações	328.719	246.910	225.094	207.017	173.701	191.978
Do material de transporte	378.170	323.110	336.001	308.628	278.609	296.823
Da madeira e do mobiliário	341.195	308.446	342.392	338.843	345.799	396.501
Do papel, papelão, editorial e gráfica	318.550	271.599	299.304	314.129	299.009	308.626
Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	370.019	309.092	252.164	226.201	210.155	220.775
Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	514.023	458.944	500.743	478.343	459.368	509.646
Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	831.414	670.724	762.918	662.441	605.307	702.094
De calçados	226.634	236.449	240.655	202.768	184.725	240.392
De produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	907.017	859.270	979.772	1.045.641	947.162	984.284
Serviços industriais de utilidade pública	323.207	317.659	416.440	357.572	226.932	290.352
Da construção civil	959.341	903.982	1.105.432	1.119.229	1.136.900	1.094.528
Total	6.877.859	6.050.350	6.709.770	6.391.334	5.945.781	6.379.849

Fonte: MTE/RAIS, 1990/2000.

Organizado por: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Em Sergipe, no início da década de 1990, foi assinada a Lei nº 3.140 de 23 de Dezembro de 1991, que instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI e criou o Fundo de Apoio à Industrialização – FAI, ambos sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe – CODISE¹⁰, empresa pública criada em 1976 com a finalidade de atrair investimentos e fortalecer as cadeias produtivas sergipanas. O Artigo 2º da Lei que instituiu o PSDI e o FAI diz que o objetivo do programa era “[...] *incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico estadual, mediante a concessão de Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infra - Estrutura*” (SERGIPE, 1991, p. 01).

No Brasil, a década de 1990 foi caracterizada pela redução do nível de trabalhadores nas indústrias - que houvera crescido na década de 1980 -, justamente pela ausência de políticas de desenvolvimento que garantissem a ampliação da atividade industrial de um modo geral. Os setores da indústria tiveram redução do número de empregos, inclusive em Sergipe que, apesar da criação do PSDI e do FAI, sofreu redução de indústrias e de empregos.

O estado de Sergipe não ficou ileso à situação de recuo das atividades industriais no país e teve uma diminuição do número de empregos na década de 1990, pois, conforme apontam os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE, o número de trabalhadores empregados em todos os setores da indústria em Sergipe diminuiu de 42.097, em 1990, para 32.117, em 1995, uma redução em torno de 23%. Porém, ao final da década esse número aumentou e chegou a 37.665, em 2000, o que não evitou uma redução de aproximadamente 10% do número de empregos na indústria, no período de dez anos.

Entretanto, essa curva ascendente do número de empregos da indústria em Sergipe, no fim da década de 1990, indicou, sobremodo, o movimento de retomada do Estado brasileiro para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial, movimento este que vem se intensificando desde o início dos anos 2000. Os números do MTE indicam que esse movimento de crescimento industrial foi uma tendência para todo o Brasil, como podemos observar na Tabela 02:

¹⁰ Empresa de economia mista do Governo de Sergipe, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia, SEDETEC. Constituída legalmente pela Lei Estadual n 1.917, de 18 de dezembro de 1974, e decreto nº 3.353, de 15 de março de 1976, a CODISE tem como objetivo exercer função na atração de investimentos e no fortalecimento das cadeias produtivas sergipanas. <<http://www.codise.se.gov.br/>>.

TABELA 02 - EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA, BRASIL - 2002/2013

Subsetores da Indústria	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2013
Extrativa mineral	122.801	140.519	183.188	204.936	211.216	259.297	261.383
De produtos minerais não metálicos	282.486	293.209	321.177	358.869	410.734	448.671	457.617
Metalúrgica	511.911	588.738	647.335	746.994	796.617	812.455	808.909
Mecânica	302.876	350.640	415.775	515.379	566.490	628.272	653.809
Do material elétrico e de comunicações	182.065	210.559	243.071	269.401	281.779	310.541	308.612
Do material de transporte	316.414	385.305	437.293	524.544	583.777	600.843	631.129
Da madeira e do mobiliário	415.004	450.011	443.034	439.846	468.744	485.421	485.543
Do papel, papelão, editorial e gráfica	307.540	324.878	360.367	385.555	406.074	408.885	407.051
Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	239.222	275.326	298.529	306.841	327.271	335.042	341.875
Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	547.399	610.457	673.587	715.515	902.703	934.633	952.017
Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	732.559	796.482	874.488	955.408	1.036.949	1.011.714	1.017.429
De calçados	262.537	312.579	306.791	306.584	348.691	334.055	327.895
De produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.109.761	1.328.673	1.573.336	1.785.904	1.755.873	1.837.796	1.900.853
Serviços industriais de utilidade pública	310.366	327.708	344.565	375.370	402.284	423.277	444.674
Da construção civil	1.106.350	1.118.570	1.393.446	1.914.596	2.508.922	2.832.570	2.892.557
Total	6.749.291	7.513.654	8.515.982	9.805.742	11.008.124	11.663.472	11.891.353

Fonte: MTE/RAIS, 2002/2013.

Organizado por: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

A volta do crescimento industrial, a partir da década de 2000, é justificado pela implementação de novas políticas públicas nacionais que visam ao desenvolvimento da indústria, como, por exemplo, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Esta última lançada em maio de 2008 como um aprofundamento da PITCE (SERGIPE, 2011: 18). Estas duas políticas estão diretamente relacionadas ao objetivo do Estado e, por conseguinte, do Capital, de promover a competitividade da economia nacional em médio e longo prazo, integrando cada vez mais instrumentos de políticas existentes e promovendo a criação de políticas regionais e estaduais de desenvolvimento industrial.

No processo mundial de produção – circulação – distribuição – consumo de mercadorias, as economias nacionais tendem a adequar parte de sua produção à concorrência internacional, passando a investir cada vez mais na produção de bens que apresentem maior competitividade em relação aos demais países. Uma variante fundamental na definição desse processo é o fato de que a consignação das relações no comércio internacional é regulamentada por organismos internacionais multilaterais. Isso pressupõe a mediação das relações por regras que incidem diretamente nas políticas industriais dos países, especialmente no tocante ao tratamento fiscal e à forma de financiamento da produção. Tais regras terão influência, consequentemente, nos custos de produção, na definição dos preços, na localização espacial das indústrias e na geração de empregos.

É importante salientar que esta nova fase de competitividade econômica foi impulsionada na década de 1990 quando, com a intensificação da mundialização do capital, o processo de reestruturação produtiva direcionou ainda mais a abertura do mercado nacional brasileiro à competição internacional.

Antunes chama a atenção para o fato de que “[...] a adoção de políticas recessivas, de cunho neoliberal, levou a promoção, por parte das empresas, de profundas transformações em seus processos produtivos [...]” (ANTUNES, 2005, p. 81).

As transformações na organização e nos processos de trabalho objetivam o aumento na produtividade, a melhoria da qualidade do produto e dos serviços, e a redução dos custos de produção; o que implica também na intensificação do trabalho, no aumento da informalidade e, consequentemente, na precarização das relações de trabalho (Antunes, 2005).

A perda do investimento em capital produtivo, gerador de mais valia, tem direcionado, nas duas últimas décadas, uma crescente crise estrutural do trabalho, redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, da indústria verticalizada (taylorista e fordista). Se de um lado esta situação significa a redução dos trabalhadores regulares de empregos formais, por outro tem ocorrido o aumento do proletariado fabril e de serviços, nas escalas de trabalho precarizado. De acordo com Antunes,

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo (ANTUNES, 2008, p. 08).

A mundialização das formas intensivas de realização do capital pela lógica do capital é marcada pela tendência decrescente da taxa do valor de uso da produção, por conseguinte de uma crise constante e estrutural do capital, e um crescente índice do desemprego estrutural. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal, capital, trabalho.

A cada crise do capital são organizadas novas bases de produção e expropriação do mais valor, para dar conta da lógica do sistema produtor de mercadorias, em nome da produtividade, ou da exploração intensiva do trabalho pela superexploração real do tempo de trabalho e da intensificação da exploração da terra.

A tendência devastadora do desemprego crônico, hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas empregadas naqueles países têm de suportar a piora de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais (MÉSZÁROS, 2003, p. 27).

É através do sistema sociometabólico do capital que se origina a divisão social do trabalho. Subordinando estruturalmente o trabalho, o capital submete todas as formas da produção social à sua lógica de reprodução ampliada.

As metamorfoses incidentes sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização do trabalho, nas suas diferentes formas de expressão

(material ou subjetiva), com implicações profundas na eterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 80-81).

O processo de valorização do capital tem como objetivo essencial a reprodução de capitalistas e de trabalhadores assalariados. A acumulação do capital é ao mesmo tempo crescimento do proletariado. A acumulação é antes de tudo a procura permanente de mais valor crescente. “*A mais-valia relativa modifica as condições técnicas e sociais da produção, a composição orgânica do capital e a divisão do trabalho, o que implica no aumento crescente do proletariado*” (GAUDEMAR, 1977, p. 282). O capital adicional pode incluir, em seu circuito, novas camadas sociais e também pode direcionar ao desemprego uma parte das camadas mais antigas.

Por outro lado, o capital adicional que se forma do decurso da acumulação reforçada pela centralização, atrai proporcionalmente, à sua grandeza, um número de trabalhadores sempre decrescente. Por outro lado, as metamorfoses técnicas e as correspondentes mudanças na composição valor que o antigo capital sofre periodicamente, fazem com que este afaste um número cada vez maior de trabalhadores anteriormente atraído por ele (Idem, p. 283).

Essa reflexão indica que:

A acumulação do capital produz, então, não apenas novos trabalhadores, mas também trabalhadores ‘supranumerários’, estes ‘seres humanos privados de propriedade e aptos para o trabalho que são uma invenção própria da época do capital’ (Idem, 1977, p. 283).

Os supranumerários são aqueles que esperam poder trabalhar e produzir para os patrões, ou seja, são desempregados à procura de emprego. Portanto,

A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o assalariado como assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados (MARX, 2013, p. 839).

O capital regula, conforme as exigências de sua exploração, a produção da força de trabalho e das massas de homens a serem exploradas. Gaudermar (1977) chama a atenção de que o capital não produz somente capital, mas as condições para sua reprodução, como, por exemplo, uma massa cada vez maior de operários que lhe serve como capital adicional. Os

trabalhadores produzem o capital, e o capital produz, sempre numa escala ampliada, os trabalhadores que necessita: “*O trabalho produz suas próprias condições de produção como capital, e o capital produz o trabalho sob forma assalariada, como meio de se realizar como capital*” (GAUDEMAR, 1977, p. 284).

A sobrepopulação (exército industrial de reserva) é responsável pela potencialização da acumulação. Ela é uma condição de existência da produção capitalista em seu pleno estado de desenvolvimento, pois gera um exército de reserva industrial absolutamente pertencente ao capital, “*matéria humana sempre explorável e sempre disponível*” (Idem, p. 284).

“*Graças à sobrepopulação relativa, ‘o capital liberta-se de toda a limitação demográfica’, [...] e ele próprio regula o tamanho da sua placenta alimentadora*” (Idem, p. 285). Quanto mais a capacidade produtiva do trabalho é desenvolvida, o sistema capitalista cria mais trabalho assalariado. Isso acontece com o aumento da jornada de trabalho, pela sua intensificação ou ainda pela substituição de uma força de trabalho (dado número de trabalhadores empregados) por outras forças mais baratas.

Para Gaudemar (1977), a constância no número de operários empregados não significa dizer que não ocorram mudanças orgânicas no circuito da produção. Segundo ele, pode haver substituições de operários por outros operários mais produtivos ou mais baratos; ou ainda haver modificações na estrutura da força de trabalho coletiva, mesmo sem considerar possíveis melhorias qualitativas nos processos ou medições da sobrepopulação relativa.

A reestruturação das relações de produção e, conseqüentemente, a maximização na extração do sobre trabalho, direciona ao nível máximo a exploração e acumulação na mais completa subsunção das relações de produção, na cidade e no campo, para o funcionamento da lógica da reprodução ampliada do capital.

A relação campo-cidade é mediada pelo tempo do capital, no ritmo crescente ou decrescente da demanda internacional via a “acumulação primitiva”. A modernização tecnológica está interferindo na regulação do espaço através das relações de trabalho, tendo como perspectiva uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO: 2005, p. 3555).

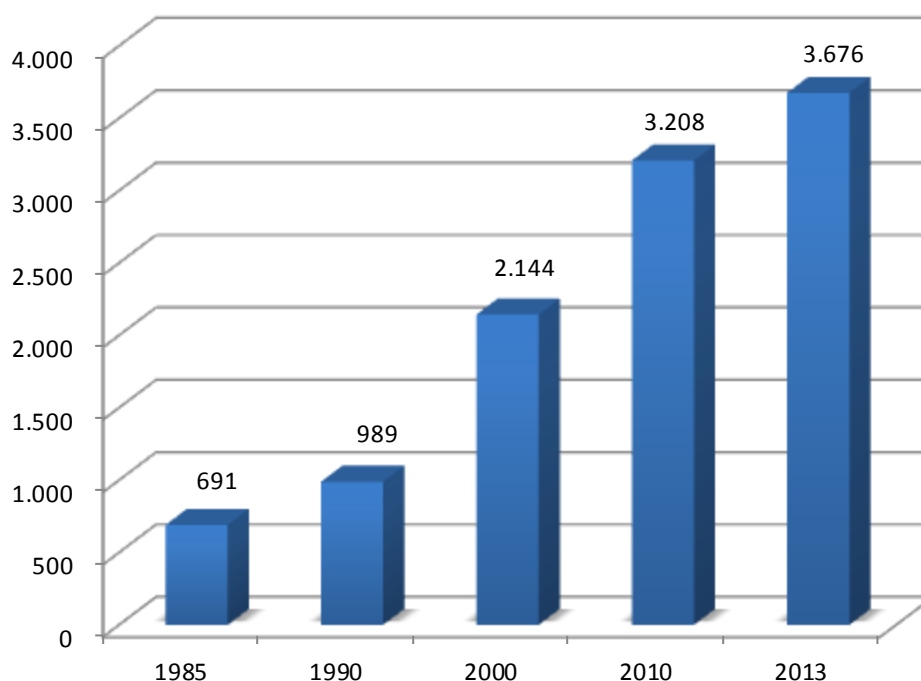
A produção industrial em Sergipe nas últimas três décadas, incorporada ao bojo do processo geral de reestruturação produtiva, tem sido intensificada com a ampliação e a

instalação de indústrias no campo, provocando uma nova divisão social e territorial do trabalho, e, por conseguinte, uma nova produção espacial geográfica.

Os dados do Ministério do Trabalho Emprego também apontam um significativo aumento do número de indústrias e de trabalhadores nesse setor da economia no estado de Sergipe.

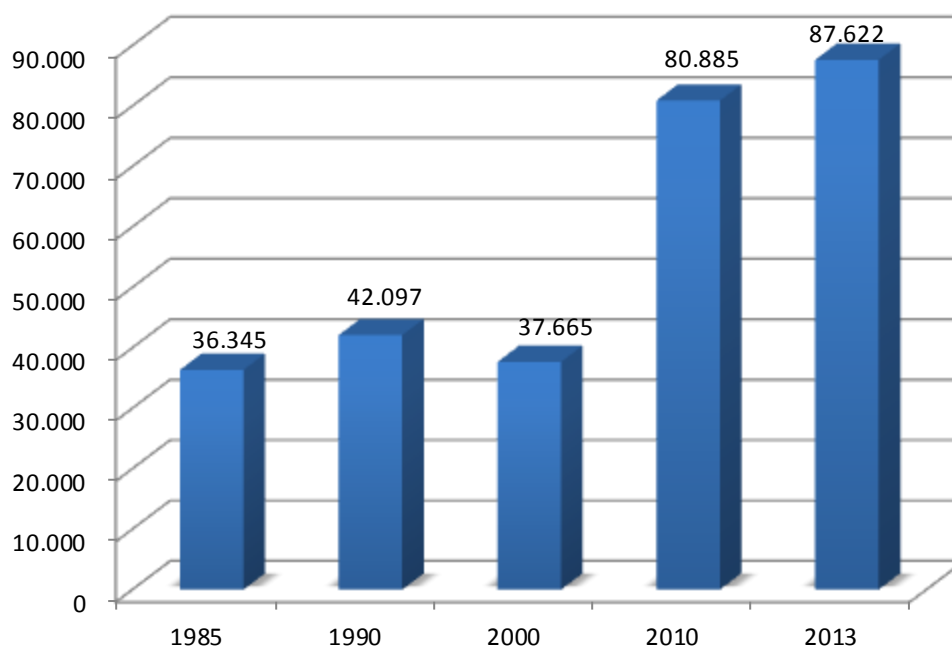
Na última década, o número de estabelecimentos industriais passou de 2.144, em 2000, para 3.208, em 2010, chegando, em 2013, a 3.676 (Gráfico 01). Um acréscimo de 1.532 novas indústrias equivalente a quase 71,45%.

GRÁFICO 01 - NÚMERO DE **INDÚSTRIAS**, SERGIPE – 1985/2013



Fonte: MTE/RAIS – 1985 a 2013.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

A absorção da força de trabalho decorrente do aumento de estabelecimentos industriais está representada pelo crescimento do número de empregos no setor que beirou os 132,63% no mesmo período, passando de 37.665, em 2000, para 80.885, em 2010, e 87.622, em 2013 (gráfico 02).

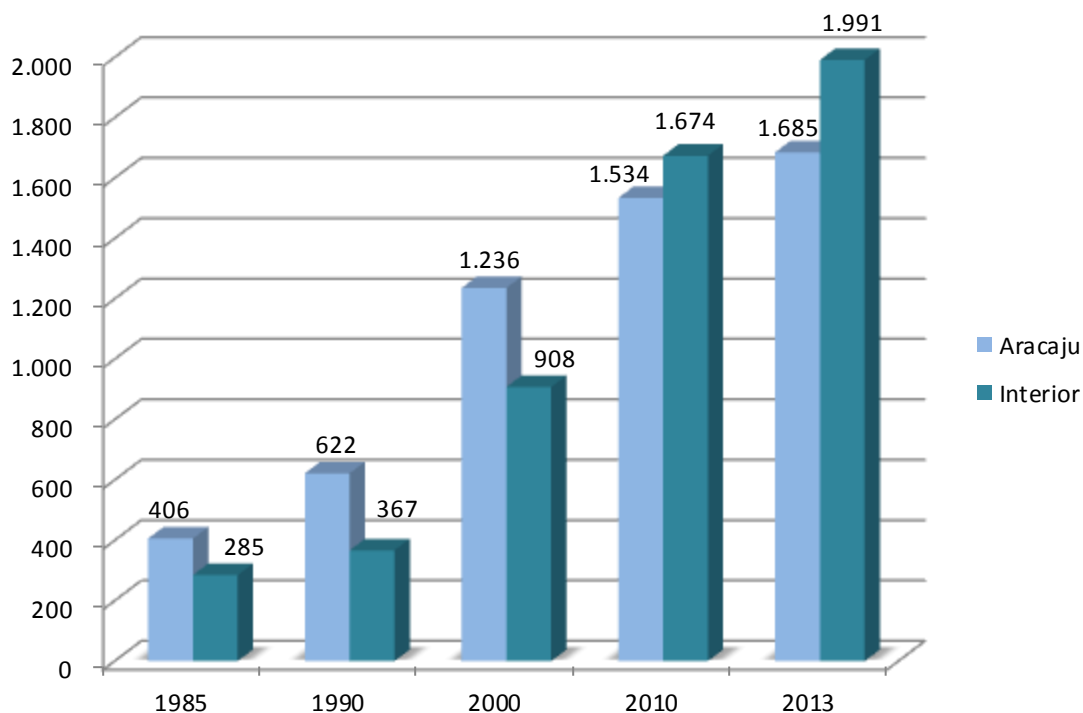
GRÁFICO 02 - NÚMERO DE **EMPREGOS** NA INDÚSTRIA, SERGIPE – 1985/2013

Fonte: MTE/RAIS – 1985 a 2013.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Historicamente, a capital Aracaju exerce uma concentração populacional de produção e de serviços em relação ao conjunto dos demais municípios de Sergipe. A partir dos dados obtidos durante a pesquisa, foi estabelecida uma relação entre o número de indústrias e de seus trabalhadores em Aracaju e nos municípios do interior.

Como resultado, pode-se afirmar que, de um modo geral, manteve-se o crescimento do número de estabelecimentos industriais, tanto em Aracaju como nos demais municípios do estado, durante as últimas décadas. Porém, constata-se que ao final da última década houve uma considerável mudança na estrutura da distribuição espacial das indústrias em Sergipe, com um elevado número de estabelecimentos industriais nos municípios do interior, cuja soma ultrapassou o número de indústrias na capital durante o mesmo período, conforme representado no gráfico 03.

GRÁFICO 03 - NÚMERO DE **INDÚSTRIAS**: RELAÇÃO ARACAJU – INTERIOR – 1985/2013



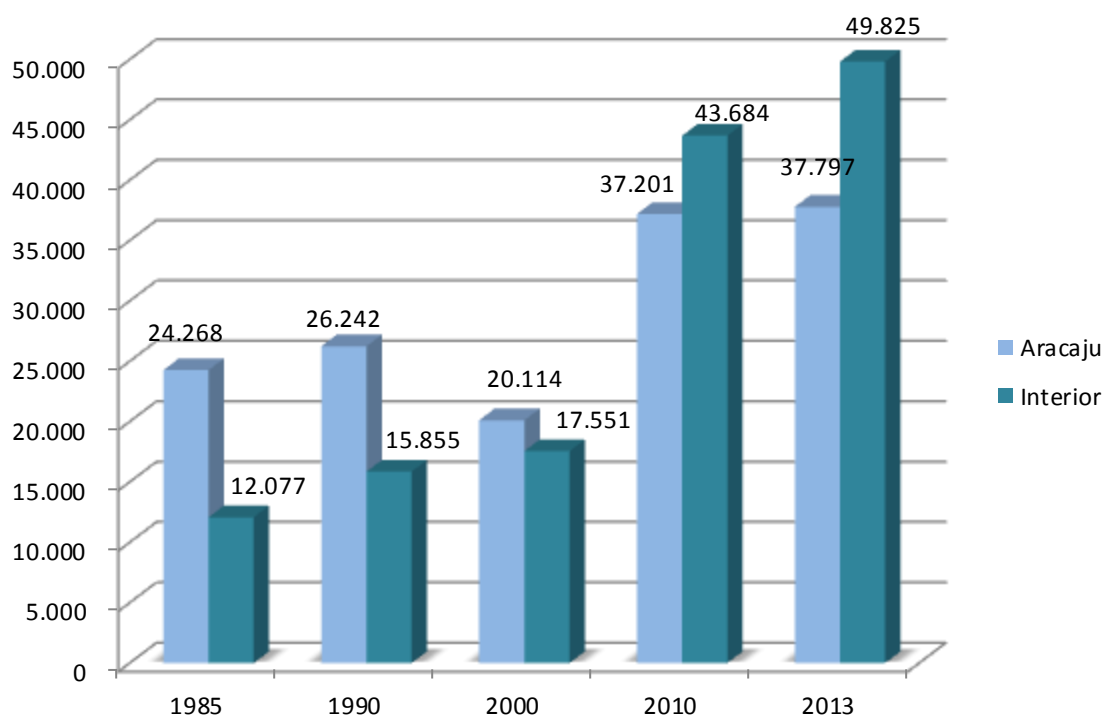
Fonte: MTE/RAIS – 1985 a 2013.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

A relação Aracaju–Interior apontou que na última década - 2000 a 2010 - a capital obteve um aumento de aproximadamente 24% no número de empregos, enquanto que, no restante do estado, este percentual chegou a quase 85%.

A partir destes dados percebem-se os primeiros indícios de uma mudança na distribuição espacial das indústrias, além da já mencionada intensificação do processo de industrialização, tanto na capital quanto no interior do estado.

Como reflexo da expansão das indústrias no interior de Sergipe, nas últimas décadas, o número de trabalhadores do setor industrial teve considerável elevação, especialmente nos municípios do interior, visto que, enquanto o número de trabalhadores da indústria em Aracaju cresceu 85%, nos demais municípios juntos, este crescimento foi de quase 150% em 10 anos, conforme apresenta o gráfico 04.

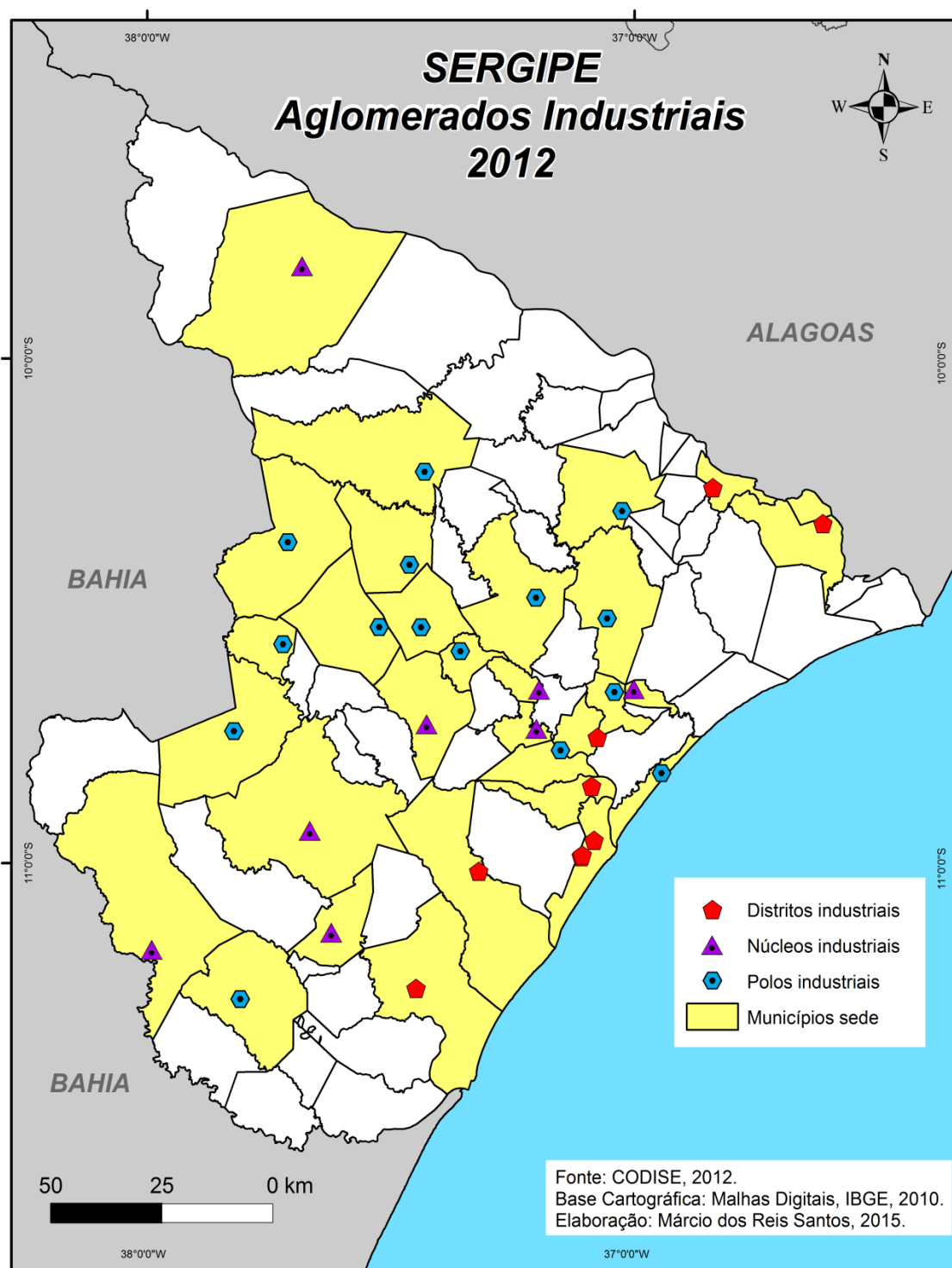
GRÁFICO 04 - NÚMERO DE **EMPREGOS NA INDÚSTRIA** EM SERGIPE:
 RELAÇÃO ARACAJU-INTERIOR - 1985/2013



Fonte: MTE/RAIS – 1985 a 2013.
 Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Ao observar os dados que representam uma expansão industrial, é importante mencionar que no ano de 2012 havia 32 aglomerados industriais espalhados em 31 municípios do estado (Figura 02), sendo que, desse total, 29 estavam localizados fora da capital Aracaju; além disso, 27 estavam localizados em municípios que não pertencem à Região Metropolitana de Aracaju, tradicionalmente concentradora no que tange à indústria e serviços.

FIGURA 02 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS EM SERGIPE – 2012.



Fonte: CODISE, 2012.

Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Os aglomerados industriais apresentados na figura 02 são classificados pelo Governo de Sergipe em três categorias (Distritos, Núcleos e Polos¹¹) e recebem incentivos fiscais e/ou são administrados diretamente pelo Governo do Estado de Sergipe via CODISE. Estes aglomerados servem como um dos pilares para o discurso do Estado/Capital da necessidade de levar o desenvolvimento para todas as regiões, tendo como base a expansão das indústrias.

A indústria de calçados é um exemplo do processo de expansão da indústria no estado de Sergipe. Os mapas apresentados na sequência (Figuras 03, 04, 05, 06 e 07) demonstram a mudança quantitativa e de localização da indústria de calçados a partir do ano de 1985 até 2014.

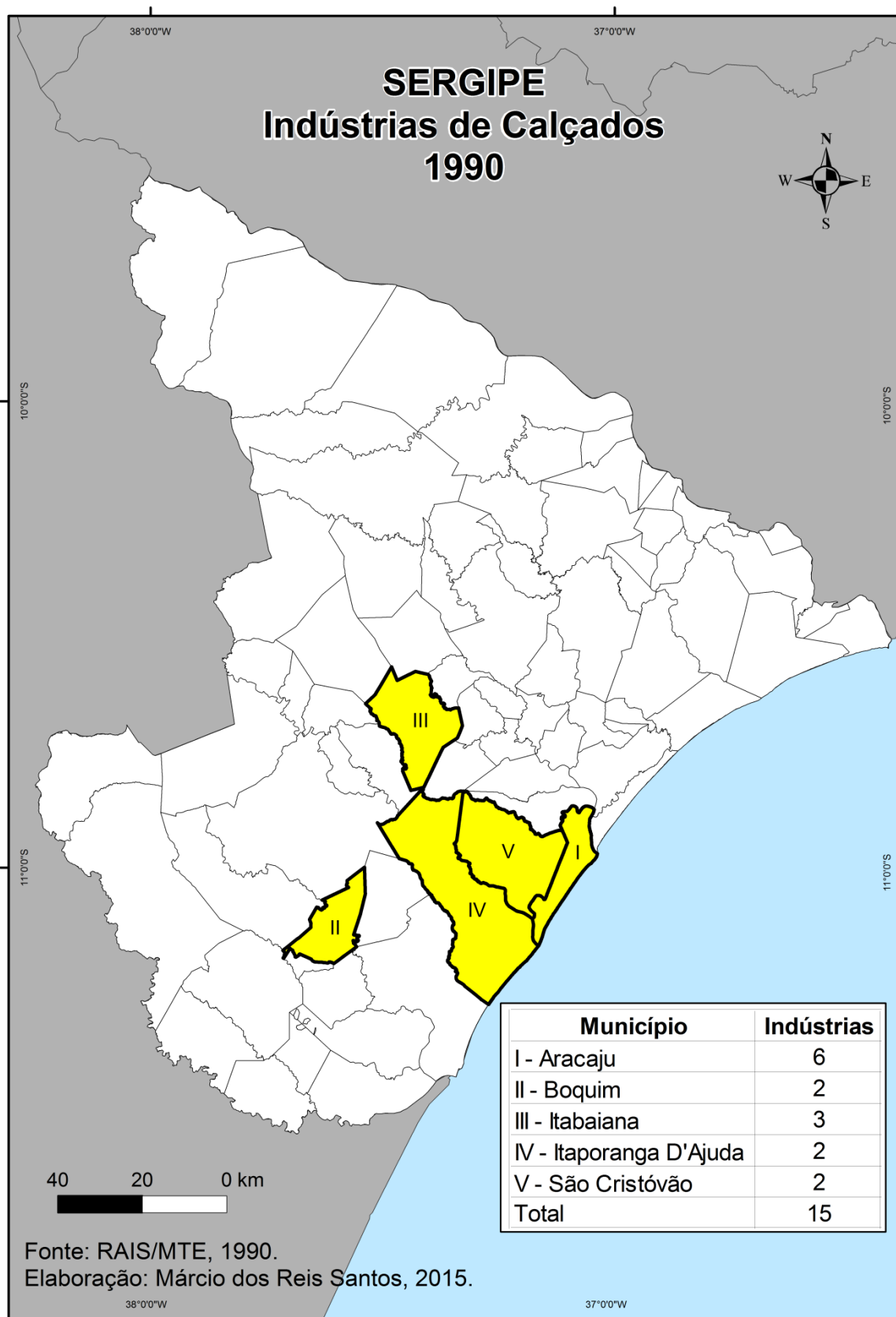
¹¹ Segundo Lastres e Cassiolato, o conceito de **Distrito Industrial** foi introduzido pelo economista inglês Alfred Marshall, em fins do século XIX. Tal conceito deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra do período, onde pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos, em atividades econômicas como têxtil, gráfica e cutelaria, aglomeravam-se em geral na periferia dos centros produtores. Distrito Industrial refere-se, portanto, a aglomerações de empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, seja entre empresas de um mesmo segmento ou entre empresas que desenvolvem atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva. No Brasil, frequentemente utiliza-se a noção de distrito industrial para designar determinadas localidades ou regiões definidas para a instalação de empresas, muitas vezes contando com a concessão de incentivos governamentais (LASTRES e CASSIOLATO, 2003). De acordo com Andrade, **Polo Industrial** deriva da noção de Polo de Crescimento de François Perroux, segundo a qual o polo surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz que, alocada em uma região anteriormente sem indústrias, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização, sendo responsável pelo surgimento de uma série de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada na região. Neste sentido, o polo de crescimento se tornaria o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente (ANDRADE, 1987). Já a noção de **Núcleo Industrial** aproxima-se da noção de Distrito Industrial, enquanto aglomerado de indústrias que mantém relação de “dependência” com o Estado sob a forma de subsídios e insumos para a manutenção das atividades industriais em determinadas regiões. Nos casos citados nesta dissertação, não obtivemos junto ao Governo do Estado de Sergipe referências teóricas que justificassem a classificação adotada para identificar os “aglomerados industriais” que recebem ações diretas do Estado.

FIGURA 03 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM SERGIPE - 1985



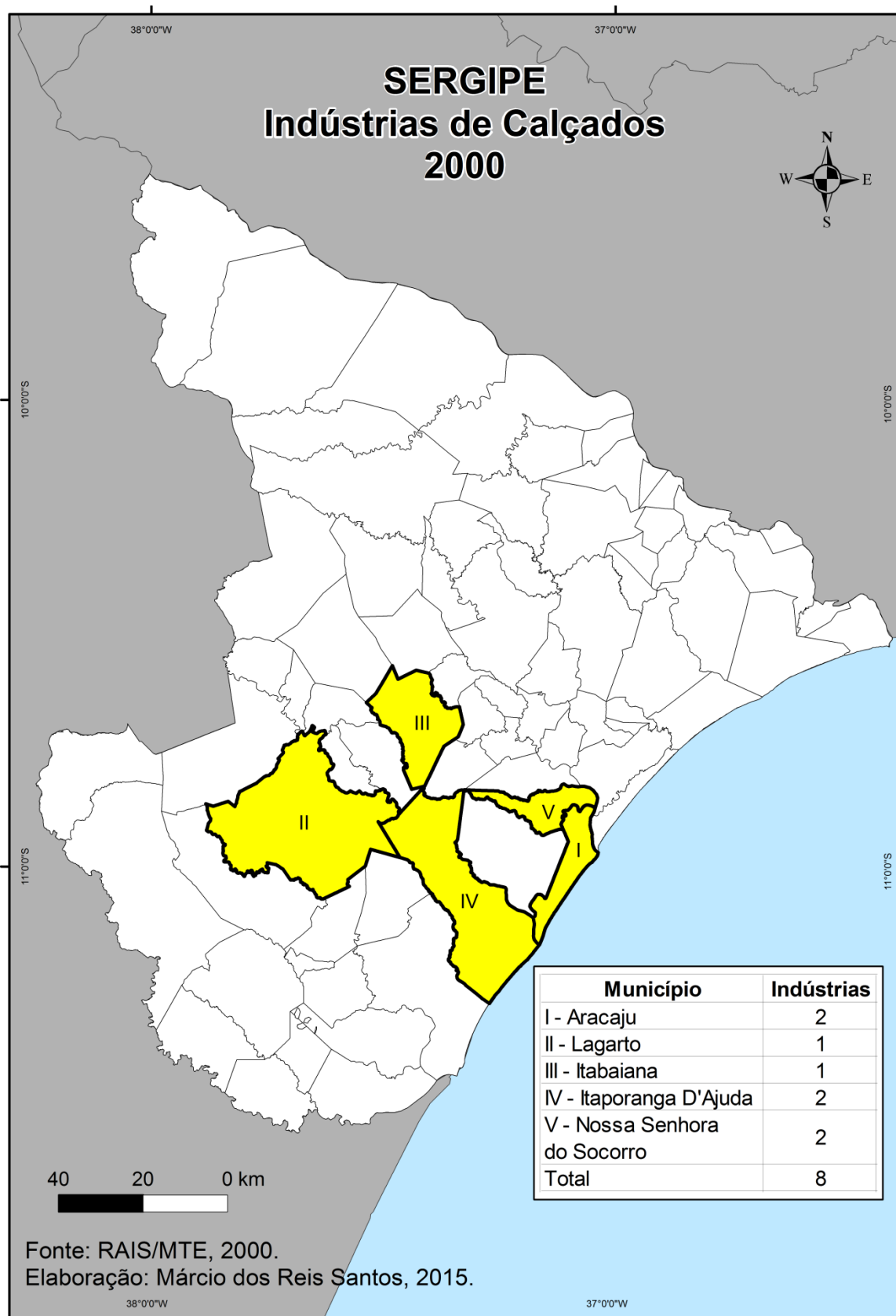
Fonte: RAIS/MTE, 1985.
Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

FIGURA 04 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM SERGIPE - 1990



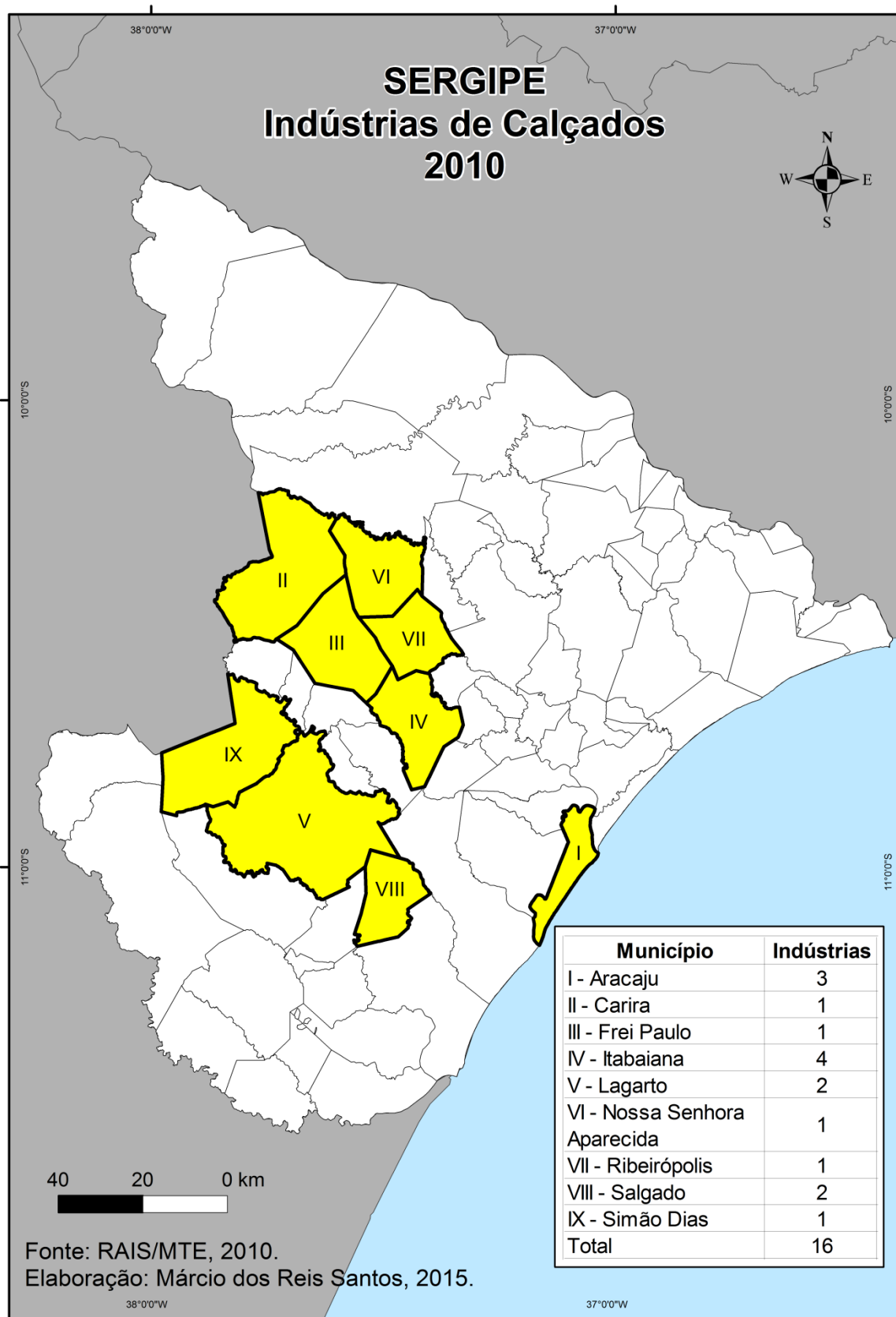
Fonte: RAIS/MTE, 1990.
Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

FIGURA 05 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM SERGIPE - 2000



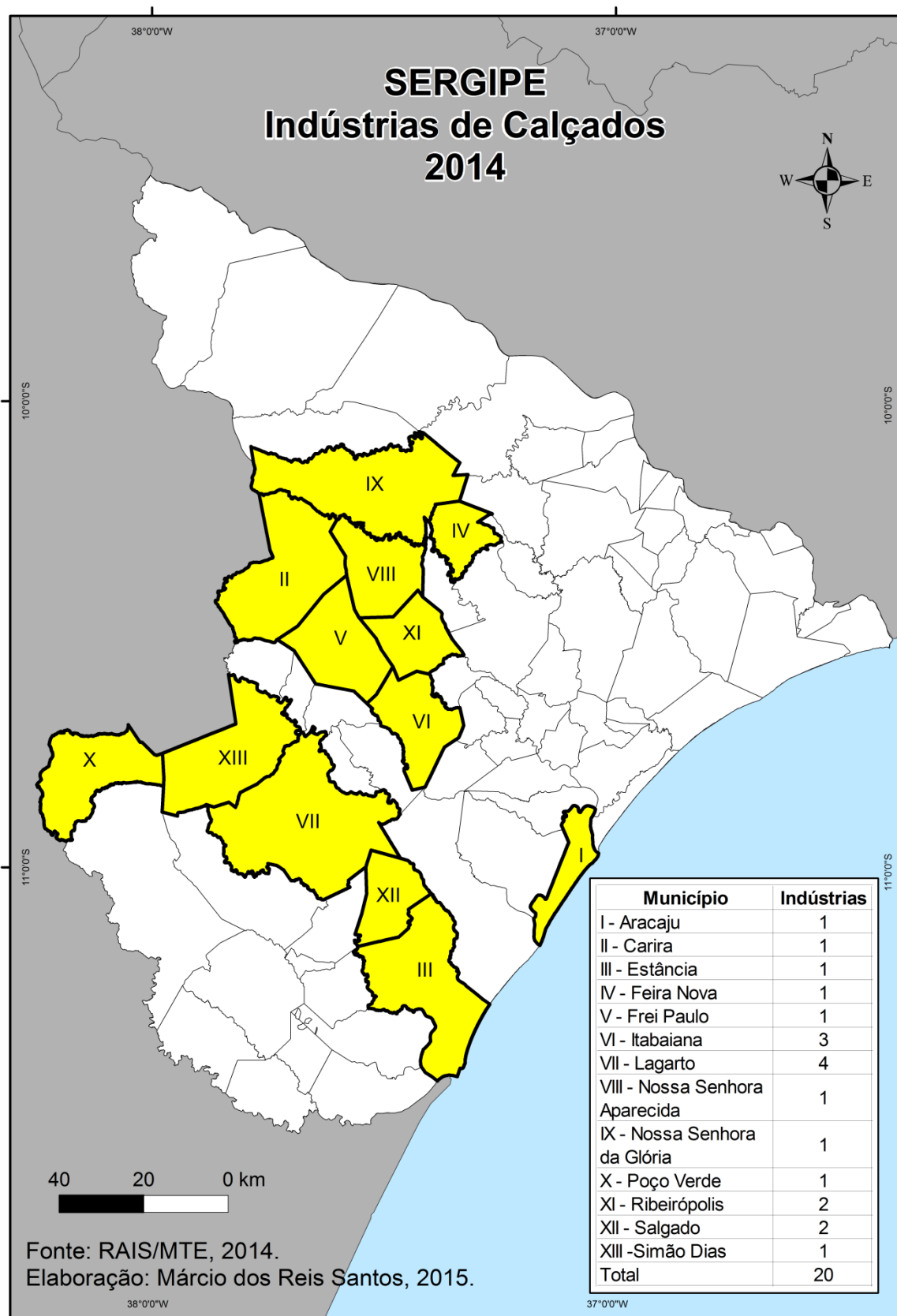
Fonte: RAIS/MTE, 2000.
Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

FIGURA 06 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM SERGIPE - 2010



Fonte: RAIS/MTE, 2010.
Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

FIGURA 07 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM SERGIPE - 2014



Fonte: RAIS/MTE, 2014.
Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015

O mapeamento das indústrias de calçados no estado de Sergipe mostra o movimento da indústria em busca de novos espaços de exploração. Espaços onde é possível encontrar uma força de trabalho potencialmente “livre”, apta ao trabalho industrial e “disposta” a receber baixos salários como pagamento.

Desse movimento da indústria calçadista sobre o território sergipano, nota-se que houve uma difusão espacial, pois a indústria tanto aumentou a quantidade de unidades produtivas como também se espalhou por diversos municípios do interior do estado. Em 1985 a indústria calçadista estava presente em dois municípios e após quase 30 anos está em 13 municípios, a maioria deles localizados no agreste e no sertão do estado.

Na medida em que se expandiu a indústria de calçados foi também ampliando sua capacidade de atração de trabalhadores para o trabalho assalariado. Em relação especificamente aos trabalhadores deste subsetor da economia, trataremos com mais detalhes no terceiro capítulo.

De modo geral, nos diferentes municípios do estado é possível observar atualmente um intenso processo de alteração nas relações de produção e trabalho, em especial nas localidades de instalação de indústrias calçadistas, e a aplicação de um novo modelo agrícola voltado ao mercado, com a substituição quase total do feijão e da mandioca pelo plantio do milho, além da utilização do solo, que vem sendo disponibilizado no cultivo de pastagens para a criação de gado leiteiro (Barreto, 2008). Essas alterações implicam na produção do espaço rural.

Esse processo de intensificação da industrialização do campo direciona a subsunção do trabalho:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação a lógica do mercado (ANTUNES, 2005, p. 24).

Quanto ao processo de expansão da indústria no campo sergipano, se de um lado pode significar garantia de aumento de empregos, por outro acelera o processo de perda da terra como condição de autonomia alimentar, provocando uma intensa mobilidade do trabalho e do capital. Esta mobilidade indica que o capital estabelece suas relações de expropriação da terra e do trabalho, sem se importar com os resultados de sua objetivação,

sustentando-se no discurso da garantia de melhoria de vida através do assalariamento para camponeses. O que define este segmento é o lucro (Conceição, 2007).

O ritmo de acumulação das máquinas e a taxa de lucro marcam a destruição do ambiente não capitalista. Quanto mais depressa caminharem estes dois ritmos acumulados, mais depressa os campos se despovoarão, mais depressa crescerá o exército industrial de reserva, mais depressa encherão os subúrbios, mais depressa se efetuará a circulação mundial de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 312),

A mobilidade do trabalho no campo significa de maneira muito evidente os modos de realização do alargamento da base capitalista de produção: *“são sem dúvida as transformações do espaço agrícola que melhor o testemunham, na medida em que sofre o duplo efeito de atração da indústria manufactureira e da introdução do capitalismo na agricultura”* (GAUDEMAR, 1977, p. 313).

Sobre essa questão, Marx entende que a lei geral da acumulação capitalista provoca especialmente a concentração de pessoas nas cidades e o despovoamento dos campos.

A constante emigração para as cidades, a constante transformação dos trabalhadores rurais em “supranumerários” por meio da concentração de arrendamentos, a transformação de lavouras em pastagens, a maquinaria etc. e o constante desalojamento da população rural pela destruição dos *cottages* andam de mãos dadas (MARX, 2013, p. 764).

A tendência da lógica do desenvolvimento do capital é direcionada, segundo Neil Smith, no movimento do capital: *“o capital se move para onde a taxa de lucro é máxima, (ou, pelo menos, alta) e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise”* (SMITH, 1988, p. 212). Este processo de movimento se inscreve no desenvolvimento desigual e depende da sua contínua mobilidade.

Os deslocamentos populacionais constituem, portanto, condição necessária ao processo de acumulação do capital, uma vez que os trabalhadores excedentes, despossuídos dos meios de produção, são obrigados a procurar emprego nos diversos pontos do território, particularmente, nas cidades, submetendo-se a condições precárias de trabalho e salários irrisórios, quando não são relegados ao desemprego.

A manutenção do exército industrial de reserva direciona sobremodo a mobilidade intensiva do trabalho, campo-cidade para a formação do mercado. A cidade metrópole se constitui lugar de acumulação do capital,

subordinando ao capital as forças produtivas provenientes do campo (CONCEIÇÃO: 2005, p. 3555).

Para o capital, o mercado da força de trabalho precisa ser abastecido constantemente. Para isso, reservas regionais de força de trabalho são criadas de acordo com as necessidades da estrutura produtiva, cuja localização valoriza e diferencia determinadas áreas.

CAPÍTULO 3

QUEM SÃO OS SUJEITOS NO LABIRINTO?

MOBILIDADE DO TRABALHO E A GARANTIA DA EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR

*Qual é o preço de um homem?
E eu? Pago quanto para ser feliz?
Cidade morena boca de ouro de tolo.
[...]*

*Grandes populações, revoluções...
Que Destino S.A, Indústria de lixo LTDA
Sociedade Anônima,
Assaltantes, abandonados, bêbados, índios,
Nordestinos, retirantes, prostitutas, pívets,
Punks, pobres, suicidas, solitários...
De onde eles vêm?
Viciados, velhos, vagabundos...
[...].*

*Miseráveis! Sempre sem pão, e daqui a pouco sem circo.
Coisa ante cuja visão dá vontade de morrer.
E a glória? E a honra de seres humanos que Deus criou
E pôs um pouquinho só abaixo de seus anjos?
Mas esses senhores não querem nada!
Não querem perder tempo
Com essa porcaria que se chama gente!
[...]*

*São mil milhões de habitantes deste parque industrial:
Negros, mulheres, menores, filhos da crise geral
Iguais pela mesma bomba que vai cair no quintal.
[...].*

Belchior – Rock romance de um robô goliardo.
Cenas do Próximo Capítulo, 1984.

CAPÍTULO 3 - QUEM SÃO OS SUJEITOS NO LABIRINTO? MOBILIDADE DO TRABALHO E A GARANTIA DA EXTRAÇÃO DO MAIS VALOR

3.1 - A indústria calçadista em Sergipe e sua inserção no município de Simão Dias: Ou quando o Diabo se insere na periferia.

O Governo Estadual de Sergipe implementou, a partir da segunda metade dos anos 2000, ações para intensificar a instalação de indústrias nos municípios do interior do estado, sob a justificativa de combater a pobreza ao gerar emprego e renda para a população mais pobre, usando, dentre outros artifícios, o discurso da necessidade de descentralizar a produção industrial concentrada nos municípios da *Região Metropolitana de Aracaju*¹².

A inclusão pela renda significa gerar oportunidades para todos. O Estado deve induzir o crescimento econômico, mas também promover o compartilhamento da riqueza gerada, de modo que todos possam beneficiar-se dos avanços alcançados, ou seja, combatendo as desigualdades sociais. Nesse sentido, o Estado deve realizar ações que propiciem a geração de emprego e renda de forma ampla e equilibrada¹³, que melhorem o perfil da distribuição dessa renda, reduza as diferenças territoriais e combatam a concentração de terras, poder e oportunidades (SERGIPE, 2007, p. 19).

Conforme discurso de posse do seu primeiro mandato como Governador de Sergipe, em 01 de janeiro de 2007, Marcelo Déda Chagas afirmou haver a necessidade de “[...] *descentralizar o desenvolvimento, levando-o ao interior do estado, a partir de uma política regionalizada vinculada às vocações locais, atraindo investimentos, estimulando os produtores [...]*” (Fonte: Agência Sergipe de Notícias¹⁴).

Tendo esse objetivo como umas das prioridades, o Estado utilizou das Diretrizes do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) para ampliar a atração de investimentos e de novas indústrias de diversos setores da produção. Uma série de isenções

¹² A Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o município de Aracaju. Possui população estimada de 899.239 habitantes, segundo o IBGE.

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Matéria publicada em 02/01/2007.

fiscais, cessões de imóveis do Estado (galpões e terrenos) e construções/reformas de distritos polos e núcleos industriais serviram para atrair a instalação de novas indústrias nos municípios sergipanos. Com essas ações, considerando os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), houve um significativo aumento do número de indústrias e, conseqüentemente, de trabalhadores industriais no estado de Sergipe ao final da década de 2000, números que desde então só aumentaram, principalmente entre os anos de 2000 e 2010, conforme apresentado na tabela 03.

TABELA 03 – TOTAL DE INDÚSTRIAS DE CALÇADOS E TRABALHADORES - SERGIPE - 1985/2013

	1985	1990	2000	2010	2011	2012	2013
Indústrias	5	15	8	16	17	18	20
Trabalhadores	37	406	765	5.919	6.366	5.887	5.590

Fonte: MTE/RAIS, 1985 a 2013.

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Na última década, o número de indústrias de calçados dobrou, passando de 8 no ano de 2000 para 16 indústrias em 2010; enquanto isso o número de trabalhadores cresceu mais de 670%, passando dos 765 para 5.919 trabalhadores empregados no mesmo período. Nos anos seguintes houve uma oscilação, mas com a manutenção do grande número de trabalhadores ao final do ano de 2013.

De acordo com os dados obtidos junto ao MTE, as 18 indústrias de calçados existentes em Sergipe no ano de 2012 estavam distribuídas espacialmente em dez municípios: Aracaju (2), Carira (1), Estância (1), Frei Paulo (1), Itabaiana (4), Lagarto (3), Nossa Senhora Aparecida (1), Nossa Senhora da Glória (1), Ribeirópolis (1), Salgado (2) e Simão Dias (1). Nota-se, porém, que dentre os nove municípios com indústrias de calçados no ano de 2012, apenas dois deles, Simão Dias e Frei Paulo, respectivamente, com 2.145 e 1.490 trabalhadores, concentravam mais de 61% do total de trabalhadores assalariados empregados na indústria calçadista no estado.

Em 2013 já eram 20 fábricas de calçados no estado, pois entraram em funcionamento mais duas unidades produtivas, uma no município de Laranjeiras e outra no município de Poço Verde. Nesse ano, as fábricas de Simão Dias, Frei Paulo e Laranjeiras correspondiam a mais de 83% do número total de trabalhadores empregados na indústria de calçados em Sergipe.

A tabela 04 apresenta, por município, os números de trabalhadores assalariados nas indústrias calçadistas de Sergipe, entre os anos de 1985 e 2013.

TABELA 04 – NÚMERO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CALÇADISTA - SERGIPE, 1985/2013

MUNICÍPIO	1985	1990	2000	2010	2011	2012	2013
Aracaju	29	65	25	11	10	12	11
Boquim	0	11	0	0	0	0	0
Carira	0	0	0	613	582	528	480
Estância	0	0	0	0	0	8	28
Frei Paulo	0	0	0	2.273	1.823	1.490	1.189
Itabaiana	8	5	0	46	47	55	45
Itaporanga D'Ajuda	0	274	733	0	0	0	0
Lagarto	0	0	1	635	582	535	476
Laranjeiras	0	0	0	0	0	0	1.145
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	209	296	343	319
Nossa Senhora da Glória	0	0	0	0	21	36	59
Nossa Senhora do Socorro	0	0	6	0	0	0	0
Poço Verde	0	0	0	0	0	0	2 ¹⁵
Ribeirópolis	0	0	0	605	547	511	445
Salgado	0	0	0	179	221	224	220
São Cristóvão	0	51	0	0	0	0	0
Simão Dias	0	0	0	1.348	2.237	2.145	2.316
Total	37	406	765	5.919	6.366	5.887	5.590

Fonte: MTE/RAIS – 1985 a 2013.

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

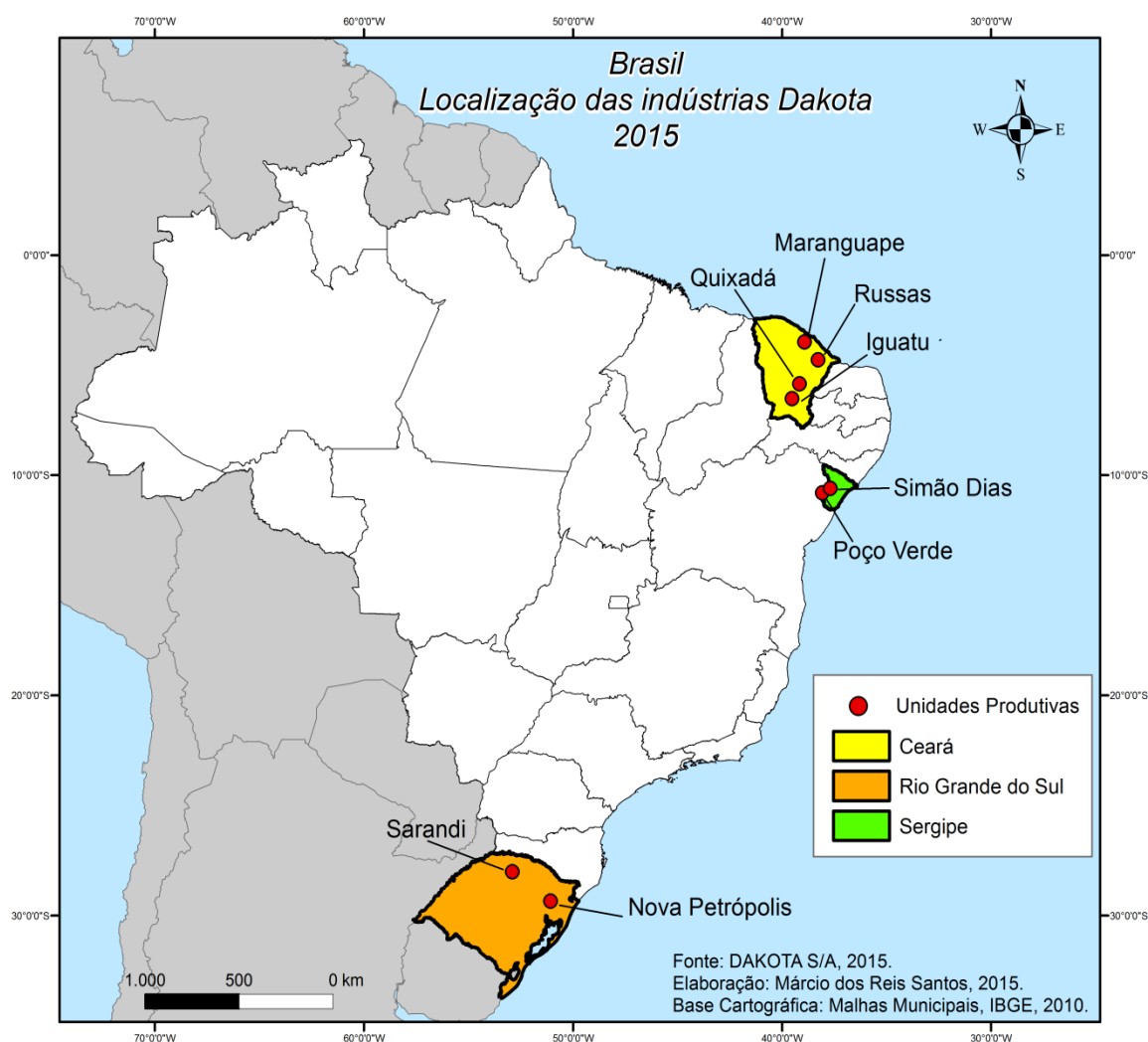
Os números apresentados revelam, portanto, que o município de Simão Dias tornou-se o município com maior número de trabalhadores da indústria de calçados no estado de Sergipe, a partir do ano de 2011.

A indústria do município de Simão Dias foi instalada em 2005 e pertence ao Grupo gaúcho Rubelo-Sussa, proprietário da marca Dakota. O Grupo Dakota é formado por 3 empresas: A Dakota S/A, que mantém duas unidades produtivas no estado do Rio Grande do

¹⁵ Número disponível para o município de Poço Verde no sistema de dados do MTE, informado pela empresa empregadora (nesse caso, também é a Dakota). Porém, informações obtidas durante entrevistas e pesquisas de campo indicaram que no ano de referência, 2013, havia aproximadamente 700 funcionários da indústria de calçados no município de Poço Verde. Ainda segundo as informações colhidas durante as atividades de campo esse número aproximado permanece no ano de 2015. Até o final de 2015 o MTE deverá atualizar o sistema com dados de 2014. Espera-se que o número indicado para Poço Verde na tabela seja corrigido. Até o fechamento deste trabalho o MTE só havia disponibilizado os dados referentes ao número de indústrias no país até 2014.

Sul; a Dakota Nordeste S/A, com quatro unidades produtivas no estado do Ceará; e a Dakota Calçados S/A, com duas unidades no estado do Sergipe (Figura 08), com cerca de 12.000 trabalhadores em todo o Brasil.

FIGURA 08 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DAKOTA NO BRASIL – 2015.



Fonte: Dakota S/A, 2015.

Elaboração: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

A Dakota é atualmente uma das maiores empresas calçadistas da América Latina e, com suas 8 unidades fabris distribuídas nos três estados representados no mapa (Ceará, Rio Grande do Sul e Sergipe), possui uma capacidade produtiva maior que 80.000 pares de calçados por dia¹⁶.

Com incentivos do Estado, a fábrica da Dakota no município de Simão Dias passou por duas ampliações desde sua instalação – uma ampliação em 2007 (Figura 09) e outra no ano de 2010 (Figura. 10).

FIGURA 09 - VISITA DO GOVERNADOR DE SERGIPE, MARCELO DÉDA, À FÁBRICA DE CALÇADOS DA DAKOTA APÓS PRIMEIRA AMPLIAÇÃO, SIMÃO DIAS – 2007



Foto: Agência Sergipe Notícias, 2007.

¹⁶ Informações obtidas no site da Dakota: <<http://www.universodakota.com/>>.


FIGURA 10 - AMPLIAÇÃO DA FÁBRICA DA DAKOTA EM SIMÃO DIAS/SE COM SUBSÍDIOS DO ESTADO – 2010.

29/06/2010 - 15:26

Déda inaugura ampliação de fábrica em Simão Dias nesta quarta-feira, 30

Dakota investiu R\$ 6 milhões e quase triplicou tamanho da indústria; número de empregados pode chegar a 2 mil

Nesta quarta-feira, 30 de junho, às 15h30, o governador Marcelo Déda participa da inauguração da ampliação da Dakota Indústria de Calçados Ltda, em Simão Dias. A unidade passa de 4.200 m² de área construída para 14.776 m², uma ampliação de 10.576 m², resultado de um investimento de cerca de R\$ 6 milhões feito pela própria empresa, que goza de incentivos fiscais concedidos pelo governo no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).



A indústria produz atualmente chinelos, sandálias e botas femininas, chegando a oito mil pares por dia e empregando diretamente 1.200 trabalhadores. A produção é destinada a todos os Estados do Brasil e exportada para 20 países. A Dakota é uma empresa gaúcha e tem seis unidades fabris distribuídas no Rio Grande do Sul, Ceará e Sergipe. Quando chegou a Sergipe, em 2005, tinha 450 empregados. Em 2006 foi iniciada a construção de um segundo galpão pela Codise, concluído em 2007, tendo a quantidade de funcionários dobrada para 900 empregos. Com essa nova ampliação a unidade da Dakota em Simão Dias terá capacidade para atingir 2 mil empregos diretos.

Sedetec

Fonte: <Infonet.com.br>. Acesso em 04 de abril de 2014.

Org.: SANTOS, Marcio dos Reis. 2014.

Em entrevista publicada no site da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC), em 2012, a gerente administrativa da Dakota, Ilvete Dapper, informou que a indústria de Simão Dias possuía 2.310 trabalhadores empregados, e enfatizou que a estimativa do Grupo previa que o número chegasse a 2.500 trabalhadores ainda naquele ano. A gerente também ressaltou que o quadro de trabalhadores da Unidade Dakota em Simão Dias é formado basicamente por jovens da comunidade local e de povoados adjacentes (SEDETEC, 2012.).

Considerando dados do MTE, somente de dezembro de 2010 a dezembro de 2012 foram contratados aproximadamente 800 trabalhadores na indústria de calçados do município de Simão Dias, fazendo com que este se constituísse como verdadeiro polo de atração para trabalhadores.

FIGURA 11 – TRABALHADORES AO FINAL DA JORNADA DE TRABALHO, SIMÃO DIAS/SE – 2015.



Foto: REIS, Marcio dos Reis. 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, Simão Dias/SE, 2015.

É importante ressaltar que o município de Simão Dias vem passando por um crescente processo de urbanização. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, em 2000 o município possuía 16.818 habitantes na área urbana da sede municipal. Em 2010 esse número subiu para 20.449 habitantes, um aumento de 3.631 habitantes, aproximadamente 18% de crescimento no período de 10 anos. Em contrapartida, a população rural de Simão Dias diminuiu de 19.995 em 2000 para 18.275 habitantes em 2010, 1.720 a menos, ou seja, uma redução de 8,6%. Durante a última década, a população urbana se tornou maior que a população rural, indicando a possibilidade da existência de deslocamentos populacionais para a sede urbana municipal.

Conceição (2007) afirma que os deslocamentos populacionais constituem condição necessária ao processo de acumulação do capital, uma vez que os trabalhadores excedentes despossuídos dos meios de produção são obrigados a procurar emprego nos diversos pontos

do território, particularmente nas cidades, submetendo-se a condições precárias de trabalho e salários irrisórios, quando não são relegados ao desemprego.

O desemprego e a sobrepopulação são elementos de uma estratégia de conjunto para a acumulação do capital. Conforme Marx é o capital que determina a oferta de trabalho (Marx, 2013). Milhares de camponeses, devido à expropriação de sua terra ou à impossibilidade de sobreviver com base na produção da unidade familiar, acabam indo em busca de trabalho nas cidades, aonde irão se sujeitar às indústrias que os absorvem para a execução do trabalho assalariado. A flexibilidade do trabalho manifesta-se pela fixação de salários em função da produtividade, o que faz parte da estratégia da individualização das relações de trabalho. Isso significa abrir possibilidades do desmonte do salário convencional e de salários mínimos empresariais, indo em direção a um salário mínimo de mercado.

A indústria é apresentada para os trabalhadores do campo como sinônimo de desenvolvimento e garantia de sobrevivência, porém, o que se tem indicado é o avanço da indústria no campo como mais uma estratégia de favorecimento do capital, em uma nova fase de acumulação do capital, representando, portanto, mais um caminho deste labirinto para reduzir os custos do trabalho e recuperar a taxa de lucro.

3.2 - Mobilidade do trabalho e a exploração dos “sujeitos supérfluos”.

Desde a pré-história aos dias atuais, o fenômeno da mobilidade do trabalho, em sua dimensão espacial, constitui parte fundamentalmente necessária à vida humana. Em todos os períodos de existência humana, em todos os modos de produção da sociedade, a garantia da sobrevivência esteve relacionada aos deslocamentos de populações, de objetos, de materiais e de informações pelo espaço geográfico. Tais deslocamentos apresentaram maior ou menor intensidade ao longo dos séculos, e em todos eles foi condição indispensável à garantia da existência humana. Porém, em nenhum dos modos de produção anteriores a mobilidade assumiu tanta importância e centralidade como na sociedade e no modo de produção capitalista (Perpetua, 2013).

Com a emergência histórica do sociometabolismo do capital, não somente os seres humanos, mas tudo o que participa direta ou indiretamente de sua reprodução ampliada passou a movimentar-se de modo cada vez mais intenso, numa *reciprocidade dialética* na e da produção/reprodução de um

espaço geográfico crescentemente mais fragmentado, integrado, polarizado e desigual (Idem, 2013, p. 62).

Portanto, o espaço geográfico surge como instância produzida pela sociedade, fazendo parte de modo indissociável deste sociometabolismo. Neste sentido, Gaudemar entende que “*o desenvolvimento do capitalismo é também o nascimento do espaço capitalista com suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção*” (GAUDEMAR, 1977, p. 373.).

Um ponto importante abordado por Gaudemar quando constrói sua análise acerca da mobilidade do trabalho no processo de acumulação capitalista é a interpretação sobre o conceito de liberdade. Para ele, a liberdade deve ser compreendida como um elemento particular e contraditório do funcionamento do modo de produção capitalista (Gaudemar, 1977).

Considerando os apontamentos de Marx e o período de transição do feudalismo ao capitalismo, Gaudemar entende que a mobilidade do trabalho levou os homens à “liberdade”, mas àquela que significou a sua emancipação do modo de produção anterior. Findou-se aí essa tal liberdade, justamente devido à mercantilização da sua força de trabalho, estabelecida pelo modelo que se impôs.

Com o aparecimento do capitalismo, a mobilidade do trabalho na acepção dos modos de produção anteriores, torna-se figura genérica da mobilidade da força de trabalho; é o uso da força de trabalho como mercadoria que põe fim à imobilidade do trabalho imposta pela rigidez das estruturas feudais (Idem, p. 209).

Para Gaudemar, conforme a concepção marxista, a força de trabalho é definida como mercadoria. Sendo assim, de modo igual a qualquer outra mercadoria o homem possui a força de trabalho como um valor.

Conforme Marx afirma:

[...] é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo (MARX, 2013, p. 427).

Gaudemar (1977) entende que a junção entre liberdade e força de trabalho é a base do processo de mobilidade do trabalho. A liberdade de trabalho encontra-se definida numa dupla determinação: o trabalhador se vê em condição de dispor sua força de trabalho livremente, mas acaba tendo uma total necessidade de vendê-la. Ou seja, de um lado a força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao trabalhador, como um bem, podendo fazer dela o que bem entender. Por outro lado, no modo de produção capitalista, o trabalhador não enxerga outra hipótese a não ser vender sua força de trabalho para sobreviver, pois se não vendê-la fatalmente, morrerá.

Para Souza (2011), à medida que o capital vai se revestindo dessa liberdade, vai também se apropriando da força de trabalho e a submete ao seu desejo e às suas exigências. A sua mobilidade está entre elas para que os locais de exploração sejam mantidos e preparados para o capital, uma vez que *“o importante é a extração do lucro e a negação da liberdade do indivíduo de ser possuidor dos resultados do seu trabalho”* (SOUZA, 2011, p. 184).

Nesse sentido, para Gaudemar:

A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Marx tinha essa clareza e entendia que:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 314).

Neste sentido, Gaudemar afirma que a relação entre a mobilidade e a “liberdade” da força de trabalho pode ser apreendida sob o aspecto positivo e sob o aspecto negativo:

No seu aspecto positivo a “liberdade” conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Tanto no aspecto positivo como no negativo, apontados por Gaudemar, a força de trabalho deve ser móvel, apta a realizar deslocamentos espaciais e a se sujeitar a modificações nas formas de organização do seu emprego. A mobilidade da força de trabalho é, portanto, *“uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista”* (Idem, p. 192).

Para Heidmann (2004),

A imposição mundial da “mão livre” do sistema produtor de mercadorias, com seu modelo civilizatório guiado pelas luzes do esclarecimento, resultou num processo de mobilização generalizada de todas as populações dos cinco continentes. Possuir a potencialidade e o direito de oferecer sua força de trabalho no mercado, em qualquer canto de seu país ou do mundo (obviamente, sem direito garantido à sua venda), é característica do indivíduo moderno, subordinado à “coerção silenciosa das relações econômicas” (HEIDMANN, 2004, p. 28).

Os trabalhadores livres compõem a massa que pode ir ao mercado por si só. São os homens que, a partir da sua mobilidade, mantêm em funcionamento o mercado com suas forças de trabalho. De acordo com Gaudemar, a força de trabalho é *“[...] uma mercadoria duplamente particular: não só o seu uso produtivo cria um valor superior ao seu valor de troca, mas também se apresenta ela própria no mercado, como única mercadoria “livre” de se deslocar [...]”* (GAUDEMAR, 1977, p. 201). Conforme o autor, essa *dupla particularidade* será direcionada pela mobilidade da força de trabalho. É a partir dela que se desenharão as diferentes formas, espaciais ou setoriais, profissionais ou categoriais (Idem).

De modo geral, podemos compreender a mobilidade do trabalho como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, em decorrência da necessidade inerente ao capital de explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. A mobilidade do trabalho é, no contexto do modo de produção capitalista, oposta à concepção de liberdade plena, significando *“[...] controle social, submissão e escravidão. O trabalhador, portanto, só é livre nos marcos das exigências da valorização do capital”* (GOMES, 2009, p. 41).

Gaudemar (1977) atenta para o fato de que, em razão do controle que o capital exerce sobre o trabalhador e, conseqüentemente, sobre sua força de trabalho, o objetivo maior é estabelecer condições diretas para que o trabalhador amplie sua capacidade de produzir valores excedentes. Gomes (2009) entende que essa ampliação se dá na medida em que há

aumento da jornada de trabalho ou do dispêndio de maior energia física e intelectual num mesmo período de tempo.

Isso nos remete ao que Marx (2013) apontou como sendo a constituição do mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Neste sentido, cabe ressaltar que, se por um lado, para a produção do mais-valor absoluto é somente necessária à subsunção formal do trabalho sob o capital, como, por exemplo, quando sujeitos passam a ser trabalhadores assalariados sob controle direto do capitalista; por outro lado, os métodos para a produção do mais-valor relativo são, ao mesmo tempo, métodos para a produção do mais-valor absoluto. Um não exclui a existência do outro. Ambos farão parte do processo de mobilidade e precarização do trabalho a partir da indústria de calçados.

Isso ocorre, pois, ao se apoderar de todos os ramos da produção, o modo de produção especificamente capitalista não é mais só um simples meio para a produção do mais-valor relativo. Passa a ser a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção.

A mobilidade do trabalho no município de Simão Dias se expressa de modo claro como reflexo do processo de expansão do capital por intermédio da industrialização. Ao longo da nossa pesquisa observamos que a indústria de calçados Dakota, ao se instalar no município de Simão Dias, vem provocando uma intensa mobilidade do trabalho que abrange uma grande massa de trabalhadores do campo do próprio município, além de trabalhadores de outros municípios.

Pochmann (2008) ressalta a ocorrência da intensa mobilidade no deslocamento campo-cidade que, de modo geral, vem ocorrendo no Brasil principalmente nas últimas duas décadas, com a emergência de grandes fluxos de migração de trabalhadores do campo, intra-regional e inter-regional, em busca de trabalho.

O setor primário da economia nacional vem cumprindo o movimento estrutural de transferência de parcela significativa do campo para o meio urbano, em conformidade com a experiência internacional. No caso brasileiro, contudo, a mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana ocorreu muito rapidamente, talvez sem paralelo histórico com outras nações (POCHMANN, 2008, p. 161-162).

Este autor considera ser cada vez maior o número de trabalhadores do campo que passam a trabalhar em atividades consideradas não agrícolas, sobretudo atividades industriais. Para este autor, diante das novas configurações do processo migratório no Brasil,

a tendência é que a força de trabalho continue sendo expulsa do campo para trabalhar nas cidades (Idem, 164).

Segundo Souza (2011),

[...] a mobilidade do trabalho pode ser caracterizada pela submissão do trabalhador ao capital, pela transformação da força de trabalho em mercadoria. Essa dinâmica ocorre, sobretudo, com a idéia de trabalhadores “livres” que vendem sua força de trabalho, estes submetidos à regra acumulativa do capital, com a transformação da propriedade privada em mercadoria, movida pela busca do lucro (SOUZA, 2011, p. 183).

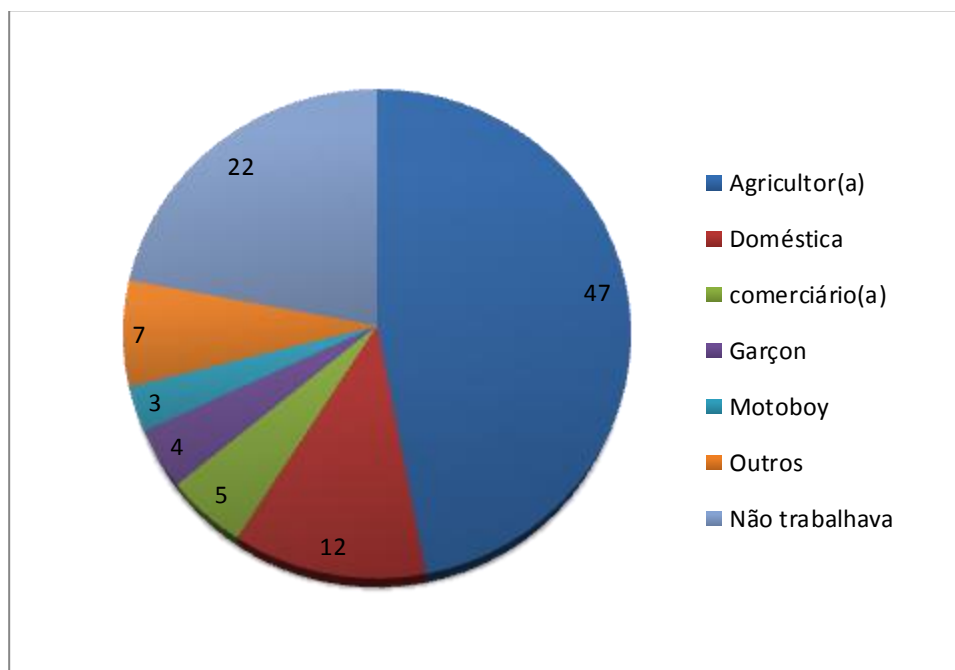
3.2.1 - A indústria de calçados como motriz da mobilidade do trabalho no município de Simão Dias.

Considerando a mobilidade do trabalho como um dos pilares para o processo da reprodução do capital, observamos, ao longo da nossa pesquisa, o comportamento da força de trabalho empregada na Dakota Calçados em relação à mobilização do trabalho do campo para a indústria.

Tomando como elemento inicial o fato de o município analisado ser tradicionalmente reconhecido como um município rural, direcionamos nosso olhar na direção daqueles que não têm conseguido manter a vida de trabalho no campo e acabam cedendo sua força de trabalho à indústria.

Nesse caso, constatamos, conforme apresentado no gráfico 05, que quase metade dos trabalhadores entrevistados (47%) trabalhava em atividades relacionadas à agricultura antes de serem contratados pela indústria.

GRÁFICO 05 – TRABALHADORES: EMPREGOS ANTERIORES À INDÚSTRIA DE CALÇADOS - 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Um ponto a ser destacado em relação aos dados do gráfico acima é o fato de que 22% dos trabalhadores entrevistados informaram que não trabalhavam antes de serem contratados pela Dakota Calçados, ou seja, a indústria foi o primeiro emprego para uma parte considerável. Além disso, observamos que os demais trabalhadores estavam empregados em atividades do setor de serviços, atuando no trabalho informal.

A respeito dos que trabalhavam na agricultura, muitos afirmaram que a saída do campo foi necessária, pois não havia condições de trabalho suficiente para garantir a sobrevivência de suas famílias. Nas localidades visitadas foram registrados relatos de jovens empregados da indústria, afirmando que a modernização do campo, com a adoção de políticas públicas para o desenvolvimento rural e introdução de máquinas nas atividades de produção do campo, a exemplo da entrada do trator substituindo o arado, tem significado a redução de oportunidades de trabalho no campo.

Conforme Conceição (2007),

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o

processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

As dificuldades enfrentadas na produção agrícola, com base na unidade de produção familiar, a exemplo das secas, pragas e perdas de safras, foram indicadas pelos trabalhadores da indústria como motivos principais que os fizeram abandonar a agricultura em busca de melhores condições de vida.

Neste sentido, compreendemos que o município de Simão Dias é colocado cada vez mais como espaço para entrada e aplicação do grande capital. Considerando o processo de reestruturação produtiva, percebemos que o movimento do capital busca se apropriar de novas áreas com o objetivo de estabelecer de modo mais intenso o seu processo de reprodução ampliada.

Segundo 54% dos entrevistados, a falta de garantia de renda fixa, principalmente para os que viviam da produção da agricultura, os impulsionou buscar a “segurança” do salário garantido todos os meses com “*dia certo para o dinheiro cair na conta*”; 22% dos entrevistados informaram que o trabalho na indústria foi para eles uma oportunidade diante do desemprego; e 18% disseram que, apesar de estarem trabalhando em outras atividades anteriormente, buscaram o trabalho na indústria devido à possibilidade de se firmarem num emprego com carteira assinada. Algo que não existia nos seus empregos anteriores.

Apresentamos imagens que mostram alterações recentes sobre o salário dos trabalhadores registrados em carteira de trabalho. No ano de 2007 (Figura 12), o valor de uma hora de trabalho era de R\$ 1,73. A Figura 13 mostra que a hora de trabalho passou a ser de R\$ 2,86 em 2012, R\$ 3,12 e 2013 e, por fim, 3,70 em 2015.

FIGURA 12 – CARTEIRA DE TRABALHO: VALOR DA HORA DE TRABALHO NA DAKOTA - 2007.

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH: ☐ SIM ☐ NÃO

DIABETE: ☐ SIM ☐ NÃO

HEMOFILIA: ☐ SIM ☐ NÃO

ALERGIAS: ☐ SIM ☐ NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993): ☐ SIM ☐ NÃO

CARTÉIRAS ANTERIORES

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: **DAKOTA CALÇADOS S/A**

CGC/CPF/CNPJ: **07.414.643/0001-20**

ENDEREÇO: **Av. Dr. Humberto Nunes Oliveira 737**

MUNICÍPIO: **Simão Dias** UF: **SE**

ESP. DO ESTABELECIMENTO: **Indústria de Calçados**

CARGO: **SERVIÇOS GERAIS**

DATA DE ADMISSÃO: **06** DE **Agosto** DE **2007**

REGISTRO Nº: **770-6** FLS / FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: **R\$ 3,73 (três reais e trinta centavos por hora)**

1ª: **Dakota Calçados S/A**

DATA DE SAÍDA: _____ DE _____ DE _____

COM DISPENSA CD Nº: _____

FGTS Nº DA CONTA: **07**

Foto: REIS, Marcio dos Reis. 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, Simão Dias/SE, 2015

FIGURA 13 - CARTEIRA DE TRABALHO: VALOR DA HORA DE TRABALHO NA DAKOTA – 2012/2015.

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

770 Aumento em: 17/04/2012 PARA R\$ 2,86

MOTIVO: DISSÍDIO DA CATEGORIA

DAKOTA CALÇADOS S/A

770 Aumento em: 01/01/2013 PARA R\$ 3,12

MOTIVO: DISSÍDIO DA CATEGORIA

DAKOTA CALÇADOS S/A

770 Aumento em: 01/01/2015 PARA R\$ 3,70

MOTIVO: DISSÍDIO DA CATEGORIA

DAKOTA CALÇADOS S/A

AUMENTADO EM: _____ PARA R\$ _____

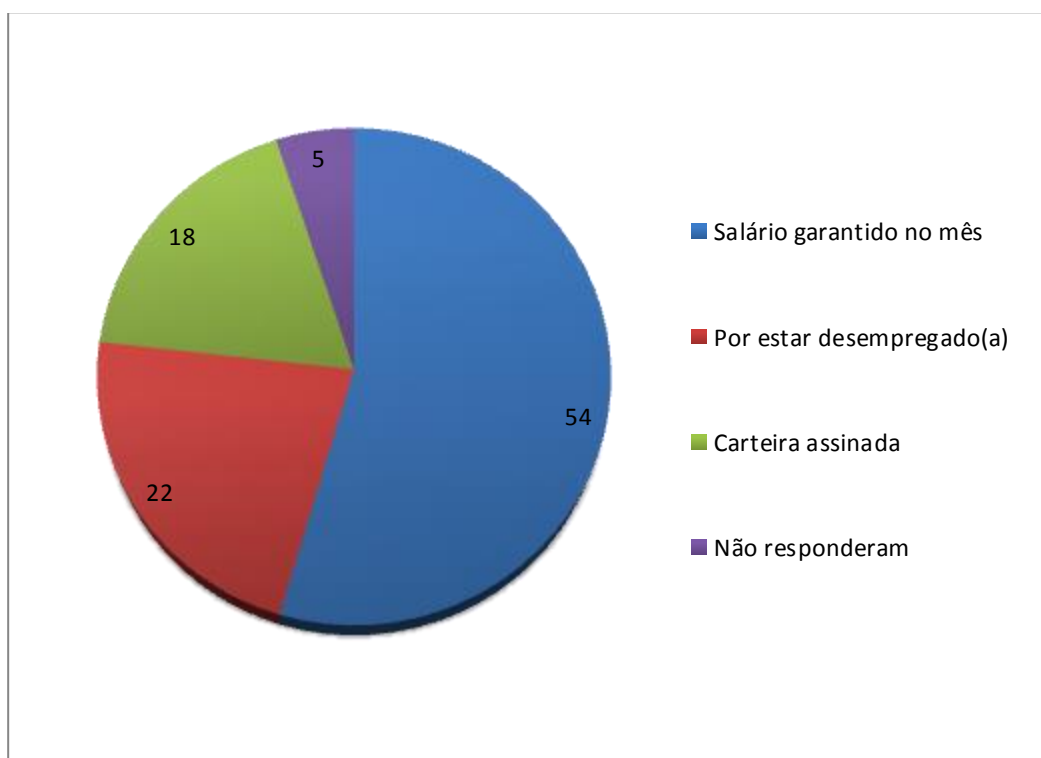
MOTIVO: _____

Foto: REIS, Marcio dos Reis. 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, Simão Dias/SE, 2015

Outro dado da pesquisa é que o desemprego, o assalariamento e a possibilidade de ter carteira de trabalho assinada surgiram como os principais motivos que “seduzem” os trabalhadores a sujeitarem sua força de trabalho à indústria (Gráfico 06).

GRÁFICO 06 – TRABALHADORES: MOTIVOS PARA TRABALHAR NA DAKOTA – 2015



Fonte: Trabalho de campo, Simão Dias/SE, 2015.
Elaborado por: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

No contexto interno ao município de Simão Dias, a mobilidade do trabalho relacionada à indústria Dakota Calçados mostrou-se um processo significativo, com influência direta na vida da população. O trabalho de investigação desenvolvido revelou algo impressionante: existem cinquenta povoados no município e em todos há moradores (atuais ou ex-moradores) que trabalham ou trabalharam na indústria de calçados Dakota.

Além disso, dos quatro assentamentos de reforma agrária existentes no município, dois deles (Assentamento Oito de Outubro e Assentamento Maria Bonita) possuem trabalhadores na indústria, sendo a maioria composta por jovens, filhos de assentados.

Constatamos que praticamente todas as localidades rurais do município de Simão Dias sofrem influência da indústria de calçados. Com base nas informações sobre o local de

moradia dos trabalhadores, identificamos que o movimento da mobilidade do trabalho se concretiza de diferentes maneiras dentro do município, principalmente seguindo três formas:

1. Trabalhadores que mudaram definitivamente do campo para a cidade;
2. Trabalhadores que vivem no que chamamos de “dupla moradia”;
3. Trabalhadores que enfrentam o deslocamento diário de suas residências nos povoados e assentamentos rurais até a cidade.











No primeiro caso, encontramos trabalhadores que abandonaram o trabalho no campo, deixando muitas vezes seus familiares, para se aventurarem no mundo do exército industrial. Estes deixaram definitivamente o trabalho da lavoura para sobreviverem do salário mínimo na cidade.

No segundo caso, encontramos trabalhadores que se mantêm em duas residências, uma na cidade e uma no campo. Em geral, esses trabalhadores ficam na cidade de segunda-feira até sexta-feira (às vezes até o sábado), para exercerem suas funções na fábrica. Boa parte deles estuda nas escolas localizadas na cidade durante o turno da noite. Nesse grupo existem jovens que, quando retornam ao campo, nos finais de semana, contribuem para a sobrevivência da família desempenhando também atividades nas lavouras.

Percebemos, no terceiro grupo, a face mais visível do efeito do capital sobre a mobilidade do trabalho, no município de Simão Dias. Uma massa de trabalhadores que se deslocam diariamente de todos os cantos do município em direção à sede, onde fica localizada a indústria. Muitos fazem o trajeto utilizando motocicletas (próprias ou com motoboys). E muitos outros fazem o percurso utilizando ônibus. Neste caso, existe uma intervenção da Dakota Calçados para “ajudar” no deslocamento de seus funcionários: a empresa contrata serviços de transporte, pagando parte dos custos. O restante é descontado mensalmente do salário dos trabalhadores.

No todo, são dez rotas de ônibus (Tabela 04) que partem dos povoados todas as manhãs, percorrendo diferentes caminhos para um único: o labirinto das máquinas, e retornando ao ponto de partida com os trabalhadores ao final da jornada de trabalho.

QUADRO 01 – ROTAS DE ÔNIBUS DOS POVOADOS ATÉ A DAKOTA, SIMÃO DIAS/SE – 2015.

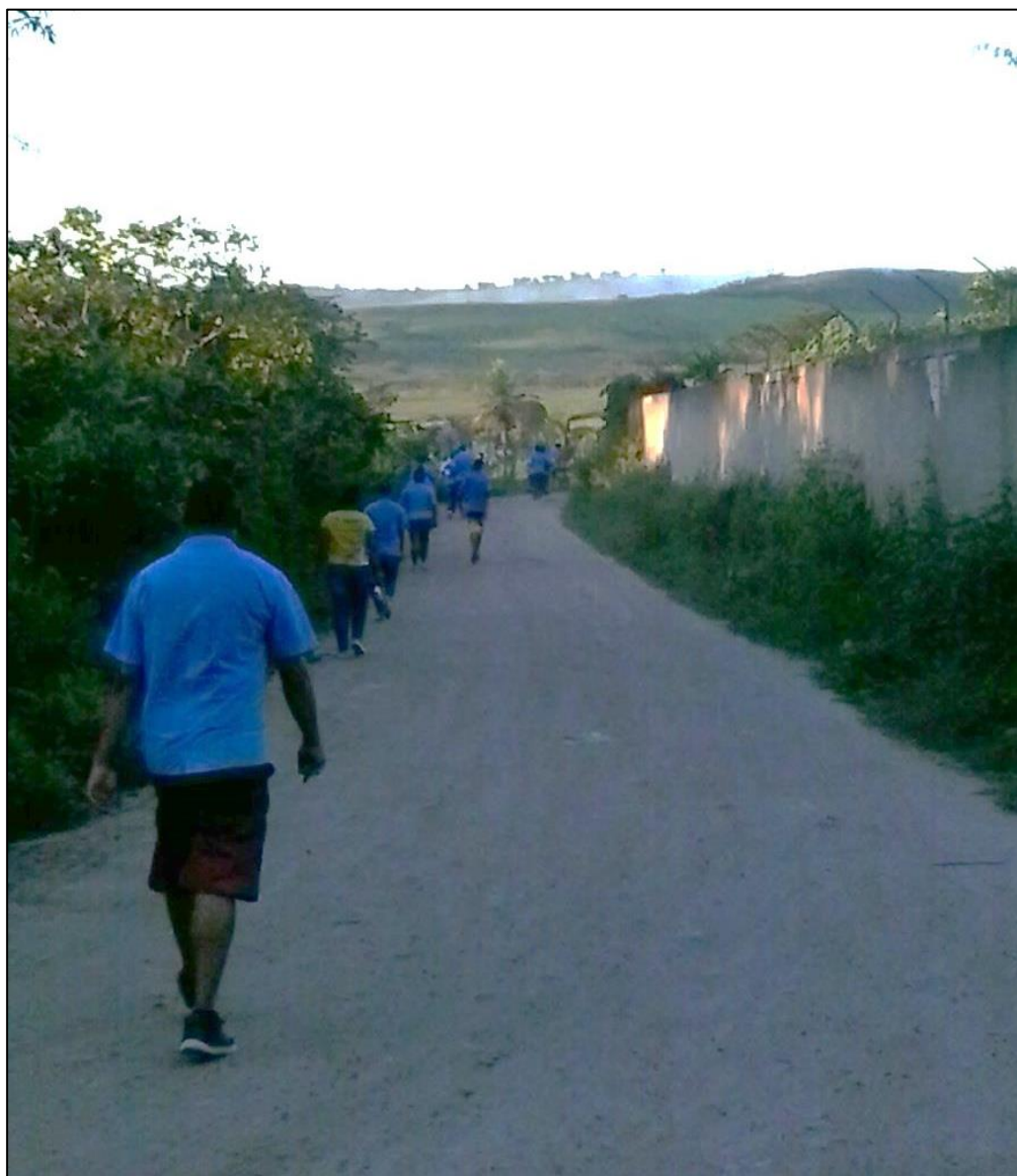
Número da Rota	Percurso / Localidades
Rota 01	 Triunfo - Paracatu de Cima - Paracatu do Meio - Sede Municipal
Rota 02	 Assentamento Maria Bonita - Aroeira - Sede Municipal
Rota 03	 Sítio Alto - Cumbe - Deserto - Areial - Sede Municipal
Rota 04	 Boca da Mata - Pirajá - Brinquinho - Bom Sucesso - Sede Municipal
Rota 05	 Caíçá - Jenipapo - Brinquinho - Paracatu do Meio - Pascoal - Sede Municipal
Rota 06	 Lagoa Seca - Salobra - Muniz - Jequeira - Ilhota - Sede Municipal
Rota 07	 Paracatu de Baixo - Coração de Maria - Sede Municipal
Rota 08	 Muriango - Pau de Leite - Candial - Pastinho - Sede Municipal
Rota 09	 Pau de Colher - Barnabé - Sede Municipal
Rota 10	 Mata do Paru - Pastinho - Sede Municipal

Fonte: Empresa de Transportes Santo Antônio, Simão Dias/SE, 2015.

Org.: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

No sistema de transporte montado pelos empresários da Dakota, os ônibus passam diariamente por 33 localidades diferentes (31 povoados e 02 assentamentos rurais). Para trabalhadores que residem em localidades que ficam fora das rotas, restam-lhes enfrentar caminhadas por estradas de terra, poeira e lama (Figura 14) até algum lugar à beira das estradas de asfalto por onde passe algum dos ônibus contratados pela Dakota.

FIGURA 14 – TRABALHADORES: RETORNO A PÉ PARA OS POVOADOS ONDE RESIDEM, SIMÃO DIAS/SE - 2015.

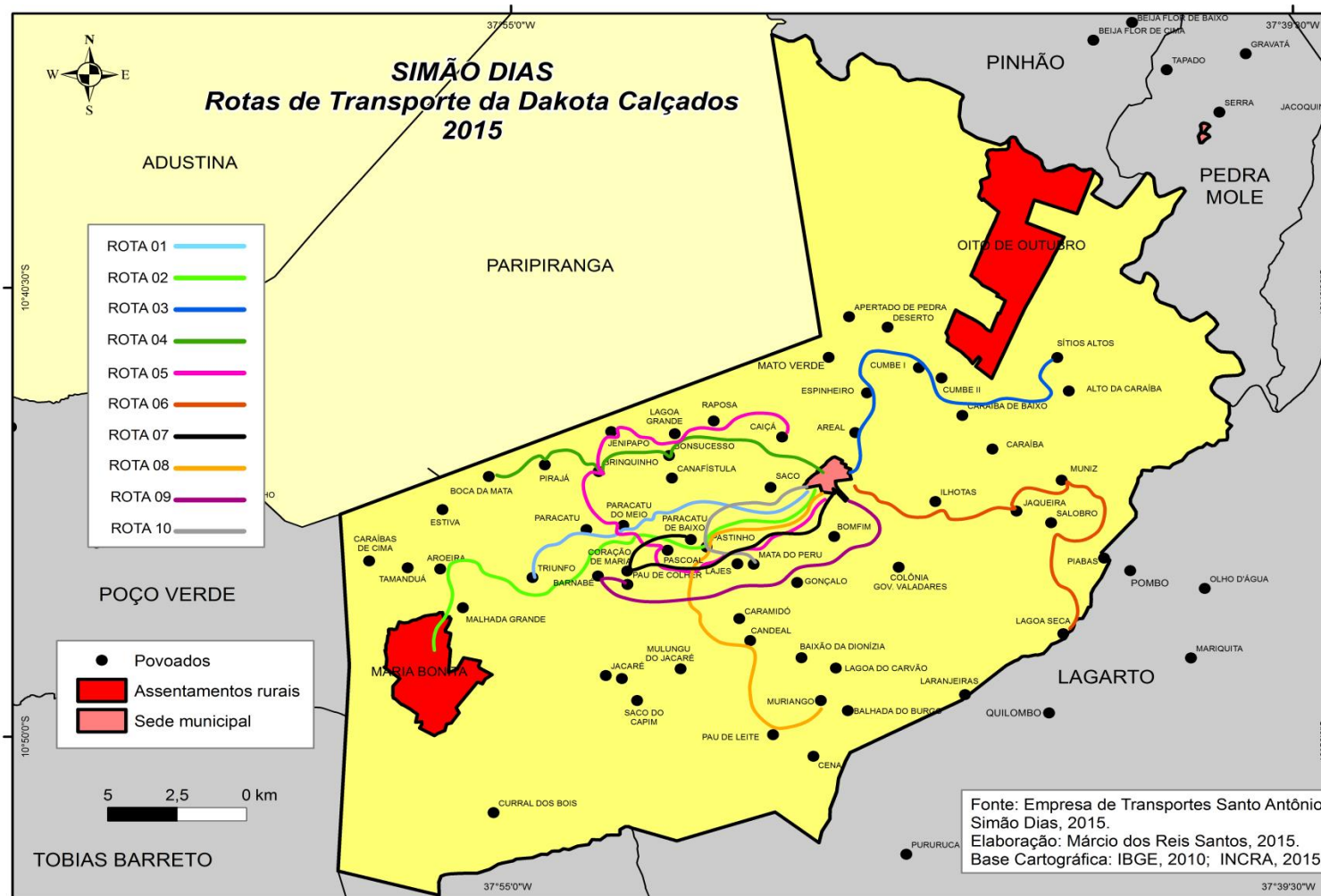


Fonte: Trabalho de Campo, Simão Dias/SE, 2015.
Foto: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

O mapa (Figura 15), que representa as dez rotas dos ônibus contratados pela Dakota, revela a dimensão e abrangência espacial da mobilidade do trabalho dentro do município de Simão Dias. Os caminhos são labirintos que não levam trabalhadores à nenhuma saída, apenas à entrada da fábrica para a rotina diária de trabalho intensivo e precarizado.

A representação cartográfica em questão foi elaborada com base no quadro 01 (página 105) e, enquanto uma abstração, ela leva-nos a refletir sobre o poder de mobilização que a indústria Dakota possui, e sobre como ela exerce sua força ao buscar a força de trabalho nos diversos pontos do território. Foi a partir da complexidade de relações encontradas no campo de pesquisa que elaboramos este mapa, com o objetivo de representar como se dá espacialmente essa dimensão da mobilidade do trabalho.

FIGURA 15 - ROTAS DE ÔNIBUS: PERCURSOS DIÁRIOS DOS TRABALHADORES PARA A INDÚSTRIA – 2015.



Fonte: Empresa de Transportes Santo Antônio, Simão Dias, 2015.
Elaborado por: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

FIGURA 16 – ÔNIBUS QUE CONDUZEM OS TRABALHADORES PARA A DAKOTA, SIMÃO DIAS – 2015.



Fonte: Trabalho de Campo, Simão Dias 2015.
Foto: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

Cabe ressaltar que, além dos 10 ônibus que fazem o transporte e que foram citados, existem dezenas de outros veículos (micro-ônibus e vans) que fazem outros percursos num vai e vem constante da força de trabalho dentro do município (Figura 17).

FIGURA 17 – TRABALHADORES NO CAMINHO ATÉ A INDÚSTRIA: LOCOMOÇÃO A PÉ, MOTO E ÔNIBUS, SIMÃO DIAS – 2015.



Fonte: Trabalho de Campo, Simão Dias 2015.
Foto: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

Para o capital mundializado não há barreiras político-administrativas. Ele se expande pelo espaço geográfico, cria novos caminhos para atrair o exército de reserva estrutural e faz desse movimento também uma condição para a mobilidade e exploração cada vez maior da força de trabalho.

Ao acompanharmos esse movimento do “vai e vem” diário da força de trabalho, percebemos que a mobilidade do trabalho vai além do município de Simão Dias. Dentre os milhares de trabalhadores da Dakota, há um número elevado de trabalhadores vindos de outros municípios de Sergipe. Conseguimos identificar os seguintes: Carira, Frei Paulo, Lagarto, Macambira, Pinhão e Poço Verde. Também obtivemos informações sobre trabalhadores da fábrica vindos do estado da Bahia¹⁷, especificamente dos municípios de Adustina, Fátima e Paripiranga (Figura 18).

A expressão geográfica da mobilidade do trabalho é revelada, portanto, na constante e intensa mobilidade do trabalho no espaço geográfico do município de Simão Dias e dos municípios da região, como reflexo do processo geral de acumulação capitalista em tempos de acirramento de sua crise cíclica.

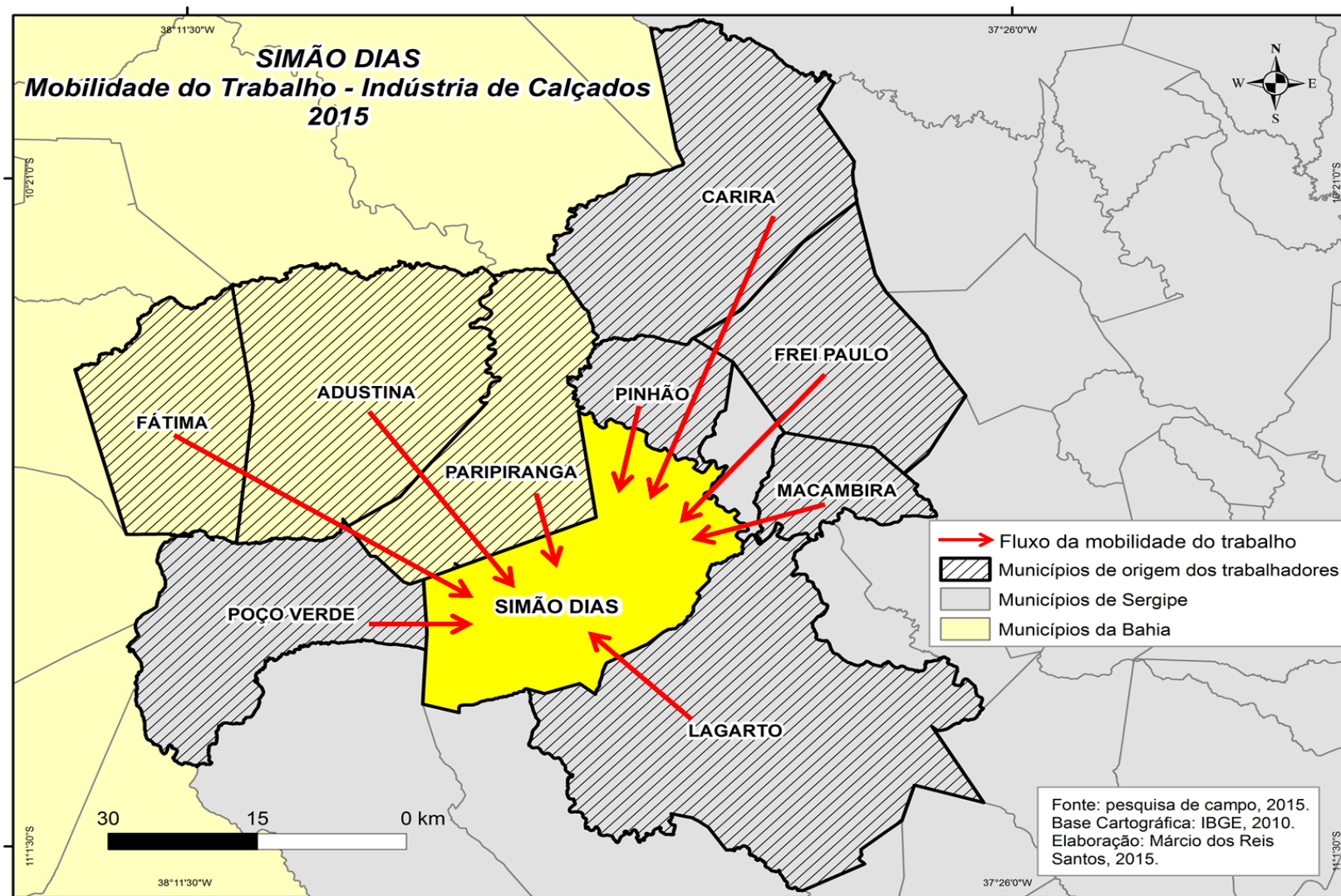
Para Souza (2011),

[...] o curso da indústria moderna se baseia na formação contínua e na reconstituição do exército industrial de reserva, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora desempregada ou parcialmente empregada formando assim a população supérflua, o excedente de mão-de-obra capaz de garantir as exigências do capital (SOUZA, 2011, p. 204).

Essa massa de trabalho excedente é “flutuante” no espaço geográfico e acaba sendo mobilizada de modo que possa atender às exigências do capital, pautado sempre na exploração do trabalho, acirrando a concorrência dentro do mercado capitalista e no seio da classe trabalhadora, que acaba por não se reconhecer enquanto classe explorada, composta por trabalhadores supérfluos para o capital.

¹⁷ Foram entrevistados trabalhadores oriundos dos municípios baianos de Feira de Santana e Salvador, porém os mesmos informaram que a mudança para o município de Simão Dias não teve relação com a indústria.

FIGURA 18 – MOBILIDADE DO TRABALHO PARA SIMÃO DIAS – 2015



Fonte: Pesquisas de campo, Simão Dias, 2015.
 Elaborado por: SANTOS, Marcio dos Reis. 2015.

3.2.2 - Os Sujeitos supérfluos e a precarização do trabalho no labirinto das relações fabris.

Para atingir seu objetivo maior, o lucro, o capital precisa produzir “*mais por menos*” e nesse contexto, o acirrado mundo das mercadorias exige do capitalista uma postura competitiva frente aos concorrentes. Ou seja, o capitalista precisa vender sempre mais por preços mais baixos na medida do possível, ao ponto de garantir uma ampliação da taxa de lucro, dentro do mercado para ser competitivo. Neste caso,

Ser competitivo significa cortar o máximo de custos e, ao mesmo tempo, aumentar a produção: produzir mais por menos. Significa ainda que uma massa crescente de meios de produção deverá ser consumida com cada vez menos trabalho: aumentar a produtividade (MENEZES, 2007, p. 175).

Para o trabalho, devido ao ritmo de forte concorrência que o capital imprime, o aumento da produtividade denota “*trabalhar mais por menos*”. Isso nos leva a considerar que à medida que um trabalhador individualmente trabalhe mais recebendo menos por isso, abre caminho para que outros trabalhadores que não se “adaptam” à essa lógica se tornem trabalhadores “supérfluos”. E o capital busca uma constante produção de sujeitos supérfluos (Menezes, 2007).

Os trabalhadores se tornam supérfluos para o capital, mas não o trabalho, pois este é o responsável pela geração do valor. Ou seja, ao transformar o trabalhador em sujeito supérfluo, o capital gera uma ação contraditória, pois ele também torna o trabalho, sua fonte de valor, supérfluo.

Neste sentido,

O que aparece como “racionalidade produtiva”, dispensar trabalho pelo imperativo do “cortar custos”, é na sua essência uma “irracionalidade destrutiva”. Do ponto de vista da produção da riqueza social o capital aparece como o mais poderoso sistema limitante do desenvolvimento livre do trabalho humano. Seja na tecnologia, na ciência, na filosofia ou nas artes, no desenvolvimento da produção humana em si, tudo tem que apresentar a possibilidade do “ser lucrativo”. O que não pode ser absorvido pelo mercado, não pode ser transformado em dinheiro, torna-se “supérfluo” (MENEZES, 2007. P. 175).

Lima (2012) considera que:

O aumento da força produtiva via padrões tecnológicos de produtividade, como premissa para saciar a fome voraz da extração da mais-valia relativa e do lucro enquanto fim em si mesmo, evidencia as contradições e a crise profunda do capital. Haja vista que, há uma dissolução da substância real produtora de valor que é constantemente desrealizada ao perder o horizonte vivendo como andarilhos, migrantes e refugiados. Uma massa de supérfluos, como sujeitos assujeitados numa atmosfera de precariedade acompanhando os ciclos, os caminhos percorridos, e os rastros sangrentos da produção destrutiva nos processo de exploração do trabalho pelo capital (LIMA, 2012, p. 165).

O aumento da produtividade do trabalho é sempre determinado pela necessidade de extração do lucro, como dissemos “produzir mais por menos”. Essa extração se dá a partir do aumento do consumo produtivo dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instrumentos de trabalho, etc.) em detrimento do trabalho realizado no seu consumo. Marx (2013) entende que o desenvolvimento do sistema acumulativo do capital é sempre uma relação de “equilíbrio” que envolve um acréscimo de “capital constante” e um acréscimo de “capital variável”.

Para Marx, capital constante é:

[...] a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias primas, materiais auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por esta razão, denomino-a parte constante do capital, ou, sucintamente, capital constante (Idem, p. 286).

Marx entende que o capital variável é, por sua vez, a força de trabalho que existe no interior do processo de produção, ou seja:

[...] a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só produz o equivalente de seu próprio valor, como produz em excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (Idem, p. 286).

Neste sentido, do ponto de vista do processo de trabalho, os mesmos componentes do capital distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho. Do ponto de vista do processo de valorização, distinguem-se como capital constante e capital variável. Uma mudança no valor dos meios de produção, mesmo que

ocorrendo depois da ação destes últimos no processo, não altera seu caráter como capital constante. Da mesma forma, uma mudança na proporção entre capital constante e capital variável afeta as respectivas funções dessas duas formas de capital (Idem, p. 287).

As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de baixo valor, trabalhavam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior. Nesse caso, tem-se um grande aumento de capital constante, isto é, da quantidade de valor dos meios de produção empregados, e uma grande diminuição da parte variável do capital, investida na força de trabalho. Tal mudança, no entanto, altera apenas a relação quantitativa entre o capital constante e o variável, ou a proporção em que o capital total se decompõe em seus componentes constante e variável, mas não afeta em nada a diferença entre os dois (MARX, 2013, p 287-288).

A tendência ao desenvolvimento do sistema acumulativo do capital, isto é, a busca por cada vez mais capital constante e cada vez menos capital variável, é um processo simultâneo e contraditório que gera emprego e desemprego.

[...] essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador [...] (Idem, p. 307).

O emprego é gerado a partir do crescimento do capital global quando também cresce em termos absolutos o capital variável. O desemprego, por sua vez, é gerado quando, “*em decorrência do desenvolvimento da composição orgânica do capital e a consequente expansão da acumulação, decresce, relativamente, o mesmo componente variável e com ele o número de trabalhadores ocupados*” (MENEZES, 2007, p. 178)

[...] o excedente de trabalho produzido e personificado na figura dos trabalhadores desempregados amontoados nos territórios onde a miséria é a imagem da paisagem, é o verdadeiro pano de fundo da acumulação de capital. É ele que sustenta seu plano expansionista. Contraditoriamente, um plano possibilitado pelo próprio aumento da produtividade do trabalho (Idem, p. 178).

A lógica do sistema acumulativo do capital sempre encontrará na superpopulação relativa o trabalho disponível para ser explorado. O encontrará, portanto, em qualquer lugar

para onde migre, com a garantia de continuidade da exploração do trabalho em todas as esferas da produção. Neste sentido, o desemprego vai além de ser apenas um produto do sistema capitalista, mas é também condição de sua reprodução.

Marx entende, por exemplo, que *“toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-desempregados”* (MARX, 2013, p. 202).

A massa de trabalhadores excedentes é “natural” do processo de produção do capital, sendo obrigatoriamente reproduzida pela reprodução do sistema acumulativo capitalista. Como necessidade, o capital cria mecanismos para a elevação dessa massa de trabalhadores:

Isso porque o capital variável é a parte do capital total que determina o *quantum* de trabalho, e não da quantidade de trabalhadores para realização do trabalho. Como toda e qualquer forma de capital, sua função é explorar o trabalho, extrair mais-valia. Isso significa que uma mesma quantidade de trabalhadores, em decorrência de alterações na base técnica (aumento do capital constante), pode despendar um *quantum* maior de trabalho, ou seja, possa produzir mais em relação a base técnica ultrapassada. Em virtude disso há aumento do capital total, uma valorização propriamente dita, sem que o capital variável aumente a quantidade de trabalhadores ocupados, mesmo que seu valor cresça em decorrência de um possível aumento dos salários (MENEZES, 2007, p. 179-180).

Ou seja, mesmo que num cenário hipotético a população trabalhadora não apresente um crescimento significativo para que seja considerada incapaz de sofrer com a falta de empregos, o sistema do capital faz com que o desenvolvimento das forças produtivas busque incessantemente a reprodução de uma crescente massa de trabalhadores desempregados.

Na medida em que a composição orgânica do capital se desenvolve, com a diminuição relativa da parte variável do e aumento da parte constante, o capital aumenta sua capacidade de aumentar de centralizar e de se apropriar de uma quantidade cada vez maior de meios de produção e, em consequência disso, apropriar-se da riqueza social produzida (Idem, p. 180).

Menezes entende que o aumento da produtividade na lógica do capital representa o aumento da capacidade de apropriação do tempo de trabalho não pago, do mais-valor, sendo este o resultado da exploração do trabalho por meio do capital variável. Ou seja, um acréscimo do mais-valor significa que uma quantidade maior de trabalho está sendo despendida por um mesmo ou menor valor de capital variável. Aumenta-se, portanto, o mais-valor ao passo que é reduzido relativamente o capital variável: *“uma quantidade*

crescente de trabalho é fornecida com menos trabalhadores e, assim sendo, mais trabalhadores se tornarão supérfluos” (Idem, p. 180).

O trabalhador entra em mais um caminho obscuro dentro dos labirintos criados pelo capital. Ele, na condição de empregado, é ordenado pelo patrão, e pelo mercado, a intensificar seu trabalho. Do lado de fora da fábrica há uma massa crescente de trabalhadores “pressionando” o trabalhador ocupado a produzir cada vez mais, caso contrário será substituído sumariamente por outro trabalhador. Todos são, portanto, supérfluos. Conforme diz Marx:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-o ao sobre trabalho e a subsunção aos ditames do capital (MARX, 2013, p. 2003).

Essa pressão que o trabalhador sofre no interior, e também de fora da fábrica, faz com que ocorra uma constante rotatividade nos quadros de funcionários. Ao observar esse movimento, conseguimos captar na Dakota Calçados, em Simão Dias, o fluxo que mobiliza a força de trabalho num circuito frenético de contratações e demissões. Consideremos a tabela 05:

TABELA 05 - MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES ADMITIDOS E DEMITIDOS PELA DAKOTA, SIMÃO DIAS/SE – 2005/2015.

Ano	Admitidos	Demitidos
2005	235	14
2006	329	133
2007	668	183
2008	88	164
2009	288	203
2010	699	245
2011	1.336	447
2012	535	627
2013	859	685
2014	570	619
2015*	247	258
Em 10 anos	5.778	3.588

Fonte: RAIS/MTE, 2015. (*dados de janeiro a julho de 2015).

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

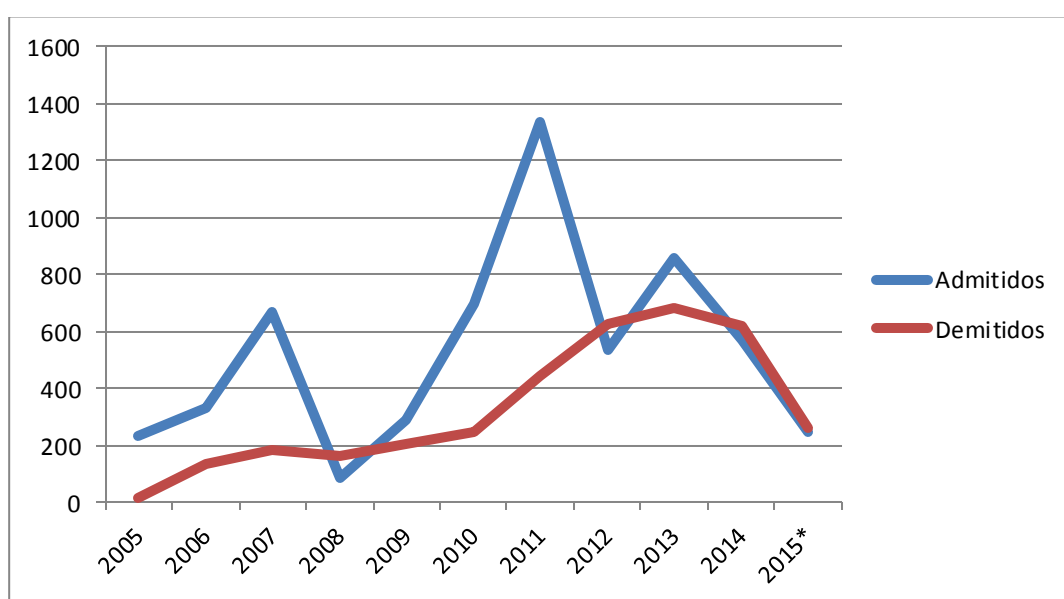
Desde sua instalação, em Simão Dias, no ano de 2005, a Dakota Calçados vem mobilizando uma massa crescente de trabalhadores de dentro do próprio município e em

outros municípios da região. Atualmente a Dakota possui aproximadamente 2.300 contratados. Porém, no período de dez anos (2005 – 2015) a empresa já contratou 5.778 trabalhadores, ou seja, mobilizou uma grande quantidade de força de trabalho, sendo que deste total já demitiu 3.588 trabalhadores.

Em nível de mera comparação, tomando como base os números dessa movimentação, sem observar a mobilidade oriunda de outros municípios, poderíamos considerar que quase 15% da população total de Simão Dias trabalha ou já trabalhou na Dakota Calçados.

. Como vimos no início deste capítulo, a Dakota Calçados tem aumentado sistematicamente seus investimentos em capital constante, ou seja, aumentando a quantidade de maquinarias, investindo na aquisição de terrenos e na ampliação de galpões. No entanto, percebe-se que, apesar desse aumento do capital constante, não houve o acompanhamento do ritmo em relação ao capital variável (Gráfico 07). Isso se dá justamente pelo fato de que é crescente a exigência do aumento da produtividade, já que com novas máquinas os trabalhadores são obrigados a produzir maior quantidade de pares de calçados. Aumentando a produtividade com o mesmo número de empregados, não há necessidade de novas contratações, pelo contrário, abre-se a possibilidade de enxugar os quadros para ampliação do lucro.

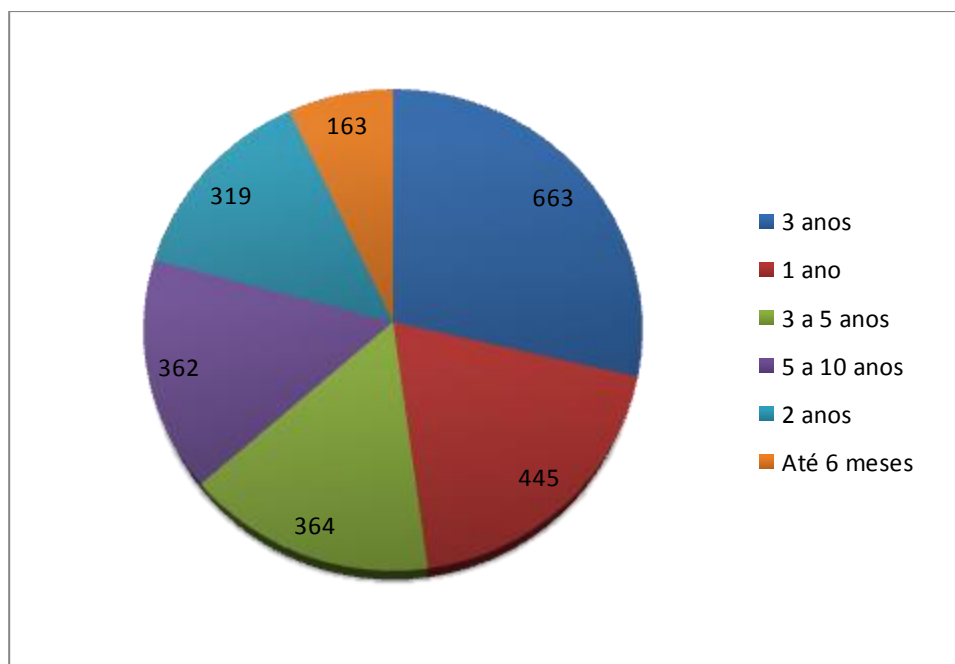
GRÁFICO 07 – MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES ADMITIDOS E DEMITIDOS NA DAKOTA EM SIMÃO DIAS/SE – 2005/2015



Fonte: RAIS, MTE, 2015. (*dados até o mês de julho de 2015).
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Outra questão importante para nossa análise diz respeito à quantidade de anos de permanência dos trabalhadores na indústria. Os dados mais recentes do MTE revelam que do total de trabalhadores contratados em 2013, cerca de 50% tinham apenas entre 1 e 3 anos de contrato. Apenas 15% trabalhavam na Dakota por um período que variava de 5 a 10 anos (Gráfico 08).

GRÁFICO 08 – TRABALHADORES: ANOS DE TRABALHO NA DAKOTA - 2013



Fonte: RAIS/ MTE, 2013.

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Com essa realidade apresentada na Dakota Calçados, compreendemos que o movimento contraditório do capital é revelado mais uma vez na medida em que seu desenvolvimento gera a procura por trabalho, porém, o aumento da produtividade, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, renova constantemente o mundo do desemprego, com a inserção de trabalhadores ainda mais supérfluos.

Junto com o crescente aumento dos trabalhadores supérfluos, crescem também novas relações de exploração dos trabalhadores empregados, sob formas extremamente degradantes, caracterizadas pela flexibilização do trabalho. O trabalho flexível nada mais é do que a imposição do trabalho intensivo, precarizado, com redução relativa dos salários e aumento do tempo de jornada do trabalho.

FIGURA 19 - LINHA DE PRODUÇÃO DA DAKOTA, SIMÃO DIAS/SE - 2015



Foto: Jairo Andrade, 2015.

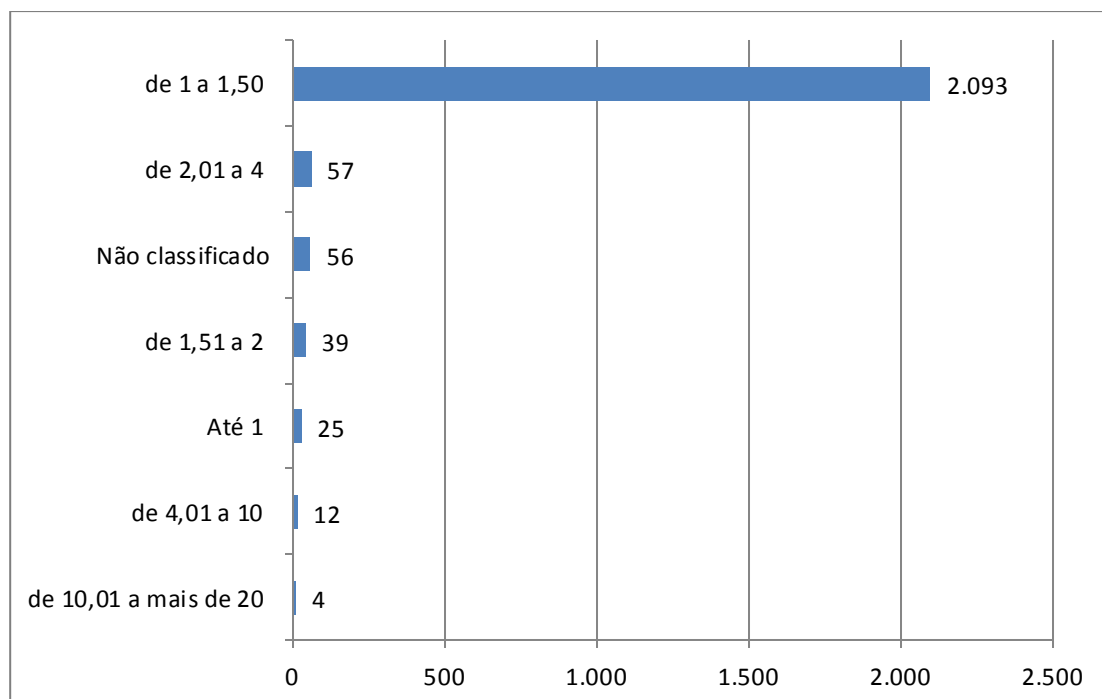
Antunes (2009) destaca que as distintas formas de precarização se dão nas esferas salariais, de horário, de funcionamento ou organização do processo produtivo nas fábricas. Para este autor,

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 50-51).

A flexibilização do trabalho na Dakota Calçados submete os trabalhadores a níveis de intensa exploração. Na esfera do salário, por exemplo, ocorre com o pagamento de salários aviltantes. Durante as entrevistas junto aos trabalhadores, foi possível perceber que muitos não sabiam ao certo qual o valor exato que recebiam. Nem mesmo sabiam qual o valor da remuneração por cada hora de trabalho está registrado na carteira de trabalho. Observando os dados disponibilizados pelo MTE referentes à remuneração dos

trabalhadores da Dakota (Gráfico 09), percebemos que a ampla maioria recebe abaixo de um salário e meio.

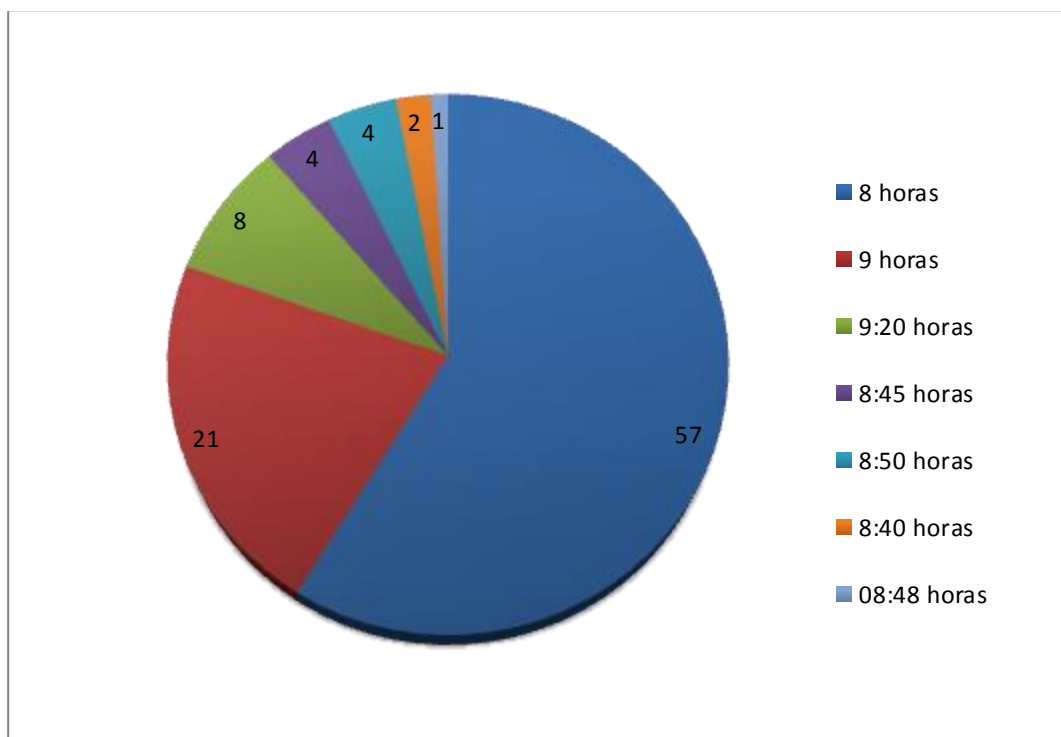
GRÁFICO 09 – TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO* DAKOTA – 2015



Fonte: RAIS/MTE, 2013. *(em salários mínimos)
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

A esfera do aumento da jornada de trabalho é outro ponto que chama atenção no tocante à ampliação da exploração do trabalhador. Percebemos que a maioria dos trabalhadores da Dakota (Gráfico 10) não têm plena consciência do grau de exploração ao qual são submetidos. Quando questionados sobre as horas de trabalho na indústria, apenas uma trabalhadora entrevistada soube com precisão quanto tempo de trabalho dedica diariamente à indústria. Ao ser questionada a trabalhadora respondeu sem hesitar: “*Eu trabalho oito horas e quarenta e oito minutos por dia!*”. Os demais trabalhadores não souberam indicar exatamente qual o tempo de trabalho diário. A maioria informou que trabalha 8 horas diárias, sem se dar conta do fato de trabalharem mais que esse tempo.

GRÁFICO 10 – TRABALHADORES: HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO NA DAKOTA – 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Para Marx, o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revela-se como o produto mais genuíno da grande indústria.

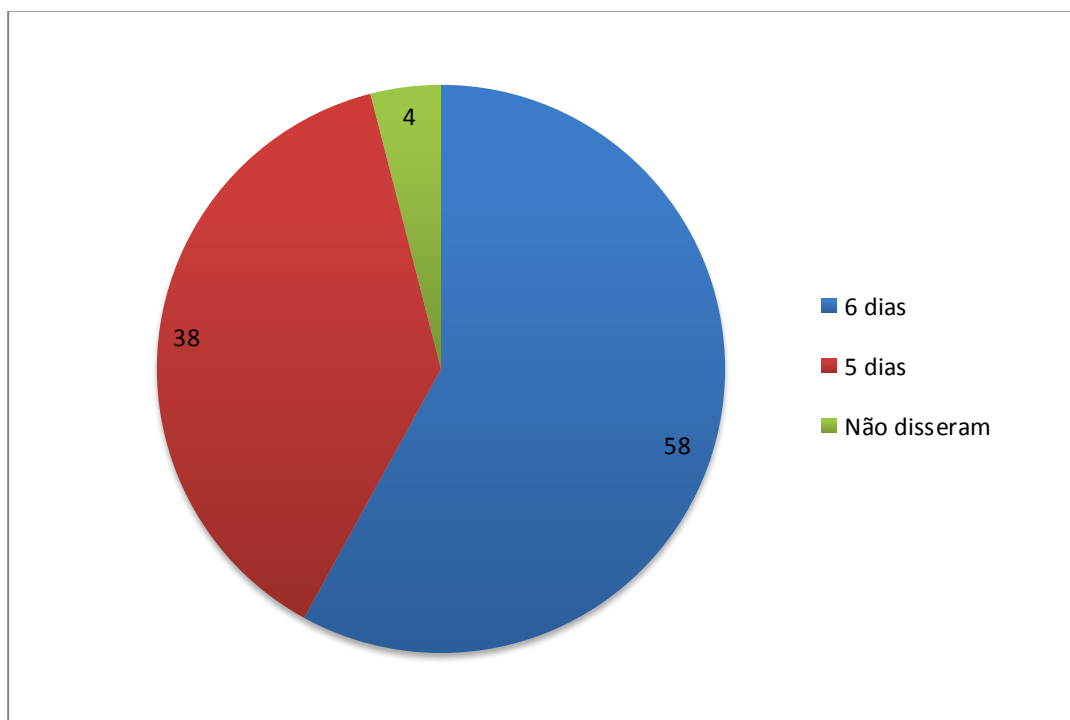
A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, a qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade desenvolvida. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração de sua vida (MARX, 2013, p. 307).

Segundo Souza (2012), o prolongamento da jornada de trabalho como condição de exploração é a possibilidade que o capital tem para extrair o mais-valor absoluto e, neste sentido,

[...] pouco importam as condições a que esses trabalhadores serão submetidos no processo de trabalho; o que importa é o lucro advindo da compra da mercadoria trabalho. Para o capital, o que interessa não é a vida da força de trabalho, mas o máximo da força de trabalho que possa ser posta em atividade (SOUZA, 2011, p. 186).

Em relação à quantidade de dias de trabalho a cada semana, muitos apresentaram desconhecimento sobre esse assunto (Gráfico 11). A incerteza ocorre devido aos sábados de expediente na fábrica que os trabalhadores são obrigados a cumprir. São mais cinco horas durante três sábados durante o mês.

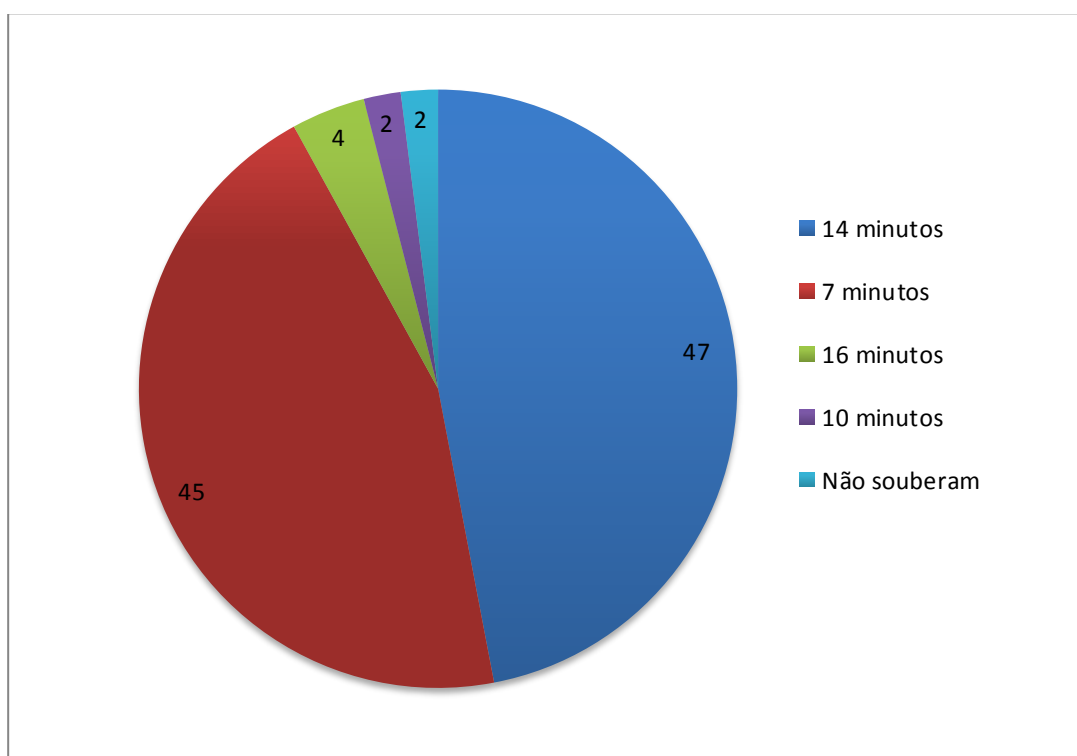
GRÁFICO 11 – TRABALHADORES: DIAS DE TRABALHO NA DAKOTA - 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015

De modo semelhante, boa parte dos trabalhadores (53% dos entrevistados) não soube informar corretamente sobre o tempo de descanso diário (Gráfico 12) concedido pela chefia da fábrica. 47% disseram corretamente: 14 minutos diários de descanso, sendo que 7 minutos durante a manhã e mais 7 durante à tarde. As informações indicam que durante os 7 minutos cada trabalhador deve ir ao banheiro, beber água e fazer alguma refeição como lanche. Fora desse intervalo, nenhum trabalhador pode ausentar-se do seu posto de trabalho. Esse processo é acompanhado por fiscais da empresa que fazem rodízios durante o expediente.

GRÁFICO 12 – TRABALHADORES: TEMPO DE DESCANSO DIÁRIO DURANTE A JORNADA DE TRABALHO NA DAKOTA – 2015

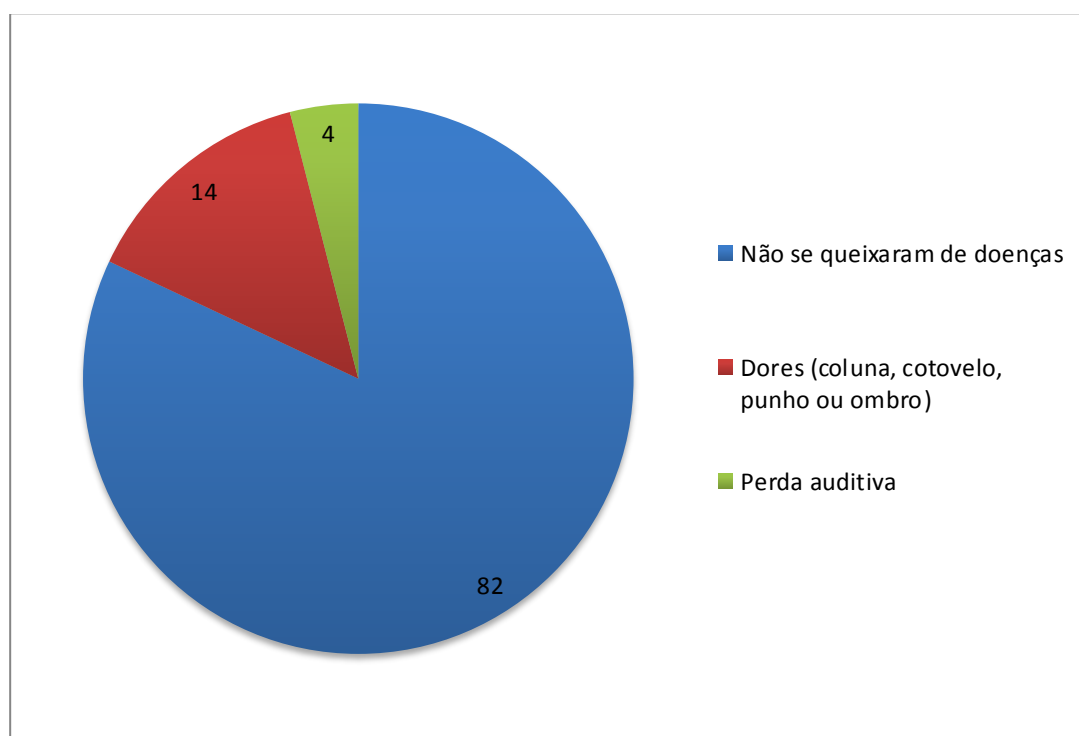


Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Uma característica do trabalho flexível é a exaustão dos trabalhadores e o consequente surgimento de doenças em decorrência das atividades por eles realizadas. Na Dakota pudemos perceber também essa dimensão da exploração do trabalho (Gráfico 13). Dentre os entrevistados, 18% informaram que possuem sequelas oriundas do trabalho na Dakota. Dentre as enfermidades citadas, prevaleceram problemas nas articulações (coluna, cotovelo, punho e ombro), além da perda de audição.

GRÁFICO 13 – TRABALHADORES: PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE EXERCIDA NA DAKOTA – 2015

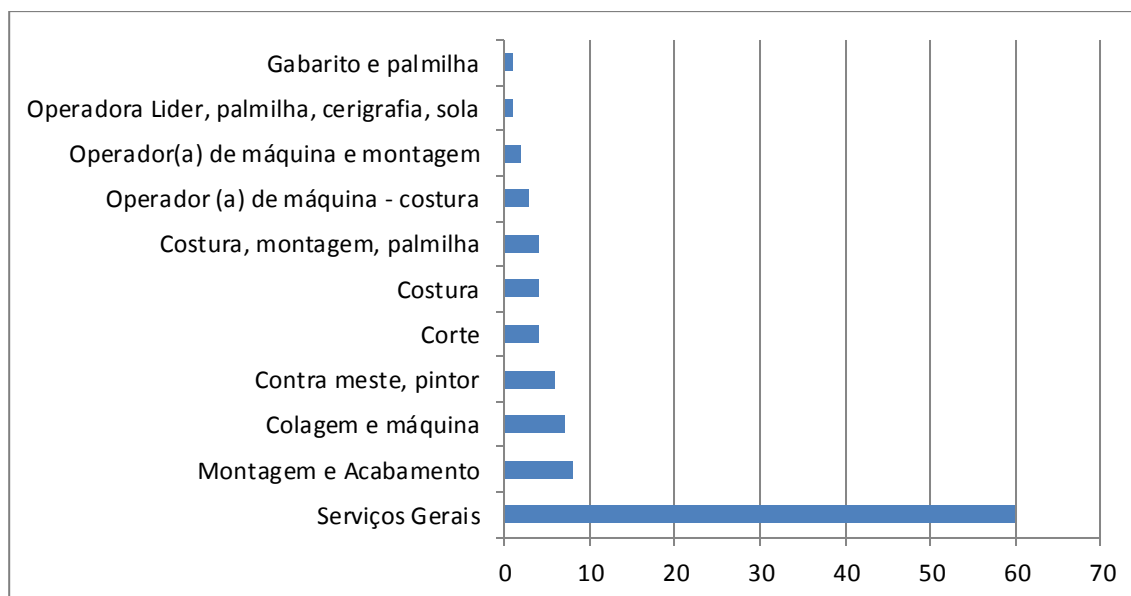


Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015

Durante as atividades de campo, percebemos uma estratégia utilizada pela empresa para persuadir trabalhadores com problemas de saúde a não abrirem processos judiciais contra a Dakota: grupos familiares são comumente contratados. Pais, mães e filhos, juntos trabalhando na empresa. Caso algum deles apresente problema de saúde, rapidamente é demitido. Nos laudos da empresa constam que o trabalhador foi demitido apresentando plenas condições de saúde, quando de fato isso não ocorreu. Caso este trabalhador inicie um procedimento judicial contra a empresa, todos da sua família acabam sendo sumariamente demitidos.

Outra estratégia que passa despercebida aos olhos dos trabalhadores, no processo de flexibilização do trabalho, é a plurifuncionalidade à qual são submetidos os trabalhadores. Praticamente todos os entrevistados informaram que executam mais de uma função na fábrica (Gráfico 14). O que chama mais atenção no gráfico é a função de “serviços gerais”, pois os que possuem essa função são destinados para praticamente todas as outras funções dentro do processo de produção da indústria. Literalmente são trabalhadores que trabalham em vários tipos de funções, “funções gerais”.

GRÁFICO 14 – TRABALHADORES: FUNÇÃO EXERCIDA NA DAKOTA – 2015

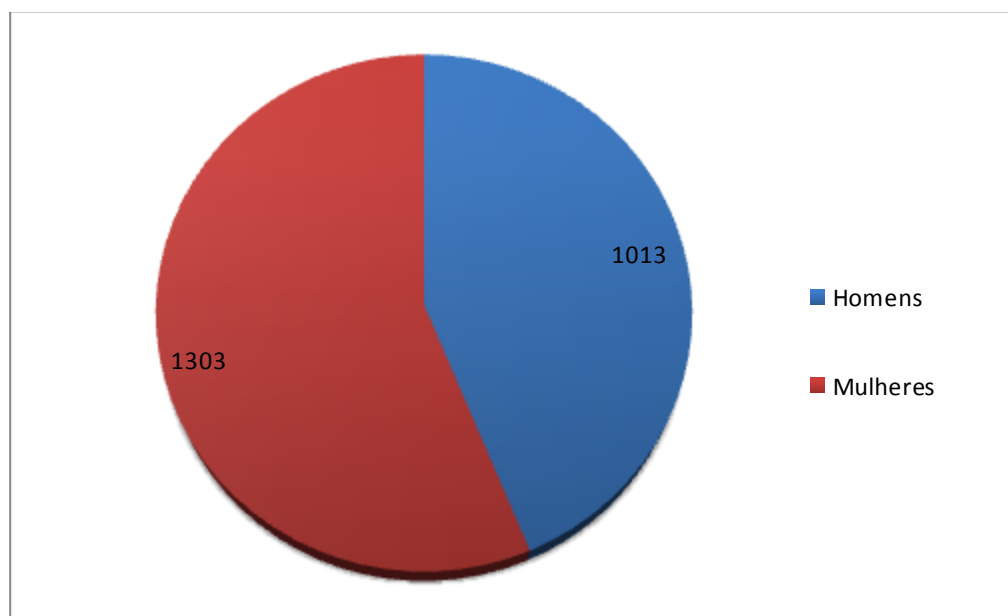


Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Org.: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015

Observamos a proporção de homens e mulheres empregados na Dakota a partir dos dados gerais divulgados pelo MTE e constatamos que 1.303 mulheres trabalhavam nessa indústria até o final de 2013. Elas representavam mais de 56% da força de trabalho da Dakota.

GRÁFICO 15 – TRABALHADORES: RELAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES NA DAKOTA – 2013



Fonte: RAIS, MTE, 2013.

Elaborado por: SANTOS, Márcio dos Reis. 2015.

Segundo Antunes (2009), o trabalho feminino vem aumentando significativamente nas últimas décadas, principalmente no *mundo produtivo fabril*. Para este autor, essa incorporação tem se estabelecido sob as bases de uma “(nova) divisão sexual do trabalho”, em que às mulheres é destinado o trabalho intensivo (p. 108).

Na *divisão sexual do trabalho*, operada pelo capital dentro do *espaço fabril*, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em *trabalho intensivo*, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (Idem, p. 105).

Ou seja, o aumento do trabalho feminino tem se verificado sobremodo no âmbito do trabalho mais precarizado, nos trabalho em regime de *part time* com um elevado nível de exploração e prolongamento da jornada de trabalho.

No elevado grau que alcançou a crise estrutural do capital a precarização do trabalho e o desemprego mantêm uma relação conjugada, em que um se torna condição para a existência do outro. Para Menezes (2007), diante das novas relações de trabalho, não pode deixar de existir um “exército de reserva” estrutural, tal qual a crise, pois este é a base fundamental para a manutenção da acumulação capitalista.

De acordo com Luxemburgo (1969), o exército de reserva surge para o capitalismo contendo uma dupla função. A primeira delas é fornecer força de trabalho em caso de desenvolvimento súbito da produção, com ampliação do mercado e alteração das formas de produtividade. A segunda função é, por outro lado, fazer com que exista uma constante concorrência entre os desempregados, para que estes exerçam forte pressão sobre o rebaixamento dos seus salários.

O movimento rumo à flexibilização e a desregulamentação, segundo Menezes (2007), não poderia encontrar uma base melhor para sua realização, senão por essa base de trabalhadores miseráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação teve como objetivo a análise da mobilidade do trabalho enquanto processo de produção e reprodução do espaço geográfico, tendo como signifiante a expansão das indústrias em Sergipe e a acumulação flexível do capital, na especificidade da indústria calçadista no município de Simão Dias, em Sergipe.

As transformações ocorridas nas relações da sociedade têm seus rebatimentos espaciais, e são reflexos desta mesma sociedade. As diferentes formas de organização convergem para a manutenção dos processos nos quais esta sociedade é submetida, e o desenvolvimento desse processo necessita obrigatoriamente da interação com o espaço.

Entendemos que o espaço geográfico é, portanto, um produto histórico e social resultante das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Essas relações sociais são relações de trabalho estabelecidas no conjunto do processo produtivo geral da sociedade. O modo de produção capitalista é desigual, e o capital se reproduz na sociedade, produzindo espaços desiguais.

Consideramos que o modelo de acumulação flexível, o qual serve de base para o processo de reestruturação produtiva do capital, tem provocado mudanças significativas no cenário da produção e reprodução do espaço, bem como nas relações sociais de produção, sobretudo das relações de trabalho. Esse processo ganhou novas configurações a partir da acumulação flexível que teve sua origem com a crise no padrão de acumulação taylorista/fordista, iniciada no início da década de 1970. Conforme apresentamos, o atual agravamento da crise estrutural do capital se deu, entre outras coisas, devido à redução das taxas de lucro por conta do aumento do preço da força de trabalho; ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela redução do consumo ocasionado pelo início do desemprego estrutural; à crise do “*Estado de bem estar social*”, acompanhado da crise fiscal do Estado capitalista; e às privatizações, desregulamentações generalizadas e flexibilização do processo produtivo.

O agravamento da crise cíclica do capital é responsável pelo acirramento da tensão contraditória que existente intrinsecamente à relação Capital-Trabalho.

A crise é, não somente, o produto de uma contradição inerente entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e as condições sob as quais esta deve ocorrer; em seu desenvolvimento concreto, assim como em

sua gênese, a crise econômica é essencialmente contraditória (SMITH, 1984, p. 185).

As políticas públicas de desenvolvimento têm papel fundamental para o avanço do processo de reestruturação produtiva. É a partir delas que o capital, mediante intervenções diretas do Estado, vem encontrando caminhos abertos para se alastrar das mais diferentes maneiras possíveis pelo espaço. São as políticas de desenvolvimento industrial implementada, pelo Estado, que têm proporcionado uma série de fomentos, subsídios, benefícios e facilidades para que o capital invista no seu projeto hegemônico de reprodução ampliada.

O Estado é funcional à reprodução do modo de produção capitalista na medida em que articula politicamente e constrói as bases concretas para a apropriação do espaço pelo capital. O Estado “autoriza” a livre circulação formal do capital e regulamenta o trabalho, chancelando a extração do mais-valor do trabalhador sujeitado ao capital. O Estado que intervém em favor do capital é o mesmo que “venda os olhos” para o trabalhador, atuando envolto numa redoma de omissão e descaso perante a degradação da vida dos sujeitos.

Constatamos que o Estado, por intermédio das políticas de desenvolvimento industrial, oferece sistematicamente vantagens para que diversos tipos de indústrias se estabeleçam do território sergipano. No contexto da crise estrutural, o capital monitora, mapeia e ocupa espaços onde seja possível a extração máxima do mais-valor. É nesse contexto da crise que a indústria de calçados chega ao município de Simão Dias.

Nesse sentido, a instalação da indústria de calçados do Grupo Dakota, no município de Simão Dias, não aconteceu em atendimento às demandas da população que vive em situação de desemprego, tampouco veio em favor dos jovens da cidade que se veem obrigados a trabalhar para ajudar suas famílias a pagar as contas; e muito menos se concretizou por algum anseio dos trabalhadores do campo que vivem “livres” para exercer qualquer função de trabalho nas cidades. Ela, a indústria, faz parte o processo mundial articulado de expansão do capital e atende, de fato, às suas vontades e seu propósito de aprisionar os trabalhadores nos labirintos de exploração do trabalho precário.

Conforme pudemos concluir na nossa pesquisa, a mobilidade do trabalho é condição fundamental e indispensável ao processo sociometabólico do capital, uma vez que os trabalhadores excedentes, despossuídos dos meios de produção, são obrigados e dispersar-se por vários pontos do espaço em busca de emprego. O caminho, na maioria das vezes, é o

canteiro das cidades, onde se submetem a condições precárias de trabalho e salários irrisórios.

A emergência de um exército industrial de reserva “flutuante” nos principais centros urbanos é, além disso, uma condição necessária para a acumulação sustentada. O acúmulo de trabalhadores no meio de uma “acumulação de miséria, trabalho árduo, escravidão, ignorância, brutalidade, degradação”, todos exacerbados por várias formas secundárias da exploração (como o aluguel da moradia), torna-se a marca registrada da forma de industrialismo capitalista. A acumulação do capital e a acumulação da miséria andam juntas, concentradas no espaço (HARVEY, 2013, p. 528-529).

Os trabalhadores “livres” formam uma massa de sujeitos supérfluos que possuem mobilidade para se deslocar aos mercados e vender aos capitalistas sua força de trabalho, sua mercadoria. São os homens que, a partir dessa mobilidade, mantêm em funcionamento o sistema metabólico do capital com sua força de trabalho.

A estratégia da tendência do capital para a universalidade é sua tentativa de reduzir a força de trabalho do mundo à condição de uma mercadoria. O capital golpeia, trama e insinua a relação assalariada de trabalho em virtude de todas as fissuras dos sistemas pré-capitalistas que ele encontra (SMITH, 1984, p. 201).

Demonstramos que a mobilidade do trabalho em função da Dakota Calçados no município de Simão Dias é bastante representativa, em termos de capacidade que o capital possui para mobilizar uma massa crescente de trabalhadores e direcioná-los às fileiras do assalariamento. Em dez anos de instalação da fábrica, já foram contratados mais de 5.778 mil trabalhadores. No entanto, mais de 62% desse total já foi demitido durante esse período.

Analisamos o alcance espacial do capital no município, demonstrando como praticamente todas as localidades do município (povoados e assentamentos rurais) disponibilizam moradores para o trabalho na indústria. São homens e mulheres, a maioria jovens, que deixam o trabalho no campo junto à unidade de produção familiar e ingressam no trabalho assalariado. Muitos migram para a cidade. Outros vivem a rotina de transitar diariamente entre o campo e a cidade, entre a moradia e o local de trabalho, num fluxo intenso de força de trabalho em meio a um verdadeiro labirinto de rotas percorridas por ônibus, vans, carros e motos que os transportam. Algumas dessas rotas (representadas cartograficamente) formam um emaranhado de caminhos que compõem este labirinto de relações. A Indústria Dakota Calçados extrapola o limite do município onde está localizada e

vai capturar trabalhadores de outros municípios do estado de Sergipe e também do estado da Bahia.

Sustentada no discurso da garantia de melhoria de vida através do assalariamento, provoca uma intensa mobilidade do trabalho e do capital, em que os trabalhadores são transformados em sujeitos supérfluos para o sistema do capital, ao tempo que provoca a perda da terra dos camponeses.

O capital se expande espacialmente e em pleno desemprego estrutural faz ascender, tanto no campo quanto na cidade, novas formas de acumulação baseadas no aumento acentuado e precarizado das relações de trabalho, principalmente em decorrência de processos cada vez mais avançados de potencialização da extração do mais-valor.

A indústria de calçados, em Simão Dias, segue essa cartilha e aplica formas de organização de trabalho que enclausuram os trabalhadores, obrigados a dispendar sua força de trabalho no ritmo frenético das esteiras de produção. Captamos junto aos trabalhadores informações sobre casos de perseguição e assédio moral no interior da fábrica, além da ocorrência de problemas de saúde causados pelo trabalho repetitivo e exaustivo, exposto a acidentes, ruídos e produtos químicos.

No chão da fábrica, o capital deixa transparecer sua face de crueldade, pondo sobre corpos e mentes dos trabalhadores toda sua força e seu poder de absorção do trabalho destes para si, esgotando os sujeitos, privando-os de sua liberdade. Lá, enclausurados nos galpões sufocantes, por entre as fileiras das máquinas, os trabalhadores se veem sem possibilidade de fugir dos labirintos do capital: sujeitam seu trabalho ao modelo flexível de acumulação ou incham as fileiras do desemprego estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Ana Bernadete de Carvalho Soares. **Estratégias de Recriação do Campesinato no Município de Cabeceiras – PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia – UFPB, João Pessoa, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. Ricardo Antunes. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Toyotismo, as Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas do Estranhamento (Alienação)**. Revista Caderno CRH, Vol. 15, N° 37, 2002.

_____. **O Trabalho, sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutural**. Revista Theomai, nº 19, primeiro semestre, 2009. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** Disponível em <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>> Acesso em 17 de novembro de 2008 às 17h45min.

BARRETO, Fábio de Jesus. **As engrenagens do capital no Território do Agreste Central Sergipano: o canto da sereia da Odisseia do trabalho no novo eixo industrial calçadista**. Dissertação de Mestrado, NPGeo/UFS, 2008.

BESERRA, Fabio Ricardo Silva. **Reestruturação do Capital e Indústria Calçadista na Região do Cariri-CE**. Revista RA'E GA – Espaço Geográfico em Análise, julho, 2009, p.89 (13). Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/13748>>. (falta inserir a resenha desse texto)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1988.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. 1991. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

_____. **Ações e intervenções das políticas públicas Inscritas no espaço agrário: condição de inclusão ou exclusão?** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP/FFLCH, 2005, p. 3548-3558.

_____. **Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 77-100. João Pessoa - PB, 2007. DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>

COSTA, Achyles Barcelos da; FLIGENSPAN, Flávio B. **Avaliação do movimento de realocação industrial de empresas de calçados do Vale do Sinos**. Porto Alegre: SEBRAE-RS/NETIT-UFRGS, 1997. 132f. (mimeo).

DIEESE. **Política Industrial no Brasil: o que é a nova política industrial**. Nota Técnica nº 11, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecPoliticaIndustrial.pdf>>. Acesso em 14 de Outubro de 2012, às 02h30min.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOMES, Carlos Marcelo Maciel. **A Política dos Arranjos Produtivos Locais na Busca Sisifiana pelo Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. NPGEU/UFES, 2014.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal**. Revista Sociologia e Política. vol.17, nº 32, Curitiba, fevereiro de 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HEIDEMANN, Dieter. **Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária resistência e emancipação.** In: Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

LACERDA, Ricardo. **A interiorização do emprego formal em Sergipe.** Disponível em <<http://www.e-sergipe.com/artigos/ricardo-lacerda-a-interiorizacao-do-emprego-formal-em-sergipe/>> Acesso em 06 de Outubro de 2012, às 21h50min.

_____. **Criação de emprego industrial em Sergipe no ano de 2010.** Disponível em <<http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com.br/2010/10/criacao-de-emprego-industrial-em.html>>. Acesso em 06 de Outubro de 2012, às 22h45min.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Rio de Janeiro: IE:UFRJ, 2003. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>>.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à economia política.** Livraria Martins Fontes, Editora Ltda, 1969.

LIMA, José Renato de. **Do Torrão da Vida à Marcha Forçada Rumo ao Apito das Gaiolas de Pedra: mobilidade do trabalho na dialética campo/cidade no município de Ribeirópolis/SE.** Dissertação de Mestrado, NPGeo/UFS, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo, SP: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital.** Vol. 1/1, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

_____. **O Capital.** Vol. Único. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: 2ª Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “Supérfluos” a Sujeitos Históricos na Contramão do Capital: a geografia do (des)trabalho**. Dissertação de Mestrado. NPGeo/UFS, 2007.

MESZÁROS, Istvan. **O século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. COSTA, Wanderley Messias da. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista**. Revista Pegada, Vol. 14, No 1, 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/2138>

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

REIS, Carlos Nelson dos. **A Indústria Brasileira de Calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80**. Campinas: Tese de Doutorado, Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SEDETEC. **Sedetec e Codise Acompanham Expansão de Indústrias em Simão Dias**. Disponível em:

http://sedetec.se.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2352:sedetececo1168&catid=9&Itemid=104. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

SERGIPE. **Lei nº 3.140 de 23 de Dezembro de 1991**. Disponível em <http://www.sedetec.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=68> Acesso em: 14 de outubro de 2012.

SERGIPE, Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano Plurianual 2008-2011: desenvolvimento com inclusão pelo direito e pela renda**. Aracaju, 2007. Disponível em: <http://www.seplag.se.gov.br/attachments/article/1347/1.PPA%202008-2011%20%20Mensagem.pdf>

SERGIPE. **Política de Desenvolvimento Industrial do Estado de Sergipe - Ciclo 2011-2015**. Versão de 25 de maio de 2011, atualizada em outubro de 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Dayse Maria. **Do Chão da Terra ao Chão da Fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. Dissertação de Mestrado, NPGeo/UFS, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **A (des)ordem societária e territorial do trabalho**. São Paulo, SP: Casa amarela e Paz e terra, 2004.

ZINGANO, Eduardo Mariante. **O complexo Calçadista Brasileiro e as Causas da Queda de seu Desempenho no Período de 2003 a 2011**. Trabalho de Conclusão, Departamento de Ciências Econômicas/UFRS, 2012.